

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

COMISSÃO: Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação.

TEMA: Discutir o Orçamento 2024 (PLOA).

MEMBROS EFETIVOS: Henrique Pires, Presidente, Vice-Presidente Nerinho; Gustavo Neiva; Rubens Vieira; Bárbara do Firmino; Doutor Felipe; Rubens Vieira.

MEMBROS SUPLENTEs: Francisco Limma; Aldo Gil; Gil Carlos; Fábio Novo; Marden Menezes; Simone Pereira; Ziza Carvalho e Warton Lacerda.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Bom dia a todos e a todas! Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública solicitada pela Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação desta Casa.

Em cumprimento ao que disciplina a Constituição Estadual, em seu artigo 78, a Resolução n.º 540, de 9 de outubro de 2023, o Regimento Interno e as demais legislações posteriores, definimos as datas do calendário de tramitação do Projeto de Lei n.º 79, de 18 de outubro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2024. Assim, dentro de um ato democrático, estamos aqui para que sejam apresentadas as receitas e as despesas previstas para o exercício de 2024 e, também, para iniciar uma discussão que busque construir um estado cada vez mais justo, não só com melhores oportunidades, mas também com a igualdade dessas.

Gostaria de convidar para sentar aqui conosco o Secretário de Planejamento do Piauí, Washington Bonfim; também o Secretário Estadual da Fazenda do Piauí, o

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior. Ambos apresentarão as peças orçamentárias para o exercício de 2024. Secretário Washington Bonfim, fique à vontade, a palavra é sua.

Só um minuto! Gostaria, antes de começar a fala do Secretário de Planejamento, de registrar algumas presenças: da Senhora Denise Costa Aguiar, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; da Senhora Carla Yáscar Bento, que é Defensora Pública do Estado do Piauí; representando o Senhor Emílio Joaquim - que já está aqui - seria o Francinaldo, mas já está aqui; do Raimundo Bispo, do Sindicato dos Servidores da Cultura; do Vinícius Santos, que aqui representa o Auditor Fiscal Estadual da Secretaria da Fazenda do Piauí, o Secretário Antônio Luiz Soares Santos; do Isaac Newton Vilarinho, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis; do Senhor Vilobaldo Carvalho, representando o Sindicato dos Policiais Penais do Piauí; do Senhor Igor Martins Moura, representando o Sindicato dos Delegados da Polícia Civil de Carreira do Piauí; da Geane Sousa, representando o Sindespi; do Senhor Carlos Eugênio de Souza, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário; da Senhora Lucineide Barros Medeiros, Presidente da Associação dos Docentes da Uespi; dos representantes dos fisioterapeutas. Sejam todos bem-vindos e, agora, sim, passamos a palavra para o Secretário de Planejamento, Doutor Washington Bonfim.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Bom dia a todas e todos, especialmente, à Deputada Simone; ao colega Emílio Júnior; aos representantes dos Poderes, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Defensoria Pública; aos presidentes de sindicatos; e a todos que aqui estão.

Farei brevemente uma apresentação antes de abrir espaço para a discussão. Inicialmente é preciso destacar um ponto muito importante para a administração do Governador Rafael Fonteles: neste ano, construímos um sistema de monitoramento

- por determinação do Governador - das ações da gestão, integralmente baseado no Plano de Governo votado no ano passado nas eleições estaduais.

Faço essa introdução, porque, na realidade, toda a peça orçamentária tem relação direta com esse modelo de monitoramento. Alguns que aqui estão - como o Pró-Reitor da Uespi - já participaram, inclusive, de reunião para tratar sobre o assunto. Portanto, ao longo deste ano, construímos um modelo de monitoramento. A peça orçamentária de 2024 espelha, basicamente, a ideia de ter uma administração fundamentada na questão de resultados e olha, sistêmica e trimestralmente, com o Governador, as áreas para mensurar aquilo que é entregue à população. Assim, trata-se de um modelo estratégico baseado no Plano de Governo.

Em janeiro, fizemos a distribuição de todas as metas entre as secretarias; de fevereiro a agosto, foi montado o planejamento de cada uma dessas secretarias para os quatro anos; em agosto, construímos o modelo de gestão de metas e o apresentamos para todo o secretariado; de setembro até dezembro, finalizaremos a rodada de monitoramento da gestão. Ao longo desse período, foram realizadas 227 reuniões, sendo 58 para tratar de alinhamento técnico com o monitoramento da Seplan; só em relação à obra, foram 67; as demais reuniões estão descritas nos *slides*, que podemos disponibilizar em seguida.

Esse Plano de Governo foi construído de maneira participativa e está fundamentado, basicamente, em torno dos objetivos de desenvolvimento sustentável traduzidos em uma peça de planejamento de médio prazo do Estado do Piauí, que é Plano Piauí 2030, lançado no ano passado, quando da gestão da Governadora Regina Sousa. Essa arquitetura - vamos dizer assim - de gestão incorpora a visão macro das prioridades do Governo em torno de sete eixos, 20 áreas e 178 compromissos que, do ponto de vista burocrático, dividimos em compromissos de gestão, de política pública, e de obra e aquisição. Essa arquitetura de divisão das prioridades para cada área, para cada um dos sete eixos e das 20 áreas importa do ponto de vista estratégico, pois se dividiu o Executivo... Na realidade, basicamente,

criou-se uma estrutura para o Executivo com oito grandes áreas de monitoramento das entregas para a população: da segurança; da saúde; da educação; da infraestrutura; dos desenvolvimentos rural; social; econômico; e do subsetor de água, com grupo de monitoramento de águas.

A organização - como já disse - do modelo de monitoramento orientou a estruturação da peça orçamentária que se está apresentando aqui. Foi cumprido um calendário de discussões com todo o Executivo e os demais Poderes: a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. Iniciamos esse processo no fim do semestre passado, sendo que até 31 de junho realizou-se, internamente, a estimativa e a análise da receita. Até o fim de agosto, formaram-se as cotas e a criação das ações do PPA, inclusive, quero lembrar que, na próxima segunda-feira, estarei aqui apresentando a peça do PPA. Estamos no primeiro ano da gestão, logo, o Executivo é obrigado a apresentar o planejamento de médio prazo, além do planejamento das contas do ano seguinte. Até 18 de setembro, fizemos a conciliação

dos valores e das metas em relação as duas peças - LOA e PPA, e pelo projeto do PPA. Em 30 de setembro, foram feitas as oficinas e a inserção das propostas no sistema, que criou - digamos assim - do ponto de vista técnico, a própria peça. Em 17 de outubro, o Governador fez, pessoalmente, a entrega dos dois projetos de lei na Assembleia Legislativa.

Dito isso a respeito da parte técnica, antes de passar para a parte numérica, quero trazer uma visão geral sobre a metodologia que usamos dentro dessa questão do monitoramento estratégico, isto é, o que orientou a construção do Projeto de Lei Orçamentária. Primeiro buscamos aproximar os orçamentos de cada uma das secretarias, de cada um dos Poderes dentro de sua realidade de execução, tendo em vista as possibilidades de receita que se tem para 2024. Essa foi a premissa principal, posto isso, em um primeiro momento, foram priorizados os gastos

obrigatórios, os gastos com o pessoal, incluindo, a previdência, os encargos da dívida e, obviamente, os mínimos constitucionais de Educação e Saúde. Por fazer isso? Porque ainda temos um nível muito alto de suplementação e o nosso objetivo é diminuí-la, para que, no início do ano, todas as secretarias, todos os poderes tenham o seu dia a dia estruturado a partir da peça orçamentária.

Outro ponto importante para essa previsibilidade foi a questão dos gastos de custeio, tais como, as passagens, as diárias, os terceirizados, o transporte, isto é, tudo aquilo que faz com que a máquina governamental funcione em todos os 224 municípios do estado. Para isso, foram aplicados dois princípios básicos: a garantia de orçamento para todos os contratos vigentes, bem como as suas renovações. Obviamente, em algum momento, estabelecemos uma linha de corte... eram os contratos vigentes até 30 de junho deste ano... não podíamos botar tudo, porque a peça vem antes de se terminar o ano, sendo entregue muito antes; o outro ponto foi utilizar o princípio da garantia orçamental às principais despesas - já citei algumas delas - as contas públicas, a água, a luz, o telefone, as diárias, os suprimentos de fundo e as despesas tributárias de cada um dos órgãos. Por último, mas não menos importante, a questão dos investimentos que deverão ser realizados, principalmente, com as operações de crédito. Lançamos no primeiro semestre o PRO Piauí 10 sendo que a previsão é termos cerca de oito bilhões de reais ao longo dos quatro anos em moeda nacional; em relação aos empréstimos, já contratamos dois neste ano, tendo a Assembleia recebido o pedido de mais dois para 2024.

Além disso, temos a questão dos recursos, outro princípio importante - vamos assim chamar - é que os recursos devem ser distribuídos quando da aprovação das respectivas carteiras das operações de crédito. Importou-se que uma secretaria específica fará o trabalho de suplementação dos investimentos para as demais secretarias. Este é um ponto extremamente importante: priorizar os gastos obrigatórios para que todo mundo, no início do ano, tenha tranquilidade em relação àquilo que se executará em termos de pessoal, de serviço de dívida e dos mínimos

constitucionais... os contratos de custeios previstos podem aumentar um pouco, mas há um limite, e a questão dos investimentos a partir do PRO Piauí 10. Não deveria fazer isso, mas já voltei.

Em termos de receita e que corresponde à despesa, porque o orçamento não pode prever déficit... para se ter uma comparação, a receita realizada de 2022 foi de 15 bilhões e 770 milhões,

com o nível de execução de investimentos em torno de 143 milhões de reais, perfazendo cerca de 16 bilhões de reais de execução orçamentária.

Colocamos na apresentação o ano 2022 e não o de 2023, porque, neste último, o orçamento foi atípico, visto que veio para a Assembleia Legislativa - digamos assim - depreciado devido às leis complementares votadas no Congresso Nacional no meio do ano passado e que reduziram as receitas de ICMS, as receitas de imposto. O Secretário Emílio esteve aqui no início do ano e mostrou que terminamos esse período com um valor deficitário de pouco mais de meio bilhão de reais dada essa perda de arrecadação. Por isso, estamos comparando 2022 com a PLOA de 2024, porque 2023 foi um ano atípico do ponto de vista da quantidade de suplementações que fizemos, porque o Governo e a Governadora Regina trouxeram para a Assembleia, em dezembro, um ajuste de alíquotas do ICMS, o que nos permitiu respirar um pouco mais durante 2023. Portanto, a PLOA de 2024 tem a previsão de acréscimo de receita em 8,02%, sendo 17 bilhões para os gastos mais gerais. Fizemos questão de destacar isto como um ponto muito importante: os valores de investimentos que estão previstos na ordem de dois bilhões, praticamente 2 bilhões e 200 milhões de reais. Tenho dito, publicamente, em todas as oportunidades, que o grande desejo e as metas a serem alcançados pelo Governador Rafael Fonteles é aumentar - ao longo destes quatro anos - o investimento, a fim de chegar a dez milhões de investimento no quadriênio 2023 a 2026.

A distribuição das receitas está espelhada aqui. Não sei se conseguem ler a tabela, mas dá para ver o gráfico. Em azul, os 57% indicam recursos não vinculados de impostos; os recursos do Fundo de Capitalização do Plano Previdenciário correspondem a 12% das receitas, que abarcam a operação de crédito, a transferência do Fundeb, as vinculações legais referentes ao Plamta e ao Iaspi, novamenta, o Fundeb, bem como outras fontes de recursos, perfazendo aquele valor que coloquei de 19/229 como valor total da peça.

Esse *slide* chama a atenção para algo muito importante para nós, que aconteceu e tem acontecido - quem mais sofre é até o professor Emílio. Das nossas receitas de impostos, da nossa receita líquida, 55% correspondem ao Fundo de Participação dos Estados, ou seja, temos uma dependência ainda bastante grande de recursos federais na forma de transferências constitucionais. O Fundo de Participação dos Estados, durante o primeiro semestre, comportou-se bem, acima da inflação, contudo, após esse período, temos verificado quedas excessivas.

O Congresso Nacional fez algo para os estados que é um pouco, digamos, injusto. Realizou-se a recomposição - de todos os meses do segundo semestre com base nos valores de 2022 - do Fundo de Participação para os municípios, ou seja, nenhum município receberá menos do que recebeu, nominalmente, em 2022, do Fundo de Participação dos municípios. Os estados serão ressarcidos referente apenas ao período de julho e agosto. Todo o resto da queda de arrecadação do FPE - de setembro até dezembro - será absorvido pelo Tesouro Estadual, por isso, temos "apertado" os gastos, tendo fechado o ano antes para enfrentar esse valor, que é algo próximo a 200 milhões nesses três* meses.

Em relação ao que se vê da apresentação, 33% refere-se ao ICMS que, em termo de valor, é maior do que o FPE, mas é preciso ressaltar que o ICMS não é exclusivo do estado, mas dividido com todos os 224 municípios, em parcelas de Teresina e em demais parcelas segundo o valor agregado de cada município... aí o Imposto de Renda na fonte e a remuneração dos

depósitos bancários, o IPVA que representa só 2% da nossa arrecadação, bem como outras fontes de receita.

Aqui já falei... Comparativamente, em termos da despesa, estou falando de despesa agora, aqui são os valores relativos à previdência, ao serviço da dívida. Eles estavam orçados em mil e quinhentos e setenta e seis, passaram a mil, dois bi; a despesa de capital, que é a despesa de investimento, um milhão trezentos e sessenta vai a praticamente três, aqui conta também os recursos federais, vou mostrar mais adiante; e o custeio geral, o aumento, na realidade, basicamente, discutiremos na execução orçamentária de 2024 com todos os órgãos.

Como consideramos os contratos vigentes, portanto, a realidade da execução, não teremos espaço para suplementação. O órgão, a partir de agora, tem que ter capacidade de olhar para os seus gastos, para a sua máquina em prol de conseguir os seus ganhos de eficiência internamente. Não há mais aquela ideia de que se faltar dinheiro se deverá ir ao tesouro, à Seplan, ao Emílio, exceto se a receita aumentar muito, sendo esse fato não esperado. O mesmo aplica-se à folha de pagamento de 8,5 pra 9,072.

Em relação ao que mencionei anteriormente sobre a questão das despesas de capital, isto é, os investimentos, a nossa previsão é de dois bilhões e cento e noventa de operação de crédito. Temos, além de um novo empréstimo de moeda nacional, a Bidifida, o Banco Interamericano e o Fundo de Desenvolvimento para Agricultura e outras duas operações com o Banco Mundial, uma do Pró-gestão e outra do PDH, que é um valor específico para as áreas de saúde e assistência social. Sobre o valor de investimento do tesouro, têm-se duzentos e oitenta e dois milhões de reais... a nossa previsão de que quatrocentos e quarenta milhões é uma previsão - digamos assim - pessimista de outras fontes de convênios, nisso entra emenda parlamentar, entra PAC, entra tudo aquilo que é voluntário em relação ao Governo Federal. Assim, a nossa expectativa é investir 2,9 bilhões de reais o ano que vem e ficarei repetindo

isso, porque é importante repetir, visto que este é o grande esforço que estamos fazendo: entregas na ponta para a população no formato do PRÓ Piauí 10.

Quando se olha para a distribuição orçamentária das funções do Executivo, tem-se aqui a parte de administração e previdência social, aqui está tudo aquilo que é relativo à (inaudível) e das aposentadorias. Sobre as despesas de saúde, dois e setecentos, os encargos especiais que tem haver com as obrigações sociais do estado, inclusive dívida, também dívida de dois e setecentos; educação, dois e quinhentos; segurança pública, um oitocentos e sessenta e quatro, que abrange as demais áreas. Ao observar aqui a saúde, a educação, a segurança pública, têm-se dois e setecentos, dois e quinhentos, sendo um bilhão e oitocentos o maior volume de investimentos do estado diretamente para população piauiense. Quanto aos valores relativos aos Poderes: o Tribunal de Justiça, 47%, lembrando que esse órgão tem arrecadação própria devido ao fundo das despesas relativas ao uso dos serviços de administração de justiça; o Tribunal de Contas do Estado; 8%; a Assembleia Legislativa; 24%; a Defensoria Pública, 6%; o Ministério Público, 15%. Era basicamente essa minha apresentação. Obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Gostaria de uma sugestão: passamos para a fala do Secretário de Fazenda ou abrimos

espaço para as pessoas inscritas para as discussões? Passemos, então, ao Secretário de Fazenda, não é? Então, com a palavra, o Senhor Emílio.

SR. EMILIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar aqui a nossa Presidente da sessão, Deputada Simone; também, o Deputado Felipe Sampaio, a Deputada Elisângela, o Deputado Hélio Rodrigues, que precisou sair brevemente. Temos aqui os poderes constituídos, os demais membros da sociedade, os servidores públicos.

A minha fala serve para ratificar aquilo que o Secretário Washington já colocou. Em primeiro lugar, o nosso Governador Rafael tem tido uma preocupação

muito grande de buscar esses investimentos para que o Estado do Piauí possa, cada vez mais, trabalhar independentemente, fazendo questão de cumprir aquilo que está no Plano de Governo sobre os empregos e PIBs aumentados, para que isso possa repercutir na melhoria da qualidade de vida da nossa população. Ele tem trabalhado muito a questão da Segurança Pública, da Educação, da Saúde. Uma coisa ele sempre nos pede: trabalhar com a gestão do equilíbrio fiscal, porque é lógico que nem tudo dá para atender àquilo que, às vezes, a sociedade nos cobra. Assim, trabalhamos com esse equilíbrio muito grande.

No ano passado, tivemos - aquilo que o Secretário Washington lembrou no meio do período eleitoral - a alteração de Lei Complementar n.º 194, que baixou de maneira imediata o ICMS dos combustíveis, de comunicação e energia elétrica. Essa repercussão continua para os anos seguintes. Fizemos uma lei de ajuste tributário aumentando a nossa alíquota modal de 18 para 21, mas que não compensou essa perda. Para completar, em 2023, não esperávamos que a economia de algumas empresas tivessem um lucro menor até junho. Por exemplo, a arrecadação, a transferência constitucional do FPE vinham com um crescimento nominal da ordem de 8%. Com isso, quando começou o mês de julho, houve uma queda nominal de 8,83%; em agosto, uma queda nominal de 8,15%; em setembro, uma queda nominal de 3%; em outubro, uma queda nominal de 1%. Quer dizer, quando se pega pela inflação, tem-se de 5% a 10% de queda quando comparado com 2022.

É um desafio que temos, porque, por exemplo, no próprio orçamento de 2023 não existia essa questão da previsão. Estamos aguardando a perspectiva, por exemplo, de novembro... as duas parcelas que vieram do FPE, vieram com crescimento negativo nominalmente. Então, assim, temos tido um controle muito grande para que encerremos 2023 de maneira equilibrada, essa é uma meta do nosso Governador. Com isso, realmente, esperamos que, tanto em nível local, quanto em nível estadual, o Estado do Piauí possa crescer, inclusive, acima da média nacional, acima da média do próprio Nordeste. Esperamos, também, que

essas ações de crescimento econômico venham em nível nacional para que possa repercutir em melhoria.

Portanto, temos uma preocupação em relação ao equilíbrio do orçamento para 2024. Precisamos trazer isso para não colocar algo que não iremos cumprir ou que, para cumprir, afete algum serviço público. Pior do que não fazer o serviço público é projetá-lo para, depois, ter que "voltar atrás".

Essas são as minhas palavras. Ficamos à disposição para possíveis questionamentos.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Agradeço os nossos Secretários, tanto o de Planejamento, quanto o de Fazenda. Registro, ainda, a presença do Senhor Celso Barros Coelho, representante da OAB-PI, que acabou de chegar, e do Vilobaldo Carvalho, do Sinpoljuspi.

Vamos iniciar, agora, abrindo o espaço para as pessoas que estão inscritas. Como primeira inscrita, temos a Doutora Carla Yáscar. Gostaria de pedir que fôssemos breves, porque há várias pessoas inscritas e é interessante que todos tenhamos a oportunidade de fazer a discussão.

A sugestão do Secretário é que abrissemos as três perguntas por bloco. Os três primeiros inscritos são: a Doutora Carla Yáscar; o Senhor Jesus Antônio Carvalho, representando a Uespi; e a Professora Lucineide Barros, representando o Sindicato dos Educadores. Não é isso? Portanto, será essa a ordem, e os inscritos deverão obedecer ao bloco de três pergunta. Por fim, peço que sejam breves e objetivos.

SRA. CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR (Defensora Pública do Estado do Piauí) - Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Quero cumprimentar a Mesa, a Deputada Simone Pereira, pela condução dos trabalhos desta audiência pública. Cumprimentar, também, o Deputado Felipe

Sampaio, membro da Comissão de Finanças, e os nossos secretários: Secretário Emílio, Secretário Washington, a quem agradeço pela exposição feita.

Na Defensoria Pública, somos o modelo jurídico de assistência jurídica - constitucionalmente definido na nossa Carta Magna - à população carente. Apresentamos a nossa proposta orçamentária para 2024, como também do PPA, que será discutido nas próximas oportunidades. Com todo cuidado, foi enviada proposta, certamente, enxuta, conhecendo as dificuldades que são enfrentadas - como foram expostas - mas nos preocupou o Projeto de Lei Orçamentária Anual, que contemplou um percentual extremamente baixo de reajuste para 2024, pelas nossas contas, não chegou a 1%. Vimos, na exposição, que a Defensoria Pública, comparada a outras instituições autônomas, bem como os Poderes, considerando "um bolo de" 100%, chega-se apenas 6%, sendo que se comparada às demais instituições do sistema de justiça especificamente, tem-se no Ministério Público, 15%; no Tribunal de Justiça, 47%.

Estamos sempre em um esforço constante para expandir os serviços da Defensoria Pública. A Defensoria, hoje, é uma instituição extremamente enxuta, organizada. Temos tido todo cuidado na execução orçamentária, mas nos preocupa muito um percentual tão baixo de reajuste de 2023 para 2024, que, embora os senhores tenham exposto que consideram os contratos e as despesas da instituição atualmente para o próximo ano, o formato como foi proposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual sequer permite que a Defensoria sobreviva. A sensação é de asfixia. E, aqui, peço desculpa pela palavra forte, mas realmente é um percentual que nos deixa em condições muito difíceis de avançar para o próximo ano, com dificuldade de contemplar todas as nossas despesas para haver um avanço mínimo, tendo em vista que, neste ano, fizemos vários ajustes e que, no próximo, precisaremos contemplar minimamente. A demanda cresce.

Sabemos que vivemos em um estado com a população extremamente vulnerabilizada. Pensando nisso, externo a minha preocupação com a execução

orçamentária do próximo ano, com o orçamento do próximo ano e exponho a preocupação da Defensoria Pública. Portanto, peço a sensibilidade dos Poderes para buscar maneiras de equilibrar, minimamente, as instituições do sistema de justiça do Estado do Piauí.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Senhor Jesus Antônio Carvalho, Vice-

Reitor da Uespi.

SR. JESUS ANTÔNIO CARVALHO (Vice-Reitor da Uespi) - Bom dia a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa da Presidente Deputada Simone Pereira, cumprimento o Secretário Washington Bonfim, o Secretário Emílio, o Deputado Felipe Sampaio.

Em nome da Uespi, agradecemos o investimento de mais de 60 milhões que o Governo do Estado teve na estrutura física da Universidade.

Contudo, devemos ressaltar a nossa preocupação de ter uma reforma na estrutura física sem mobiliários e equipamentos que contemplem o espaço. Nesse sentido, peço uma reflexão a respeito de um acréscimo no orçamento com vistas ao mobiliário e aos equipamentos da estrutura física da Uespi, que está em expansão.

Também, temos uma observação em relação à área de saúde: acreditamos que no próximo ano haverá um grande investimento do estado. Temos, com isso, interesse em expandir as residências médicas e multiprofissionais, para que seja executado o investimento na Saúde. É necessário ter pessoal para trabalhar em prol disso. Acredito que seria interessante haver um pequeno acréscimo na quantidade de preceptores, de residentes, para executar, com qualidade, esse investimento em saúde.

Um terceiro item que deve ser ressaltado - mas não menos importante - é o déficit de salário dos servidores da Uespi, principalmente, os professores. Estamos muito bem representados pelo Sindicato, pela Professora Lucineide, pelo Professor

Marcelo. Temos, ao longo dos anos, um déficit dos professores. Tendo isso em vista, gostaríamos que estudassem a possibilidade de um acréscimo no orçamento, com as vistas à possibilidade de execução. Para realizar uma negociação futura sobre o reajuste, precisamos de orçamento para tal, diante disso, gostaria de fazer essa terceira observação sobre a possibilidade de atuação por meio do Secretário de Planejamento, Washington Bonfim; e do Secretário Emílio, da Sefaz.

Portanto, reitero o interesse da nossa instituição no sentido de que esses três itens mencionados sejam contemplados.

Muito obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Com a palavra, agora, a Professora Lucineide Barros, representando a Associação dos Docentes da Uespi.

SRA. LUCINEIDE BARROS (Representante da Associação dos Docentes da Uespi) - Bom dia, deputada Simone! Bom dia a todas as pessoas que estão nesta audiência! Bom dia, Secretários!

Reputamos, de grande importância, este momento de escuta da sociedade, em especial, sobre os rumos do fundo público. Temos, certamente, algumas coisas a dizer, do ponto de vista das concepções em relação à definição da lei do orçamento anual; temos uma preocupação, por exemplo, em relação à concepção de gestão por resultado, porque entendemos que, em um estado empobrecido como o nosso, é necessário que se preste atenção nos resultados, mas, também, que se cuide muito bem dos processos, pois esses pedem, cada vez mais, participação qualificada, inclusive, penso que esta audiência precisaria ser muito mais robusta, ouvindo não só as categorias, mas também a sociedade em geral, porque estamos falando da poupança que pertence a todos os piauienses, a todas as piauienses, inclusive, às pessoas que estão em alta vulnerabilidade e que sequer tem condições, às vezes, de adentrar em um espaço como este, muitas vezes por desconhecimento. Dito isso, é responsabilidade do Governo e da sociedade viabilizar isso.

Também, temos preocupações, ainda desse ponto de vista, em relação às questões do endividamento público, em relação às questões de suplementação - já foram feitas algumas observações a respeito. Penso que precisamos ter tempo, em outros momentos, para discutir do ponto de vista das concepções o que orienta o orçamento público. Do ponto de vista das ações, não precisamos falar da Universidade Estadual do Piauí, a instituição à qual estamos vinculados. O Professor Jesus trouxe algumas preocupações, que as confirmamos, trazendo ainda outras. A Universidade Estadual do Piauí serve ao estado em uma capilaridade muito importante que precisa ser potencializada.

Temos problemas graves desde o nascimento da universidade, essa que representa tanto para o estado.

Tivemos, na semana passada, em audiência com o Reitor, falando de demandas sobre bebedouros, papel higiênico nos banheiros, estamos falando, por exemplo, de uma Universidade que teve um incêndio em um dos seus *campus* que está desde meados de setembro sem funcionamento - que é o *campus* de Uruçuí. Estamos falando de uma Universidade em que seus professores e professoras estão com defasagem salarial na ordem de 68% acumulada ao longo de dez anos. Entendemos que o momento da discussão da lei orçamentária é momento de trazer questões como essa, tratadas do ponto de vista objetivo.

Não estamos aqui só como Adcepe, Sindicato de Técnicos, movimento estudantil, mas também como categorias de servidores e servidoras públicos. Estamos com representação de entidades da Educação, da Saúde, da Segurança para perguntar ao Governo do Piauí, neste momento de discussão e de definição das questões orçamentárias, como ficam os serviços, as servidoras e os servidores públicos do estado. Estamos findando o primeiro ano do Governo e não tivemos anúncio em relação à como melhorar a condição da valorização dos serviços e das servidoras. Pela nossa leitura, na proposta da lei orçamentária, pelo menos com o

nível de detalhamento que nos é apresentado, não conseguimos identificar o que o Governo apresenta, por exemplo, para a recomposição das perdas. Nem estamos falando de aumento salarial, estamos falando, inicialmente, em recomposição das perdas. O que o Governo apresenta? Pergunto aos secretários.

Para encerrar, nós - categorias de servidores e servidoras públicos do Piauí - precisamos continuar prestando o melhor serviço possível e, com isso, trazemos uma proposição: não levar a matéria da lei do orçamento anual a plenário antes que se realize uma reunião com as categorias de servidores e servidoras públicos do Piauí, uma reunião que envolva a relatoria do orçamento, a equipe econômica do Governo, a liderança do Governo na Assembleia Legislativa e que se trate essa questão como uma questão estrutural para o orçamento. Já passamos o primeiro ano do Governo, penso que todos os pedidos de calma já não podem mais se sustentar, porque o que ocorre é que estamos indo todo dia e toda semana ao supermercado - tem gente que vai à quitanda - e não consegue mais comprar o básico. Estar em uma categoria de professores e de professoras, por exemplo, que tiveram os seus salários corroídos em mais de 68% ao longo de 10 anos, penso que não é questão simples. Assim, precisamos olhar como estão os servidores da Segurança, como estão os servidores da Saúde. Ninguém tem queixa em complexidade menor que essa.

Fico por aqui, mas, certamente, há muita coisa para dizer em um momento como este. Queremos falar da autonomia da Universidade, inclusive, apresentaremos uma proposta de emenda à lei orçamentária no tocante a avançar na nossa autonomia. A nossa proposta é que o que tenha sido previsto na lei orçamentária possa ser definido em parcelas de 12 prestações mensais, repassadas diretamente à Fundação Universidade Estadual do Piauí, para que a Universidade possa gerir o orçamento que está previsto na lei orçamentária e não precise estar o tempo inteiro na Secretaria de Fazenda pedindo liberação daquilo que já está previsto em lei.

Por fim, é isso o que queria dizer! Espero que continuemos discutindo essa pauta. Reafirmo a nossa proposta

de pedido de audiência antes que se leve a matéria ao plenário desta Casa.

Muito obrigada!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Pedimos, agora, ao Secretário de Planejamento que possa responder ou se colocar dentro daquilo que foi exposto pelas três categorias.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Com relação à questão da Doutora Carla Yáscar, pode-se, eventualmente, discutir alguma questão relativa à Defensoria, tendo em vista a execução que houve. É possível fazer essa reunião depois para chegar em um patamar ou, pelo menos, para explicar o que a Seplan conduziu.

Com relação às questões da Uespi, o que colocaria, de uma maneira bem geral, é que este ano - já a partir deste ano do primeiro de administração do Governador Rafael Fonteles - a Uespi tem sido uma prioridade clara, com relação à questão dos investimentos de infraestrutura, tanto é que, para acelerar o processo, redistribuíram-se os editais entre outras secretarias, outras setoriais do Governo, justamente para acelerar, para você ter obras, porque o setor de engenharia, exclusivamente, da Uespi não daria conta de fazer o quantitativo de investimentos que está previsto em mais de 60 milhões de reais ao mesmo tempo. Então, é uma preocupação grande do Governador em relação à estrutura física, mas não só isso, quer dizer, foi autorizado concurso para técnico, foi autorizado concurso para professor, houve o reajuste de bolsas. Então, há do ponto de vista básico, quer dizer, da execução orçamentária já de 2023, um compromisso claro do Governador com as melhorias da condição da Uespi, isso vai continuar em 2024.

Especificamente sobre a questão de imobiliário, estrutura física, eu mencionei aqui durante a minha exposição, o modelo que estamos usando para, modelo, digamos assim, a metodologia que estamos usando para estruturação do orçamento traz para cada órgão a necessidade de rever os seus próprios gastos. O princípio básico é oferecer aquilo que é necessário para que seja, que se funcione cada um dos órgãos e, a partir disso, cada gestor olhará onde ele pode, eventualmente, reduzir algum tipo de gasto, de custeio para fazer investimento. Esse é o princípio básico do orçamento que a gente propôs.

Tenho plena consciência de que representa certa mudança de cultura, porque, no geral, se vai para a questão da suplementação, se busca sempre um, digamos assim, um recurso a mais, é natural, mas quando eu mostrei ali a gente tem um gasto de custeio da ordem de 3 bilhões de reais, se você quiser aumentar o investimento sem olhar, sem depender também de operações de crédito, que você sempre vai depender de operação de crédito para aumentar, cada um de nós, gestor, vai ter que olhar para dentro dos seus órgãos e interpretar onde é que pode reduzir custeio para fazer fato é investimento, isso é uma questão de equilíbrio fiscal que temos discutido.

Com relação à questão daquilo que a Lucineide colocou em relação à questão da concepção da gestão propriamente dita, se entendi, a questão da concepção da gestão por resultados, na realidade, o que entendo é que o Governador Rafael Fonteles, leva, tenho visto isso na prática, a sociedade tem visto na prática, absolutamente a sério aquilo com qual ele se comprometeu em praça pública através do plano de governo. Todas as reuniões, todas as oportunidades públicas têm reiterado isso, de maneira muito clara, o primeiro trabalho da secretaria de planejamento foi atribuir a cada um dos órgãos dentro da estrutura de governo, qual era a sua meta e como se deveria chegar. A concepção é justamente essa e, é uma concepção que respeita a vontade popular a partir da qual ele foi eleito ano passado.

Com relação a questão do endividamento público a Secretaria do Tesouro Nacional acabou de publicar avaliação de todos os estados, o Estado do Piauí continua com uma capacidade de pagamento adequada para ter aval da União, nas suas operações de crédito. Isso não é a praxe, infelizmente não é a praxe dos demais estados, continuamos com isso. Então, significa que essa questão do endividamento público tem sido tratada por nós, não só com responsabilidade, quanto está avalizado pela União através da Secretaria do Tesouro Nacional.

Com relação a sua proposição, cabe a Assembleia colocar. O que tenho de informação, eu não tenho participado das reuniões, mas o secretário Samuel, a secretaria Núbia, tem recebido ao longo desse ano todas as categorias que tem procurado.

A questão do reajuste, vamos discutir no ano que vem, a questão do reajuste é para ser discutida no ano que vem, estou dizendo que vai ser discutida ao longo do ano de 2024 a perspectiva de reajuste.

Estou lhe colocando...

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Só um minuto, professora Lucineide! Uma questão de ordem, o secretário de Fazenda quer se manifestar e nós reabriremos as discussões.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - O secretário Washington, é muito feliz em todas as colocações, as perguntas que foram colocadas, ele foi respondendo uma a uma.

Eu quero só colocar dois pontos em relação a Uespi: mesmo nesse momento de crise que estamos agora, até segurando custeio da máquina, por conta da queda do FPE, mas temos tido o cuidado muito grande com a Uespi em relação aos pagamentos de todos os compromissos que ela tem lá em relação a parte de custeio. Se você comparar em nível de atraso que existe hoje na Uespi, comparado até com outros órgãos ele é menor, porque temos uma preocupação muito grande. Primeiro que é um dos focos do governo Rafael, é a questão da Educação, desde a educação

básica, fundamental até em nível superior. E também assim, a preocupação nossa com os investimentos, as obras que estão sendo feitas. Tivemos, inclusive, o cuidado de correr com esse orçamento, com licitação até na reunião da **CGSE**, não é secretário Washington? A gente pauta isso, vamos agilizar essa questão da infraestrutura da Uespi.

Agora sobre reajuste salarial - Existia no início.... Vou falar em relação aquilo que vocês estão colocando sobre os salários. No início do governo, nós até estávamos projetando algo para os segundo semestre, mas infelizmente aconteceram esses problemas do FPE e o governador...

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Gente, com licença. Eu gostaria apenas de dizer o seguinte: A proposta da audiência

audiência pública, a gente está em um momento em que estamos analisando e avaliando as peças orçamentárias que vieram pra esta Casa. Então, existem várias pessoas que estão inscritas, e gostaríamos de estar de certa forma, dando uma resposta, mas lembrar que estamos em um processo de construção. Então se começarmos esse tipo de discussão agora aqui, o que pode acontecer? A gente não vai chegar a um objetivo, mas vamos estar abertos, é um momento de se fazer as emendas, é um momento da gente começar a rever essas discussões, exatamente por isso que fazemos a audiência pública.

Então, estamos ouvindo, eu, enquanto parlamentar que estou presidindo esta audiência pública, todos os pontos estão sendo anotados. E como foi feita uma proposição no início pelo secretário de Planejamento para que o Ministério Público possa se sentar e se possa fazer essa discussão, eu acho que esse momento de construção, ele é exatamente pra isso. Temos conhecimento de todas as dificuldades, as insatisfações e estamos aqui pra discutir; discutir dentro de uma realidade e de um processo de construção. É legítimo a manifestação, mas eu gostaria que a gente objetivasse para que a gente não perdesse o foco e o objetivo

real desta audiência pública. Então os pontos estão sendo colocados aqui, as discussões vão acontecer e o orçamento será votado, após, de fato, conseguir chegar aquilo que é possível dentro de uma realidade também.

Então, há um processo de construção, entendam isso, essa audiência pública não está determinando o final desse processo, nós teremos outras audiências públicas, inclusive, na próxima segunda-feira, gostaria de dizer que não será aqui, vai ser no plenarinho, porque o espaço é maior para que haja mais participação da sociedade civil como um todo, então é um processo de construção.

Então, eu gostaria de pedir só que a gente mantivesse a ordem, que vocês possam nos procurar; procurar a comissão também para que possamos rediscutir, estamos abertos para isso, essa é a Casa do povo e estamos em um processo de construção.

Com a palavra o secretário de Fazenda.

SR. EMÍLIO JUNIOR - (Secretário de Fazenda) Sim, era só pra falar a questão do reajuste salarial. Então é assim, isso desde o início do ano, o nosso governador, a gente tem pautado isso com ele, mas é como a gente já adiantou aqui, tem que trabalhar a coisa com bastante equilíbrio fiscal para não estrangular também o estado e nem deixar o que seja comprometido coisas que você não vai conseguir. Então esse ano estamos com muita dificuldade para fechar as contas, mas o governador já anunciou que vai tratar de reajuste salarial para o próximo ano. Eu não sei especificamente se ele vai deixar para anunciar no próximo ano, talvez ele possa até anunciar antes; estamos aguardando especificamente o fechamento de novembro para se ter uma idéia. Porque com o fechamento de novembro, nós já temos uma idéia real de como é que vai ser o fechamento de pagamento de décimo terceiro, os cumprimentos de todas as obrigações que temos em 2023.

Então, eu gostaria só que vocês tivessem um pouco de paciência, porque com certeza após o fechamento de novembro, mas isso está no radar do governador, isso eu quero dizer pra vocês que está no radar do governador, ele já até anunciou isso.

Agora quanto é esse valor? É aonde, a gente dentro da audiência, você faz as suas colocações, os seus índices que você acha que tem perdido, é um processo de discussão. Agora não pode é ser algo que você está com uma devassagem de 78%, vai ter que corrigir, a gente tem que tomar cuidado com a gestão fiscal do estado para evitar o estrangulamento. Mas, eu só quero dizer que isso está no radar do governo e estamos fechando conta fiscais já pensando nisso. Agora, eu deixo essa questão do anúncio para o governador no momento certo.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Professora, eu gostaria só que, assim fosse um pouco mais rápido, porque nós temos muitas pessoas inscritas e até pra respeitar esse espaço democrático.

Com a palavra a Sra. Lucineide Barros.

SRA. LUCINEIDE BARROS (Representante da Associação dos Docentes da Uespi) - Sim, com certeza.

Secretário Emílio, nós estamos aqui reconhecendo o Senhor, o secretário Washington, como representantes do governo. E estamos reconhecendo também que essa proposta de lei é uma lei pra valer

não é letra morta, pelo menos é isso que a gente espera. Então, como ela é uma lei que se volta a planejar e planejar para o próximo ano, nós não entendemos que seja razoável, que ela seja aprovada sem nenhuma sinalização em relação a essa questão. Então, final de novembro é daqui a pouco. O que nós queremos? Nós queremos que não fechemos essa lei sem que haja alguma sinalização. Nós estamos dizendo qual é a nossa perda, o que vai fazer com isso, nós entendemos que é processo de negociação, mas não temos evolução do processo de negociação até aqui. Nós entendemos que é hora do governador Rafael Fonteles dizer objetivamente alguma coisa em relação a isso.

É essa a nossa proposta, então nós queremos ouvir de vocês como representantes do governo.

SR. EMÍLIO JUNIOR - (Secretário de Fazenda) - É por isso que estamos numa audiência pública e, é essas demandas que você colocou, a gente vai conversar com o governador. E vai ter tempo para gente fazer uma resposta sobre isso, mas eu precisaria que você tivesse a paciência, pelo menos, aguardar ele chegar, alguma coisa assim, pra gente tratar disso aí. Agora, sobre o reajuste salarial, ele já afirmou que haverá, ele já afirmou. Então assim, quanto vai ser esse reajuste é que a gente ainda não fechou as contas ainda.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Bom gente, essas demandas elas estão sendo anotadas por nós também. Essa audiência pública está sendo gravada, então nós compreendemos as colocações que foram feitas, entendemos que a necessidade da recomposição salarial são dez anos de perdas. Mas eu só quero que vocês entendam isso, é de fato um processo de construção, o orçamento não vai ser votado amanhã. Então, a gente tem todo esse processo. Eu sei que pedir paciência nesse momento, eu entendo que de certa forma, causa até uma certa irritação, porque são dez anos, mas eu não pediria neste momento, enquanto parlamentar, enquanto representante desta Casa, neste momento, a paciência, mas só a compreensão que vocês entendam que esse processo de construção está sendo feito, vocês são parte dele e essas observações serão discutidas.

Gostaria de registrar aqui a presença do presidente desta Comissão, que acabou de chegar também recentemente, o deputado Henrique Pires e, ele pode endossar e reendossar e reafirmar isso que a gente está colocando aqui, enquanto parlamentar, que essas discussões, essas observações serão analisadas e avaliadas até que se possa fazer a votação final dessas peças orçamentárias.

Presidente, o Senhor quer se manifestar? Não.

Então vamos passar para as perguntas seguintes para que ninguém fique prejudicado com relação a isso.

Então, representando a Saúde, a Auriane, o Carlos Eugênio e o Isaac Vilarinho, representando Sinpolpi, são as três próximas perguntas

Com a palavra a Auriane.

SRA. AURIANE (Representante da Saúde) - Bom dia a todos! Até aviso, gente, eu vou ser bem breve, mas assim minha fala vai ser dividida com a Geane, que a gente está na representação da Saúde aqui, a presidente do Sindef, Sindicato Geral.

Então assim, a gente vê, de fato, tanto nas propagandas, quanto no próprio orçamento, a saúde como prioridade. Mas acontece que a saúde é feita por pilares, tem o usuário, tem a gestão e tem o trabalhador da saúde. E não se vê contemplado nessa prioridade, o trabalhador da Saúde. A situação do nosso plano de carreira em geral, não é diferente do da Uespi em relação a percentual de defasagem; mas ainda tem algo, não querendo dizer que o nosso problema é maior do que de outra área, mas a gente ainda tem um problema a mais, que é uma defasagem que já era histórica. Então é uma perda em cima de uma defasagem. E eu até me envergonho, mas eu tenho que expor. Hoje, o salário de um fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional, um psicólogo, um nutricionista no estado é de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Nós estamos vendo que o estado criou um cargo, por exemplo, foram criados cargos esse ano em nível superior, nós estamos falando de profissionais em nível superior, nesse momento, com salário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Então quando você

coloca e faz uma simples comparação, você ver como a Saúde está na UTI. Nós tivemos, enquanto sindicato da Saúde, reunião com: secretário de Saúde, e não foram poucas esse ano; nós tivemos uma com o secretário de Administração. E o que foi nos repassado é que ano de 2024, que já é... Primeiro, que a gestão reconhece a precariedade da situação do trabalhador da Saúde, que quando junta

saúde, educação, justiça estão na lanterna da lanterna, da lanterna. Já é reconhecido isso, essa precarização desse problema em relação salarial e, que se estuda, enquanto gestão, uma reestruturação de carreiras. E a gente entende que se essa reestruturação de carreiras não tiver previsto nesse orçamento, essa reestruturação prometida a partir desse próximo ano. Se isso não está previsto em orçamento, quando a gente senta, vira mais um para o próximo ano. Então, a nossa preocupação é essa.

Em relação a reajuste já se fala, o governador já falou que terá um reajuste linear. A gente pensa que a reestruturação e o reajuste são coisas diferentes e que deve acontecer o linear e a reestruturação daquelas carreiras que estão de fato muito comprometidas como o caso da Saúde. E quando você vê que esse ano teve um reajuste do Plamta, do laspi de 15,5%. Então, você não pense o linear menor do que esse, para dar um equilíbrio para as contas já desequilibradas dos servidores. Porque equilíbrio fiscal é importante, mas lembramos que toda campanha do governo Rafael, foi feita em cima da saúde fiscal do Estado, do bom trabalho que ele fez a frente da secretaria da Fazenda. Então assim, mesmo quando houve essa saúde no Estado, na gestão passada, não houve o reconhecimento. E, aqui a gente vai colocar só a carreira para não alongar, porque é o objetivo principal, mas se você se aprofunda um pouquinho mais, você vê que apenas cerca de 40% dos profissionais da Saúde são profissionais efetivos. Se a gente coloca os 60% precarizado do Estado, temporários do Estado, a situação ainda é mais crítica. E isso sinaliza, já tem várias indicações, inclusive da Justiça Federal, da necessidade de concurso público na Saúde, que há mais de uma década não ocorre, colocando em risco, inclusive, a previdência de nós, hoje profissionais efetivos do Estado.

Só para complementar minha fala, a Geane, também vai ser breve.

SRA. GEANE SOUSA (Representante da Saúde) - Eu vou ser breve. Vou colocar só os casos mais críticos.

Bom dia a todos e todas! Primeiro lugar, a Auriane já falou o básico, o geral. O que é que eu tenho a reivindicar de forma urgente, urgência, urgentíssimo para todos vocês. Nós temos os funcionários operacionais, os vencimentos deles na tabela é R\$ 800,00 (oitocentos reais). No último reajuste que teve, eles chegaram a R\$ 1.333,00 (mil trezentos e trinta e três). O que era que complementava para eles? A hora extra que agora neste governo foi cortado, tudo quanto foi hora extra. Então, quem tinha um aluguel para pagar que pagava com essa hora extra, hoje praticamente voltou para casa dos pais, porque não tem como. Nossos aposentados e pensionistas estão na miséria. Isso é fato. E agora depois desse reajuste do Plamta e do lapep, o que que ocorreu agora? Esse pessoal não tem mais nem como pagar o Plamta e o lapep e estão solicitando o desligamento. Por quê? Porque não tem vencimento quando termina. De 2008, o pessoal que aposentou, nunca mais teve nenhum reajuste. A semana passada, eu olhei o contracheque de um aposentado com R\$ 300,00 (trezentos reais). Alguém faz alguma coisa com R\$ 300,00 reais, aqui? Eu sei que a maioria que ganham muito bem vai para uma farra e gasta, bem mais do que isso; enquanto que essa criatura utiliza esses R\$ 300,00 reais para se manter o mês inteiro. Isso eu lhe digo com toda certeza, é terrível. Eu, pelo menos, eu digo bem, aqui para vocês, o meu vencimento hoje como administrativo R\$ 1.904,00 (mil novecentos reais). Eu faço o quê? Entendeu? Então nosso

nosso plano de carreira veio para cá, para a Assembleia, mas até hoje não foi definido nada. O que nós queremos é uma definição desses planos de carreira, nas nossas promoções e progressões que foram dadas desde 2021, no governo ainda do governador Wellington Dias e, até hoje inventam uma coisa ou outra, mas não vai para lugar nenhum.

Outra coisa também que não sai, as publicações. Nós temos 300 pessoas que não tem condições de trabalhar. É só a publicação de uma errata e não sai, não vai para lugar nenhum.

Então, secretário de Fazenda, eu lhe pergunto, o que eu faço com esse pessoal que está nessa situação? E vocês pedem para a gente ter paciência. Agora eu pergunto, dá para ter paciência? Dá para esperar mais ainda com relação a esses reajustes?

Então, vou só concluir. A minha preocupação maior é o quê? Esses planos de carreira, nós precisamos, eu acho que o mínimo que o governo pode nos dar é nossas promoções e progressões e o nosso plano de carreira e que seja incluso no orçamento agora, urgente.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Agora, o Senhor Carlos Eugênio, do Sindicato dos Servidores do Judiciário.

SR. CARLOS EUGÊNIO (Representante do Sindicato dos Servidores do Judiciário) - Bom dia a todos e a todas e, em nome dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e também como membro participante efetivamente na comissão de orçamento que, elaborou a proposta orçamentária do nosso Poder Judiciário, a gente, na verdade, reforça a aprovação da proposta do Poder Judiciário, tal qual veio a esta Casa. E também gostaria de reforçar o apelo das nossas colegas servidoras e servidores, no sentido de que esse orçamento venha a contemplar todos os reajustes para todos os servidores do Judiciário piauiense; bem como também de todos os outros segmentos da nossa sociedade, mesmo porque, sem reajuste salarial para os servidores públicos, o serviço não é o mesmo, o servidor se desestimula e quem sofre com isso é a sociedade piauiense.

Então, a gente reitera que nessa proposta orçamentária, Suas Excelências secretários, Sua Excelência governador, também esta Casa que os Senhores parlamentares, que possa ser votado, mas com proposta, com aceno de reajuste para todos os servidores públicos.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Obrigada, Carlos Eugênio. O Senhor Isaac Vilarinho, representando agora os policiais civis.

SR. ISAAC VILARINHO (Representante dos Policiais Civis do Piauí) - Bom dia a todos! Eu cumprimento a deputada Simone Pereira, cumprimento o secretário de Planejamento, Washington Bonfim e o secretário de Fazenda, Emílio Júnior. Eu também penso igual aos representantes de entidades, que o reajuste é imperativo, o reajuste tem que ser previsto na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024, o qual até o presente momento nós, servidores públicos, não temos a certeza e nem a anuência do Governo se isso irá ocorrer.

Eu observei bem a fala do secretário de Planejamento: "ah, vai ser discutido reajuste para o ano 2024". Mas quando vai ser feita essa discussão, secretário? Nós queremos saber, mas também precisamos de um calendário para essas discussões. Também pensamos que o linear não prejudica dentro da Polícia Civil, uma reestruturação que nós também queremos, nós policiais civis, agentes, escrivães, peritos e delegados, precisamos também ter uma previsão orçamentária dentro da lei sobre isso.

Vou trazer alguns dados para os Senhores e Senhoras aqui presentes, de como o governo do Estado vem tratando a Segurança Pública. O anuário de Segurança Pública, versa que a proporção que o Piauí gasta, de acordo com suas receitas correntes, entre os anos de 2019 e 2022 é uma média de apenas 5,7%, indicando uma proporção baixa de investimento em comparação com a receita corrente. Só para os Senhores terem noção, o Piauí possui a menor média de todos os estados do Nordeste no tocante ao gasto da Segurança Pública, a menor Nordeste. E o Piauí também gasta por habitante e com segurança Pública, o Piauí ocupar penúltima posição no ranking de todos os estados brasileiros.

Então, nós enquanto policiais civis, pedimos um olhar sensível e lembrar aos gestores aqui presentes, que as nossas operações investigativas fazem com que o

governo estadual do Piauí hoje seja reconhecido nacionalmente, se em tese não se fala dos problemas da

da Educação, não se alenca, os problemas da Saúde é graças as ações da Segurança Pública do Estado do Piauí, o qual é bem reverberado pelo governador do Estado e também pelo secretário de Segurança Pública.

Então, é esse o apelo que a gente faz.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Muito obrigado .

Com a palavra agora o secretário Washington.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Em relação as questões relativas a salário, é uma discussão, como eu já coloquei, e também o secretário de Fazenda, colega Emílio colocou, há interesse do governador de fazer essa discussão, o compromisso, inclusive, público dele de fazer essa discussão. Agora assim, como a gente colocou aqui também, eu mostrei aqui no slide, a gente depende de recursos e é fundamentalmente de recursos que vêm do fundo de participação do Estado. Nós não vamos fazer aqui um compromisso para depois não honrar com vocês. A gente está numa audiência pública, na Assembleia Legislativa do estado do Piauí, e nem um de nós dois aqui, nem eu e muito menos o Emílio, vamos fazer compromisso aqui que não possa ser honrado. Então, essa é uma questão de princípio. O governo tem feito esforços muito claros, no sentido de melhorar o padrão de entrega de serviços para a população, nós fomos bastante transparentes aqui em relação aquilo que é receita e quais são as dificuldades que a gente tem. Isso tem sido feito de maneira muito clara. E esse é o princípio da discussão que a gente tem. E é um governo aberto às discussões. E está aberto às

discussões, as vezes é também compreender que em determinado momento a gente não consegue fazer tudo aquilo que queremos ou esperaria fazer para todos. Esse é um ponto básico da nossa discussão. E estou dizendo isso, porque basicamente todas as três questões da Auriane, me perdoe, da Geane, do Carlos Eugênio, até um pouco menos, do Isaac vão na mesma direção. Nós temos um orçamento - disse o tempo todo apertado - nós temos uma situação em que a gente depende de quase 60% do Fundo de Participação do Estado, em relação de 57% do Fundo de Participação do Estado que no último semestre tem se apresentado de maneira negativa, mês a mês, então nós não vamos fazer um compromisso que a gente não possa honrar, em nome do respeito a vocês e a esta Casa que a gente está participando aqui da audiência pública.

A questão da colocação como prioridade, eu entendo, me perdoe vocês vão discordar, que para nós é prioridade, tanto é que nós não estamos fazendo conversa aqui, seria muito fácil eu chegar aqui e dizer: ah, nós vamos fazer isso, aquilo e aquilo outro e depois descumprir minha palavra. Nós estamos conversando de igual para igual, reto aqui. Hoje nós não temos condição de fazer. É prioridade pro governador? Sempre foi, sempre foi, dentro das condições. E eu mostrei para vocês aqui as condições em que a gente opera o orçamento e as despesas do estado. Então, esse é o ponto da nossa discussão. Eu não estou fazendo nenhum tipo de proselitismo, nem estou dizendo aqui algo que eu não possa depois voltar na frente de vocês e dizer, cumpri minha palavra, esse é o ponto.

PARTICIPANTE - Inaudível

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Bom, nós vamos dar prosseguimento, até por que a gente vai priorizar quem está inscrito.

Então, agora o Secretário de Fazenda.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de estado da Fazenda) - Em relação a parte do reajuste salarial, eu já falei anteriormente que a gente, já foi algo anunciado pelo governador e a gente vai sentar para tratar, de qual será esse reajuste. Agora eu só

queria fazer um comentário em relação a parte da Saúde sobre progressões e tudo. Nós também fazemos parte aqui, eu e secretário Washigton, da Comissão de Gestão de Pessoas e, a gente tem avançado muito nos processos para andar.

Amanhã, nós vamos ter uma reunião da Comissão de Gestão de Pessoas e a gente coloca isso. Mas, na verdade assim, já foram aprovados, é certeza, porque nós fazemos parte lá e a gente tem avançado muito nisso aí.

Eu entendi. Vamos levar essa demanda amanhã. Vamos ter essa reunião. Vamos ter essa reunião amanhã 10 horas na Comissão de Gestão.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Vamos só dar prosseguimento. Os próximos inscritos o Sr. Igor Martins, representando os delegados da Polícia Civil, o Vilobaldo Carvalho, representando os policiais penais e o Francisco das Chagas representando o Sindicato do Trabalhador em Educação.

SR. IGOR MARTINS (Representante os delegados da Polícia Civil) - Bom dia! Meu nome é Igor Martins, sou delegado de Polícia e presidente do Sindicato dos Delegados do Estado do Piauí. Gostaria aqui de externar meus cumprimentos na pessoa da deputada Simone Pereira, na presidência da Mesa, cumprimento aos demais presentes.

O que me chama atenção aqui, dentro do projeto que nós estamos discutindo aqui, secretário, do projeto 69, sobre a falta de previsão de despesa fixa para a Polícia Civil. Enquanto que outras instituições como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar do Estado do Piauí estão com despesa fixas dentro do Orçamento. A Polícia Civil também como integrante do órgão de Segurança Pública não dispõe dessa despesa fixa, estando atrelada ao orçamento da Segurança Pública. Só que esse orçamento da Segurança Pública também é distribuído não só para Polícia Civil, ele é distribuído para o Corpo de Bombeiros e para Polícia Militar. Ou seja, nós não temos dentro do projeto a despesa fixa prevista para a Polícia Civil. Então, é uma questão que eu trago aqui para discussão e que possa ser prevista dentro do orçamento, feita essa emenda também para Polícia Civil.

O que isso significa? Significa que nós enquanto delegado de polícia, que é o chefe da instituição da Polícia Civil, ele não consegue organizar e administrar financeiramente a sua instituição, com previsões de concursos públicos, com previsões próprias, para questão de reestruturação da própria carreira da instituição da Polícia Civil, a ser discutida. Então, tudo isso fica prejudicado em razão dessa falta de autonomia, não digo propriamente financeira. Mas, para que a gente possa discutir esse projetos juntos ao secretário e ter uma previsão, já própria da instituição Polícia Civil. Então isso me chama atenção e, eu gostaria que V.Exas. pudessem, junto ao governador do Estado do Piauí, também discutindo aqui, isso que tem sido reiteradamente durante todos os anos a Polícia Civil, sendo preterida nesse sentido de não ter um orçamento de despesas fixas.

O segundo ponto que eu gostaria de falar aqui, é comum a todos, os demais servidores, mas especificamente a Saúde e a Segurança. No período de calamidade pública, nós profissionais da área da Segurança e da Saúde, nós estivemos trabalhando presencialmente, nós não paramos as nossas atividades presenciais. E naquele período foi conversado com o governo que ainda, na época, o secretário da Fazenda era o atual governador, sobre a questão da insalubridade dos servidores públicos. Essa insalubridade dos servidores públicos foi feito um compromisso do governo de ter um reajuste nesse valor, fazer, pelo menos, um projeto igual ao da CLT ou parecido com o dos servidores federais. E houve um compromisso, por parte do governo, naquela época, com os servidores de ter um reajuste neste valor que era de R\$ 400,00 reais. Durante a calamidade pública que foi decretada, nós perdemos vários policiais, vários servidores da Saúde também morreram, trabalhando diariamente, presencialmente, a fim de evitar uma proliferação em relação ao Covid. E até o presente momento, nós não tivemos nenhum reajuste diferenciado dos demais servidores e nem tivemos qualquer sinalização, embora se tenha tido, faça jus a reunião com a Dra. Núbia, mas até o presente momento, passado onze meses

após essa reunião, que estava prevista para, pelo menos, se discutir esse reajuste em relação a insalubridade, até o presente momento nós não tivemos mais nenhum retorno por parte do governo.

Então, gostaria de chamar atenção em relação especificamente a essa questão da insalubridade, essa questão também da falta de previsão de despesa fixa e também a discussão do plano de reestruturação da carreira, que nós estamos tendo dificuldade de discutir isso com o atual secretário de Segurança Pública. Devido a essa falta de orçamento ainda prevista para 2024, a gente não consegue discutir, mas isso não impede essa questão de reestruturação da carreira que tem feito outros policiais a deixarem a carreira da Polícia Civil do Estado do Piauí, por ser uma carreira menos atrativa do que outros estados, nós estamos perdendo vários policiais para outras instituições. Por exemplo, a delegacia de Valença da Mulher, ela não tem uma delegada de polícia. Então assim, o compromisso do estado com relação a segurança pública, mas nós não temos profissionais atuando nesse campo mais sensível, por exemplo o que eu estou citando aqui a ausência de uma delegada da mulher para atender um grupo vulnerável de Valença; fora a região sul que tem uma particularidade ainda maior em relação a essa estruturação organizacional. Mas a gente precisa sim, tratar, embora eu reconheça que o secretário de Segurança e o governador foram bem sensíveis, porque junto com a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, extinguiram aquela cláusula de barreira do concurso de 2018 e puderam fazer novas nomeações, ainda falta capilaridade de policiais civis no interior do estado, para que possa atender aquela população.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Antes de dar prosseguimento, quero registrar a presença do deputado Ziza Carvalho, deputado B. Sá, deputada Elisângela, deputado Hélio Rodrigues, deputado Rubén Vieira.

Agora vamos concedo a palavra para o Senhor Vilobaldo Carvalho, representando os policiais penais.

SR. VILOBALDO CARVALHO (Representando os Policiais Penais) - Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar a deputada Simone Pereira, pela destreza na condução dos trabalhos, em nome da qual cumprimento os demais deputados, deputados: B.Sá, Ziza, Henrique Pires, demais deputados, secretário de Planejamento, Washington Bonfim e o secretário de Fazenda, Emílio.

Primeiro, Senhores, o sentimento dos servidores públicos do Estado do Piauí é um só, e a professora Lucineide quando externou lá inicialmente, ela já colocou ali basicamente os pingos nos iis. Quem tem a obrigação, o dever constitucional e legal de prestar serviços a sociedade, serviços públicos, inclusive de qualidade, são os servidores públicos, agora eles tem que ter condições para isso. E, principalmente

estarem motivados emocionalmente. Quando os servidores estão com salários defasados, por exemplo, começa você não ter um sentimento de pertencimento e valorização para prestar um bom serviço, porque basta ir no supermercado.

E aqui eu queria cumprimentar a forma de organização do orçamento e o momento, mas cumprimentar a secretaria de Fazenda pelo trabalho eficiente na arrecadação. Os números da secretaria de Fazenda hoje não são meus, são meus não, estão lá no balanço geral do Estado de 2022, no site da Sefaz. Coloco em contraponto o discurso do governo lá de julho do ano passado e diversas reportagens de que perderia não sei quanto de ICMS. A previsão orçamentária de 2022 está aqui, a Lei Orçamentária de 2022, eu estou com ela aqui. Receita líquida, lá na própria Sefaz tem os dados previsão de arrecadação e o que foi arrecadado. Em 2022, de acordo com o balanço geral do estado do Piauí, no site da Sefaz e, eu parabenizo a secretaria de Fazenda e os contatos que a gente tem lá são claros, que nós estamos arrecadando esse ano mais em torno de 10% do que do ano passado, lá está dizendo que no ano passado arrecadou em torno de um bilhão duzentos e

cinquenta milhões a mais do que o que estava previsto na Lei Orçamentária. O que não está tendo é realmente um reconhecimento e uma valorização dos servidores públicos. Esse é um clamor generalizado. Os dados desse ano, da Lei Orçamentária, previsão da arrecadação líquida, vai pra dezenove bilhões, foi apresentada aqui, está no projeto de lei. No ano passado a previsão era quinze bilhões. Se você fizer um cálculo matemático fácil - eu gosto dos números, porque como o governador gosta, eu também adoro números, sou apaixonado pela matemática - percebe-se aí que nós vamos ter um crescimento em torno de 24% de previsão de arrecadação. Com toda franqueza, data venia, Senhores, não tem possibilidade de nós não discutirmos e definirmos um percentual e uma data de reajuste que os servidores públicos, porque a previsão orçamentária é para 2024. Com toda franqueza, a gente ver a boa vontade do professor Washington Bonfim, mas se nós formos sentar pra discutir só em 2024, o governo vai querer empurrar esse reajuste pra 2025. E nós não estamos falando basicamente em reajuste, nós estamos falando em reposição de perdas, final de 2021 houve uma aprovação da lei aqui na Assembleia, 10% de reajuste ali em abril de 2022, a inflação foi 10.04%. Então, houve uma aprovação, inclusive, do percentual de reajuste pela Assembleia para o ano seguinte, é o mínimo que poderia se discutir. Então, o que se pede aqui, com toda parcimônia, nós temos prazo ainda para isso e a professora Lucineide foi assertiva, aqui que nós possamos sentar, o professor foi feliz, eu não posso fazer um compromisso aqui. Não, não é um compromisso aqui, vai ser um reajuste tanto, tanto por cento no mês tal. Não, vamos sentar representantes das categorias, equipe do Governo, equipe da Assembleia que trata da equipe da comissão de finanças e, vamos nos comprometer aqui, pelo menos, sentar e discutir e definir ainda nesse ano e aprovar na lei. Eu tenho certeza que o que o governador está trabalhando para trazer de investimentos para Piauí, isso é notório. Mas os servidores públicos não podem deixar de tentar ofertar o máximo de qualidade de serviço público para sociedade, somos nós que somos cobrados. Falou-se aqui em dados orçamentários, neste ano de 2023, que houve

uma prioridade assertiva na Segurança Pública, isso é claro, no sentido de, são mais de mil policiais militares nas ruas, são mais trezentos policiais civis nas ruas. O que que está acontecendo? Clamor da sociedade por um enfrentamento a criminalidade violenta. O Governo o Estado do Piauí está enfrentando é de se reconhecer, parabéns, é em torno de mil presos a mais nas unidades prisionais. E isso repercute lá no trabalho do policial penal que tem que garantir a segurança. A dra. Yásca, da Defensoria falou aqui 1% a mais; mais presos lá, certamente é mais demanda para Defensoria, porque boa parte deles é atendimento gratuito. Imagina para os policiais penais, nós estamos com a mesma mão de obra, trabalhando a mais, porque os policiais civis, os policiais militares tiveram um reforço. Nós temos é redução, porque um ou outro sai, agora mesmo saíram alguns para delegado, sai pra outros concursos. Então o clamor nosso é um só, os números

do ICMS do estado desse ano, até pelo menos, são extraoficiais, mas que já nos chegaram, quebra o discurso de que havia perdas, que chama as reportagens dos portais, que havia perdas neste ano em torno de um bilhão e meio a dois bilhões de reais de ICMS. Os números mostram que, por exemplo, em janeiro deste ano, posso até estar com os números que sei que não são oficiais, eram quatrocentos e oitenta e sete milhões; agosto, seiscentos e quinze. A gente sabe que está tendo perda do FPE, mas a ICMS está crescente. Então não custa nada uma sensibilidade maior do governo para olhar - nós queremos discutir agora, reposição inflacionária, vamos dizer e acertar para 2024. E 2024, aí sim a gente discutir reestruturação de carreiras, que foi um compromisso do governo, entrevistas, inclusive, do secretário de Administração, no começo do mandato, aliás no começo desse esse governo, dizendo que ia conversar com as categorias, no sentido de melhorar as carreiras, que é importante para que se tenha cada vez mais um serviço de qualidade prestado à sociedade. E é isso que nós queremos, mas queremos que se faça isso com

estruturas que estão sendo colocadas, realmente para investir em infraestruturas. Nós precisamos na ponta, valorizar o pessoal, basicamente é isso.

Então, o que nós clamamos é que nós possamos ter uma reunião, equipe do governo, equipe da Assembleia e possamos discutir e definir um percentual de reajuste para os servidores públicos no ano que vem. Eu falo reajuste por força da palavra, mas nós já temos aí em torno de 15,5%, por exemplo, foi o reajuste do Plamta e do laspi, como foi mencionado aqui e para o servidor nada. E parabênizo aos deputados. Aqui teve um reajuste desse ano para os deputados, secretários, 70%, as perdas estavam acumuladas, houve uma recuperação. É justo que os servidores públicos não tenham um mínimo de definição agora? Tem um ditado que diz: contra fatos, não há argumentos; mas tem o outro, que eu prefiro dizer assim: contra dados e os dados fiscais da Fazenda são excelentes, não há como se ter argumentos para não se dar reajuste e pensar no servidor público do Estado do Piauí.

Muito obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Bom, agora vamos ouvir o Sr. Francisco das Chagas, representante do Sinte.

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS (Representante do Sinte) - Bom dia a todos e a todas! Parabenizar a deputada Simone e todos que fazem esta Mesa e também parabenizar todos os servidores e servidoras aqui presentes, trabalhadores que estão aqui na perspectiva em que seus vencimentos no próximo ano realmente sejam dignos. Justificar a ausência da nossa presidente professora Paulina, que está fora do estado em defesa da educação pública e nosso presidente da CUT que também está em outra agenda, neste momento.

A educação pública hoje, Senhores deputados, Senhor secretário, passa por situação realmente difícil, muito difícil. Tivemos seis meses de greve no ano passado para defender um piso, sancionado pelo nosso atual presidente, o presidente Lula. Passamos seis meses na chuva, no sol que, infelizmente, a nossa

pauta não foi atendida. Estamos sempre buscando audiência com o Senhor governador e, até o momento não foi possível este diálogo. Educação hoje, ela clama por valorização, que realmente o governo, ele pague o piso, que é uma lei federal. Hoje os professores, trabalhadores qualificados, que tem especialização, que tem mestrado, doutorado, não tiveram nada de aumento, só os professores de carreiras inicial. O governo hoje paga um abono quadrimestral que o Sinte foi contrário, porque o abono é paleativo. Quando terminar agora em dezembro, pronto, fica sem reajuste. Então, nós queremos de imediato que nesse orçamento o governo procure realmente pagar aquilo que é direito dos trabalhadores.

O segmento dos aposentados? Esse pessoal está sofrendo grandes consequências, além de não ser contemplado com os aumentos, ainda tem

14% tirado todo mês do seu contracheque para previdência. O Sinte já entrou com várias ações na justiça para que o governo isente esses trabalhadores aposentados de pagar 14% do seu vencimento, já que ele não tem nada de aumento, porque a paridade foi uma luta, foi uma guerra do sindicato para manter quando efetivo tiver qualquer remuneração, os inativos também terão. Hoje os trabalhadores da escola de tempo integral estão praticamente dez anos sem ter reajuste, dez anos. Os trabalhadores de tempo integral na escola de manhã e a tarde e não é valorizado, e não são reconhecidos.

Portanto, secretário de Fazenda e Planejamento, vamos tentar ver dentro desse orçamento uma valorização para essa categoria que é importante para o estado, já que o governador também é professor, tem escola de um padrão melhor e valoriza com certeza o seu trabalhador, vamos também valorizar os trabalhadores públicos do Estado do Piauí, porque esses trabalhadores realmente estão clamando pela valorização, que essa valorização até o momento não foi reconhecida pelos nossos gestores. O Sinte quando vai para greve não é para tirar foto, não é para apoiar nem A, nem B e, sim para valorizar uma categoria que realmente está

precisando urgentemente ser reconhecida, urgentemente ser valorizada. Portanto, nós pedimos que dentro desse orçamento para o próximo ano, valorize essa categoria, tanto os trabalhadores administrativos, como os trabalhadores docentes e não esquecer do grande segmento que é o segmento dos aposentados.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Com a palavra o secretário de Fazenda.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Alguns pontos sobre questão da secretaria de Segurança Pública, é uma questão que tem que discutir internamente a própria secretaria. Eu posso conversar com o Chico, sobre esse ponto. A mesma coisa em relação a essa questão da insalubridade, do reajuste que foi colocado pelo delegado Igor.

Com relação aquilo que o Vilobaldo colocou, está sinalizado a questão do concurso, inclusive já estamos em tratativas legais: Seplan, Sead e Sejus para anúncio do concurso público dos agentes policiais penais, já no início de 2024. Estamos definindo as questões burocráticas relativas a isso. Colocaria sobre a sua questão matemática, na realidade, inclusive é de 19 para 15, mas nós fizemos questão de colocar os dois bilhões e cento e noventa em destacado, porque operação de crédito não pode financiar gastos de custeio. Essa é a regra da Lei de Responsabilidade Fiscal sob pena de reprovação das contas do governador. Então, nós fizemos o gráfico para mostrar exatamente aquilo que está em discussão e aquilo que é a realidade da execução orçamentária do estado.

Com relação, assim, o agente Isaac, tinha colocado lá atrás a questão dos investimentos em segurança pública. Eu tinha anotado aqui mas esqueci de mencionar na minha primeira fala, mas de alguma forma o delegado Igor e o policial Vilobaldo, chamaram atenção de que o governo tem feito sim um esforço grande, já no primeiro ano de gestão em relação ao reforço dos investimentos em segurança

pública, contratação de pessoal, promoção de pessoal, novas viaturas, sistemas de comunicação, no caso da Sejus, além da penitenciária que está sendo construída em Buriti dos Lopes; a autorização do governador para uma nova penitenciária em Altos; a reforma da Irmão Guido e outras reformas no interior do Estado, a exemplo de Picos. Esperantina foi visitada agora pelo Governo Federal, está finalizando a reforma. Então assim, há um compromisso concreto do governo em relação a melhoria dos índices, inclusive, não só dos índices de segurança pública, mas dos índices de investimento na Segurança Pública do Estado, disso eu não tenho a menor dúvida.

E com relação aquilo que o que o Francisco das Chagas colocou, o Governo do Estado tem trabalhado o Fundeb. O novo Fundeb já garante um patamar de remuneração dos servidores da Educação em um patamar maior, porque passou o mínimo de 60% para 70%. O governo nesse caso também tem feito uma quantidade de investimento, inclusive, de melhoria de infraestrutura física das escolas bastante alto, tem repassado os valores para os professores. E a questão dos 14% relativos aos servidores aposentados, na realidade é uma emenda constitucional que foi votada em 2019, a qual o Governo do Estado se adequou, é regra de gestão no país, não é uma exclusividade nem é algo que o Governo do Piauí seja o único que faz não, muito pelo contrário, ele se adequou a um regramento constitucional.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Obrigada, secretário.

Agora com a palavra o secretário de Fazenda.

SR. EMÍDIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Eu queria só colocar que o Vilobaldo foi muito feliz quando ele colocou em relação aos números fiscais do Estado. Só queria esclarecer, Vilobaldo, o seguinte: quando houve aquela Lei da 194, ela começou em junho e a repercussão foi em julho. Então, por exemplo, se você pegar 2022 com 2021, o ICMS vinha crescendo em torno de 13%; quando chegou nesse mês de julho, ele caiu 8,24%, depois ele caiu 10%, isso tudo nominal, depois 14, caiu 7%, 8%, ou seja, praticamente o ICMS fechou igual o de 2022 com o

de 2021, porque no primeiro semestre ele teve um crescimento grande. E por que você disse que teve um bilhão a mais? Na verdade, é que o FPE no ano passado, ele teve um crescimento muito bom, as empresas estatais tiveram muito lucro, então, houve um crescimento do FPE de um bilhão, mas na parte do ICMS mesmo, nominalmente ele teve crescimento real negativo. Quando você pega, por exemplo, já 2023, que é o reflexo ainda dessa lei, aí assim, mês de janeiro o ICMS caiu 7%, fevereiro caiu 2, em março caiu 7 e ele começou a recuperar por conta daquela lei do ajuste tributário que foi colocado, ações da fiscalização. E aí, realmente, o ICMS está crescendo até agora 12% nominalmente. Agora, tem uma coisa que você tem que observar no ICMS, que de cada 100 reais que o estado arrecada de ICMS, ele só fica com 60, porque 25 vai para os municípios e 5% desse valor, ele vai para o Fundeb. Então assim, de cada 100 reais que a gente recebe, não é que ficou 100 para o estado, ficou 60. Só que na hora que ela melhorou do ICMS, veio o FPE, que como eu falei, o FPE esse ano foi que...e como o peso do FPE é maior, como o Washington já lembrou aqui, 55%, então praticamente o FPE, se você pegar até esse momento ele está no valor de crescimento nominal de 2%, que dá um crescimento real negativo disso aí. Então, é por isso que a gente continua nessa corda bamba, mas seus dados são verdadeiros.

Só queria colocar essa explicação, porque eu tenho que contrabalançar também o que é que aconteceu do outro lado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Bom gente, na próxima segunda-feira, nós teremos uma nova audiência pública, dessa vez será

lá no plenarinho, às 09h30 da manhã, oportunidade que vamos dar continuidade a essa discussão.

Gostaria de agradecer ao secretário de Planejamento, Washington Bonfim, a sua equipe, ao secretário de Fazenda, Dr. Emílio, agradecer a presença de cada um de vocês.

Declaro encerrada a sessão.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

COMISSÃO: Fiscalização, Controle, Finanças e Tributação.

TEMA: Discutir o Orçamento para 2024 (PLOA)

MEMBROS EFETIVOS: Henrique Pires, presidente; vice-presidente, Nerinho; Gustavo Neiva, Rubens Vieira; Bárbara do Firmino, Dr. Felipe; Rubens Vieira,

MEMBROS SUPLENTEs: Francisco Limma, Aldo Gil, Gil Carlos, Fábio Novo, Marden Menezes, Simone Pereira, Ziza Carvalho e Warton Lacerda.

SRA. PRESIDENTE(Simone Pereira – MDB) - Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a audiência pública para discutir o PPA de 2024 a 2027.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso Secretário de Planejamento e agradecer pela presença, Dr. Washington Bonfim; assim como nosso Secretário de Fazenda, Dr. Emílio Joaquim Júnior. Gostaria também de registrar algumas presenças aqui: representando o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Dr. Roosevelt; o Ministério Público, representado na pessoa do Senhor Ítalo Silva; a Controladoria Geral do Estado, sendo representada pela Geovana Garcia; representando o nosso Secretário de Saúde, Clésio Moreira; a Secretaria de Segurança, representando o Secretário Chico Lucas, Dr. Jesus Antônio Abreu e Lucídio Bezerra; a SeadPrev na pessoa do Senhor Ubirajara César de Almeida; o Sinte, representado pelo Senhor Evandro da Silva, e Sinpolpi sendo representado pelo Isaac Newton Vilarinho, e o Sindepol pelo Higgor Martins Moura. Queremos registrar também a presença de André Luz, representando a comissão de representantes docentes do concurso da Uespi, e o DCE da Uespi - o Diretório Central dos Estudantes, na pessoa de Natanael Soares; Vilobaldo também representando o Sinpoljuspi, e o pessoal que chegou aqui, a Associação Geral de Pessoal Penitenciário do Piauí, Jean Cleide Alcântara, o Sindespi - Sindicato dos Servidores da Saúde, já citei a Geane Sousa, fiscalização, e o Sindicato dos Fisioterapeutas na Pessoa da Auriane.

Então, gente, semana passada, nós tivemos uma audiência pública em que foi discutido a proposta orçamentária do Governo do Estado para o exercício de 2024. E, hoje, nós estamos, aqui, para que a Secretaria de Planejamento, juntamente com a Secretaria

de Fazenda nos apresente o planejamento em relação a programas e ações do Governo do Estado para o exercício de 2024 a 2027.

Então, eu gostaria de passar a palavra para o nosso Secretário de Planejamento, Dr. Washington Bonfim, que vai nos apresentar a proposta do governo desse PPA.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Bom dia a todos e todas! Eu vou dispensar os cumprimentos a todos representantes de poderes, Sindicatos, Associações, cumprimentando a Deputada Simone e o colega Emílio.

Assim, como fizemos da última vez, trouxemos uma apresentação para dar uma visão geral para a audiência do que está proposto para os próximos quatro anos. Na realidade, do ponto de vista da legislação, o Plano Plurianual de alguma forma tem uma ascendência sobre as leis orçamentárias anuais. Ele é, na realidade, a cada quatro anos votado. Esses quatro anos não casam com os mandatos. Na realidade, a legislação brasileira faz com que o primeiro ano de cada administração seja um ano de planejamento. O Plano Plurianual de quatro anos disciplina, digamos assim, as leis orçamentárias anuais dos três anos seguintes do mandato e o primeiro ano do mandato subsequente. E, nesse caso, nós estamos terminando a vigência do PPA que foi votado.

2019, no primeiro ano do governo Wellington Dias e, agora, teremos no primeiro ano do Governo Rafael Fonteles. Dito isso, teremos uma apresentação até um pouco mais técnica do que a da LOA... Para fazer esse planejamento de médio prazo, ou seja, não podemos olhar só olhar para o ano de 2024, mas olhar para todos os anos de 2024 até 2027 e para isso montamos uma matriz lógica e a partir da qual se faz algumas reflexões. Eu vou mostrar como isso se desenvolveu. Se vocês olharem — está pequeno, acho que talvez vocês não enxerguem, aqui do lado esquerdo os insumos para elaboração do PPA — são os documentos que instruem esse processo de reflexão da Secretaria de Planejamento e setoriais do Governo do Estado e demais poderes sobre a questão... — Cumprimento também o deputado Hélio Isaías. — ...dos próximos quatro anos. Então, nós consideramos como insumo, do ponto de vista de informações, o Plano de Gestão... — eu já falei sobre a questão do plano de governo que foi registrado pelo governador Rafael Fonteles, na eleição do ano passado, 2022 — ...os objetivos de desenvolvimento sustentável que são documentos mundiais que estabelecem metas de melhoria de indicadores essenciais para a vida no planeta; o Piauí 20/30, que é um planejamento de médio prazo que foi concebido no contexto de uma parceria do estado com o Pinud, e foi divulgado no final do ano passado,

ainda no Governo Regina Sousa; Os Planos Setoriais de cada uma das Secretarias e Poderes; participação —um insumo extremamente importante de participação pública — vou já mostrar e tem um documentos. Esses insumos de elaboração tem relação com aquilo que está no PPA, digamos assim em três dimensões da ação governamental: Dimensão Estratégica, onde queremos chegar; Dimensão Tática - que organiza essa dimensão estratégica e a Dimensão Operacional que, na realidade, é a própria execução não só do PPA, mas das LOAs que lhe são, vou botar "anexas". Desse ponto de vista das dimensões, olhamos para o Siap, que é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado, ou seja, contratos, aquilo que o estado executa no dia a dia e o Siafe é parte essencial da ideia de equilíbrio financeiro, e é tocado exclusivamente, prioritariamente pela Secretaria de Fazenda.

Do ponto de vista de organização, de planejamento, você tem uma visão de futuro, os eixos, os programas, objetivos, diretrizes... —não vou descer detalhes, não é uma aula, a ideia é mostrar para vocês de uma maneira geral o percurso, digamos intelectual, que foi feito para organizar as ações do estado nos próximos quatro anos do ponto de vista orçamentário.

Aqui as etapas de construção, a construção e consolidação de base estratégicas; oficinas conceituais e metodológicas; oficinas de dimensão tática e reunião com os Poderes; eventos via plenária territorial; oficinas de dimensão operacional, ou seja, para cada dimensão daquelas houve conversas com os Poderes e com as setoriais; a construção das ações produtos e metas; consolidação por parte da Seplan; por último, a consolidação daquilo que foi o objeto de discussão por parte da população na plenária territorial, foi realizado em julho passado; revisão do texto, e o texto como ele está hoje em discussão aqui, na Assembleia Legislativa.

Para dar uma ideia de como tudo isso foi feito, é mais ou menos um resumo, reuniões com todos os órgãos, todos os Poderes, todos os órgãos do Executivo e todos os Poderes, foram feitas 38 oficinas, foram mais de duas mil pessoas participando. Entre gestores técnicos e sociedade civil em cada um dos momentos da concepção do documento.

Eu já remeti lá atrás, em dezembro do ano passado, foi lançado um documento de visão de médio prazo, aliás, de longo prazo, do Governo do Estado, que é o Piauí 2030, lançado ainda, repito, pela governadora Regina Sousa, em dezembro. Esse é um instrumento para orientar esse Plano Plurianual e o próximo, e tem 2030, porque está

fundamentalmente baseado na questão dos ODSs dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis. Então, Piauí 20/30 concebe 29 programas, 110 projetos, 517 ações, têm quatro eixos: Infraestrutura, Meio Ambiente, Trabalho e Renda, Redução de Desigualdade. Quem quiser conhecer o documento está no site da Seplam, disponível. Isso é algo que, digamos assim, para nós é muito caro! Tudo aquilo que nós pensamos em relação ao PPA, inclusive do ponto de vista de monitoramento. — O () está ali, depois explicamos como é que vai ser feito. — Está relacionado a cada um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. isso é uma estratégia. — Inclusive, ontem, tive uma reunião com Pnud, uma estratégia única no país. O Piauí larga na frente nessa questão de organização do PPA em função da organização do planejamento de longo prazo e de médio prazo, bem como de curto prazo em função dos ODSs.

Bom, aqui o plano de gestão vou me poupar daqui, porque boa parte da audiência já viu isso na audiência pública da LOA.

Então, o Plano de Gestão: 07 eixos, 20 áreas, 42 órgãos, 178 compromissos distribuídos dessa maneira, 93 de gestão políticas públicas 57, obras e aquisições 28. O Plano de Gestão tem aderência praticamente completa com o Piauí 20/30; os grupos de monitoramento para olhar as metas — nós ampliamos um pouco mais os grupos de monitoramento, tem sido feitas reuniões com os secretários todos, que têm metas no plano de gestão. — E, assim, aqui tem, digamos assim, o que olhamos com mais carinho, e é onde queremos chegar no final dos quatro anos, é essa a nossa visão de futuro para o Piauí em dezembro de 2027: ser um estado brasileiro reconhecido por excelência dos serviços públicos com transformação digital, redução de desigualdades e crescimento econômico inclusivo e sustentável. É onde queremos chegar como estado, no final da execução desse plano plurianual. Para chegar aí, quer dizer, nós distribuímos as ações em eixos, objetivos estratégicos, desafios estratégicos. A apresentação vai ficar à disposição de vocês, eu vou ser econômico, não vou ler tudo, não faz sentido.

Os objetivos, os conceitos iniciais já falei, aí os objetivos estratégicos são oito: de Desenvolvimento Econômico; de Infraestrutura Inclusão Produtiva e Transição Energética; Gestão por Resultados; Redução de Desigualdade; Educação Inclusiva, Saúde e Bem-estar; Segurança e Justiça; Justiça e Segurança; Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Essa dimensão estratégica foi desdobrada, e aí para cada dimensão tem um indicador de impacto, que vai ser medido lá no final dos quatro anos.

No eixo de Desenvolvimento Econômico o indicador de impacto é a taxa de desocupação da população piauiense, medida pelo IBGE e esse eixo tem dois programas: o Avança Piauí e o Piauí Produtivo.

Na Infraestrutura os dois indicadores de pacto são as condições gerais das outras rodovias estaduais e a qualidade da energia elétrica, a medida pela Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica.

Gestão por Resultado - é a questão da oferta de serviços públicos digitais em linha com aquilo que nós colocamos lá da visão de futuro;

Redução de Desigualdades - o próprio índice de Gini.

Educação - o indicador de impacto, o Ideb;

Saúde - o aumento da expectativa de vida;

Justiça e Segurança - o número de homicídios por cem mil habitantes, que é uma estatística clássica mundialmente;

Mudanças Climáticas - o percentual da população com acesso à água e Esgotamento Sanitário, o programa é o Piauí Verde.

Bom, em termos de planejamento, nós fizemos o diagnóstico da situação do estado, construindo a visão de futuro, os eixos e os programas, que eu acabei de mostrar. Fizemos escolhas — o orçamento é limitado — precisamos fazer escolhas, e a partir dessas escolhas se delimitou objetivos e diretrizes. E aí, do ponto de vista da gestão, é o que chega lá no orçamento, você têm as ações dos produtos e os insumos.

Eu gosto desse quadro (slide), porque espelha bem o que fizemos: olhou aqui o item 01, a bolinha 01, vamos chamar assim, são os insumos Piauí 20/30 Plano de Gestão, o Plano Plurianual concebido ali, é o modelos de gestão por resultado.

Passamos à Lei Orçamentária Anual, ou seja, aqui se desdobra o Plano Plurianual nas leis, em cada ano respectivo, e aí fazemos o trabalho de monitoramento e avaliação, avaliando tanto o alcance das metas do plano de gestão quanto o alcance das metas dos indicadores que nós colocamos aqui do Plano Plurianual. Então, assim, de uma maneira geral, quer dizer, isso espelha o que nós estamos organizando, Secretaria de Planejamento e Fazenda. Veja ali que o eixo fundamental que estrutura todo desse ciclo de gestão é a questão da solidez e do realismo fiscal que é uma diretriz básica, sempre muito bem delineada e enfatizada pelo nosso Governador Rafael Fonteles.

Bom, isso na realidade o documento, espelha essa estrutura de programas objetivos, diretrizes setoriais, ações, produtos e insumos. Eu já falei isso lá atrás, aí só é esse gráfico mostra a organização disso, do ponto de vista da construção do próprio documento, e aí assim, fazendo um comparativo, nós já tínhamos avançado do ponto de vista da estruturação do PPA nos anos de 2020 e 23, esse que está acabando agora, e aí neste que nós estamos finalizando já havia vinculação direta entre planejamento e orçamento, via ação orçamentária, foi construído totalmente dentro dos do Siafe. Isso é algo muito importante, porque estrutura basicamente a questão de solidez fiscal do estado. Quer dizer, tudo aquilo que é gasto o estado sabe, isso é um avanço do ponto de vista de organização das contas públicas. Foi o início da metodologia de gestão por resultados. Obviamente que aí a pandemia deu uma distorcida em todas as metas, indicadores no mundo todo, e a implementação do monitoramento baseado no manual de macro processos que hoje orienta inclusive o nosso PPA 24/27. No caso do PPA 24/27, os aperfeiçoamentos têm a ver com a dimensão estratégica, transversalidade dos programas do PPA. Nós não estamos olhando só para área de saúde, olhando para o orçamento da Sesapi, olha para área de saúde de uma maneira transversal, a mesma coisa no caso da educação, ou no caso, por exemplo, do programa de primeira infância que tem ações clássicas; a questão da Maternidade; do Hospital Infantil; do apoio que o Estado dá aos municípios na educação básica, especialmente no Programa de Alfabetização da Idade Certa e vem até a Assistência Social nos abrigos, tal, e aí nós estamos acrescentando a isso um volume de recursos a mais para isso que já está consolidado como Política de Primeira Infância, estabelecendo claramente identificadores desse orçamento de primeira infância, que é uma das prioridades do governador também. Então, além disso, a inclusão do conceito de objetivos estratégicos e do eixo de inclusão, infraestrutura, inclusão produtiva e transição energética, isso não existia no PPA passado, e no caso, comparando também com 2020/23, o Piauí saudável e seguro na realidade foi desmembrado o eixo Saúde e Bem-estar do eixo Justiça e Segurança Pública.

Na dimensão tática, quer dizer, foram realizadas oficinas conceituais e metodológicas com todos os órgãos do Executivo, Legislativo e do Judiciário. Houve participação setorial no processo de construção do diagnóstico socioeconômico de basicamente todos os poderes e o fundamento.

Também na questão do Plano de Gestão, — já chamei atenção para isso — e nas Operações de Crédito que viabilizam grande parte dos investimentos que estão projetados para o período.

Na Dimensão Operacional vamos só destacar: tem o OPA - que é uma iniciativa nova, já executada a sua grande primeira etapa no ano de 2023, as obras serão no ano de 2024. - Além do OPA, temos a Modernização em Gestão para a Transformação Digital que é uma ação conjunta com a Etipi e o Banco Mundial, Seplam, Sesapi e Sefaz.

O Primeira Infância eu já falei, e as Operações do Piauí sustentável, inclusive, assinamos a operação de crédito basicamente focando em Agricultura Familiar — assinamos a Operação de Crédito na terça-feira passada, com o Banco Interamericano e o Fundo do Desenvolvimento da Agricultura da ONU e o Pillar Dois e o Pilares do Desenvolvimento Humano que são duas outras operações. O Pillar Dois completa o PSI, ou seja, os doze territórios de desenvolvimento do estado que vão ser contemplados por recursos para a Agricultura Familiar, Regularização Fundiária e Adaptação ao Clima e o PDH foca na Melhoria da Vigilância em Saúde e no Sistema de Proteção à Pessoa, baseado na Sasc. São recursos para a Sesapi e para a Secretaria de Assistência Social. Pela primeira vez nós estamos focando, utilizando recurso de Operação de Crédito para melhorar o Sistema de Proteção Social do Estado. Ainda temos a questão da abordagem gerencial que eu expliquei naquele mapinha com o ciclo inteiro do planejamento.

Estou praticamente finalizando, em termo de valores, esse valor em vermelho que corresponde a 47.8 é o valor de Gestão – estamos chamando de financiamento da máquina: salários, encargos, basicamente aquilo que toca o Estado.

O azul(slide) Multissetorial Temático – tem a ver com os programas de tipos especiais – correspondem a encargos e reservas que contingências, que é o cinza lá. Isso é importante porque houve uma reclamação do TCE em relação ao planejamento anterior pois não ficava claro o que era encargo para a Previdência, o que é encargo da dívida, então separamos. Obviamente que esses valores do ponto de vista técnico não temos como colocar o impacto deles, por isso fizemos a separação e por isso temos 29 bilhões de reais para toda estrutura de investimento do Estado. Esses 72 bilhões são os valores do Executivo, quando incluímos os poderes vai a 80 bilhões de reais nos quatro anos, mais ou menos vinte bilhões para cada ano, numa conta bem grosseira.

Os Valores por Eixo: a área social se destaca até porque tem vinculações constitucionais: Saúde e Bem-estar 10 bilhões, Educação Inclusiva e Qualidade, outros 10 bilhões, um pouco menos 9.600, Infraestrutura e Meio Ambiente 6,5 bilhões, Justiça e

Segurança 1.400, Desenvolvimento Econômico 1.50, Redução de Desigualdade 478, então teremos a soma daqueles 29 bilhões que colocamos anteriormente.

É basicamente isso, obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereiro - MDB) Agradeço ao Secretário de Planejamento, Washington, e passamos a palavra ao Secretário de Fazenda Emílio Júnior, posterior a sua fala, passaremos as falas as pessoas inscritas. também quero registrar a presença do deputado Hélio

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento a todos os poderes na pessoa da presidente desta audiência, Deputada Simone.

As considerações que temos a fazer pela Sefaz: primeiro lugar, eu quero parabenizar a Secretaria de Planejamento, na pessoa do Secretário, Washington Bonfim, pela elaboração dessas peças, tanto da LDO, da Lei Orçamentária e do PPA, pois o que está sendo agregado aqui é muito importante fazermos com que essa ferramenta do planejamento se torne algo de valor, porque se fazemos uma peça de informações e não acompanha esses dados, fica, às vezes, sem um valor, é aquilo que nós criticamos um pouco da base da profissão contábil. É que às vezes a profissão contábil gera informações e essas informações não chegam a um valor decisório. Com o nosso governador, nós percebemos que a questão do planejamento é algo muito relevante, pois aquilo que é colocado ele vai atrás de cobrar e fazer a execução. Se não tem recurso próprio, vai-se atrás de recurso de operação de crédito, se não tem operação de crédito vai-se atrás de investimentos privados. Então assim, isso é o que está sendo colocado e postado para os próximos quatro anos: quatro anos do mandato do nosso atual governador e um ano do próximo. Então, nós também ficamos à disposição, porque o papel da Secretaria de Fazenda, neste momento é justamente trabalhar a origem desses recursos, porque temos que fazer chegar até o estado os recursos, sejam através das transferências constitucionais, arrecadação dos tributos, na arrecadação própria, a questão da operação de crédito para que a Seplan possa, realmente, trabalhar a execução de tudo isso que está sendo planejado.

Então, nós também queremos parabenizar, mais uma vez, o Executivo, na pessoa do Secretário Washington Bonfim, e dizer que nós estamos à disposição também para algumas colocações, algumas perguntas que vocês queiram fazer.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Obrigada, secretário Emílio.

Agora, vamos abrir para as perguntas e depois passaremos para as discussões em si, para ver no que ajudamos nesse processo de construção do PPA.

O primeiro inscrito é o professor André Luz, da Uespi. Nós vamos fazer o bloco de três. Então, são três perguntas. Eu gostaria que fossem bastante objetivos para que todos possam se manifestar.

Então, o primeiro seria o professor André Luz, da Uespi; depois o professor Jesus Antônio Abreu, também da Uespi e Isaac Vilarinho, do Simpolpi.

SR. ANDRÉ LUZ (Professor representante da Uespi) - Bom dia a todos! Primeiramente, gostaria de agradecer a deputada Simone Pereira, pelo espaço, oportunidade na qual aproveito para cumprimentar esta Casa, a Casa do Povo do nosso Estado do Piauí. Eu gostaria de também cumprimentar o Secretário de Planejamento, Senhor Washington Bonfim, no qual nós cumprimentamos o Governo do Estado juntamente com o Secretário de Fazenda, Emílio.

Na nossa fala vamos buscar ser um pouco objetivo. A deputada nos permitiu participar desta audiência, porque o Plano Plurianual é um importante instrumento de concretização de políticas públicas, e essa concretização de políticas públicas é feita ao longo dos anos.

Nós representamos a Comissão de Docentes do atual concurso para professores efetivos da Uespi. Esse concurso busca justamente — o professor Washington Bonfim sabe porque é secretário e professor. — concretizar a ampliação da necessidade, urgente, da Uespi em ter professores efetivos. Conforme a própria notícia do reitor da Uespi, professor doutor Evandro, o qual nós agradecemos todo apoio ao nosso pleito. ele nos disse que há uma necessidade, professor Washington, de 750 professores efetivos. Então, nós criamos esse movimento para vir buscar apoio político para juntamente com o governo do estado realizar a ampliação do cadastro de reserva. Nós temos 250 vagas no atual edital. — Passaram 220 professores nas fases eliminatórias que eram Redação e Didática, única fases que poderiam eliminar candidatos. — Nós temos atualmente aprovados apenas 166 professores, e uma ociosidade de vagas de mais de 89 e 54 professores fora desse cadastro de reservas. Então, o nosso pleito é justamente ampliar esse cadastro de reservas para atender essa necessidade premente, pois sabemos que a Uespi precisa de professores. Temos vários cursos e disciplinas vagas e estamos aqui justamente fazendo essa fala defendendo ampliação junto ao Governador do Estado, junto deste planejamento

que o professor Washington apresentou e vem apresentando, que é justamente a mesma do estado que é essa concretização no fortalecimento de uma Uespi com ensino superior de qualidade para atender toda essa demanda que existe em nosso Estado.

Professor, sabemos que os números não são massivos comparados com os que aconteceu na Polícia Civil, Polícia Militar, mas o professor é um formador de opinião. Cada professor tem um impacto significativo em cada turma que ele atua bem como na comunidade, no município, até mesmo em todo estado, e até mesmo fora do Brasil. Então, a nossa fala era essa, queríamos saber do secretário como está este planejamento de contratação ao longo dos quatro anos para professores efetivos da Uespi.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Concedo a palavra ao professor Jesus Antônio Abreu da Uespi, na ausência do Dr. Antônio Abreu, vai Falar Senhor Lucídio Bezerra.

SR. LUCÍDIO BEZERRA (Professor da Uespi) - Bom dia, deputada Simone, é que o Dr. Jesus, vice-reitor da Uespi, ele era para ter vindo comigo, disse-me que viria depois, mas não chegou ainda, deve ter tido algum problema na agenda, porque o reitor inclusive pediu para justificar a sua ausência. Bom dia também ao Secretário Washington Bonfim; Secretário Emílio e parabenizá-los pelo trabalho realizado, aqui, de forma muito majestosa na gestão da tecnicidade, tanto da elaboração da PLOA quanto do PPA.

A pedido do professor Evandro, ele pediu para justificar sua ausência que neste momento ele está recebendo o consulado alemão, como era uma agenda preestabelecida, porque essa reunião de hoje foi adiada e ele não queria modificar a de lá, mas ele queria muito estar aqui presente.

Com relação ao PPA, da mesma forma como correu com a LOA, a Uespi se sente um tanto quanto contemplada com relação ao que nós colocamos e eventualmente necessitando vai sendo ajustado ao longo do tempo.

Quero aqui externar o que ocorreu, agora, até fugindo um pouco do PPA, Secretário, esta Casa recebeu recentemente um projeto de lei tratando dos encargos dos docentes. Querendo ou não vai interferir no andamento no futuro, não diz respeito a orçamento, mas foi um projeto de lei que trata dos encargos e esperamos que seja aberto um debate nesta Casa, porque trata de encargo docente, mas ele trata de encargos totalmente diferentes daquilo que é tratado em outras universidades públicas em todas outras. E da forma que

foi feito o projeto, ele basicamente vai inviabilizar o tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão, porque ele está priorizando apenas o ensino e desencadeando, desencorajando qualquer iniciativa que se refere a pesquisa e extensão e até na parte administrativa. Se o projeto tem alguma falha, se ele for aprovado do jeito que está, basicamente vai fechar uma série de curso, porque não vai ter incentivo nem para um coordenador assumir os encargos de coordenação ou de direção de unidade que temos afora.

Dizer da forma que o professor falou aqui, a Uespi ela contribui muito para o desenvolvimento do estado e a ideia é sempre contribuir. Enos orgulha muito quando visitamos alguns camping do interior, só para citar como exemplo, nós vemos o resultado de vários cursos que entrega para a sociedade profissionais altamente qualificados, é tanto que, só um exemplo, lá em Uruçuí por exemplo, nós temos o Curso de Agronomia, que os alunos antes de terminarem antes de concluir as empresas já vão lá e captam esses profissionais, isso não é só lá, é só a título de exemplo.

A Uespi cresceu muito nos últimos anos, nós temos um número de doutores muito grande e esses doutores eles precisam realizar suas pesquisas. E por isso nós temos inclusive, professores bem ranqueados no quesito pesquisas em nível mundial. Então, de novo só para reforçar a necessidade de uma discussão a respeito desse projeto de lei. Obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) Obrigada! O Isaac Vilarinho.

SR. ISAAC VILARINHO (Representante Sinpolpi) - Bom dia a todos! Bom dia a deputada Simone Pereira! Bom dia aos Secretários Washington e Emílio, mais uma vez nesta audiência pública para tratar sobre Administração Financeira do Estado.

Eu já inicio a minha fala, fazendo uma pergunta para o secretário, se existe uma previsão do PPA para os Planos de Cargos e Carreiras dos Servidores do Estado, especialmente a Polícia Civil? Uma vez que, se fala muito em infraestrutura, se fala muito em investimento em tecnologia, porém o que percebemos, que estão se esquecendo do homem, estão se esquecendo do servidor por trás da máquina. O servidor público também merece ser valorizado e reconhecimento passa por salário.

Lembrar ao secretários, com todas as vênias possíveis, que no começo da gestão do Governo do Rafael Fonteles, foi aumentado o subsídio do governador, bem como de todo o secretariado e isso não estava previsto no PPA para 2024-2027, só fazendo esse adendo. E lembrar os senhores que as pastas da Segurança Pública, da Saúde, da

Educação, se elas forem retiradas do quadro do Estado, ele não existe, ele não persiste e, principalmente, o servidor da Saúde, da Segurança Pública, que na pandemia nós colocamos a nossa vida em risco. E seria bom lembrar ao atual governo que tenha um olhar de sensibilidade para esses servidores. Esperamos que o Governo tenha feito essa previsão no Plano Plurianual, lembrando que em 2019 com a emenda estadual aumentou a alíquota previdenciária, os colegas aposentados e pensionistas estão pagando uma alíquota maior e isso reflete no seu aporte financeiro; aumentou-se também a alíquota do Plano Estadual de Saúde, também tem um reflexo financeiro, bem como outros encargos que nós servidores públicos estamos sendo onerados.

Esperamos sim, por parte do governo, haja vista, estamos dando resultado, um olhar sensível. Obrigado!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Com a palavra o secretário Washington Bonfim.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Primeiro agradecer as perguntas do professor André, nosso pró-reitor.

De maneira geral assim, a Uespi já está sendo beneficiada por concurso, está em andamento são 85 vagas para docentes e 75 vagas para área administrativa, são 160 novos servidores que vão ser absorvidos pelo Estado no início do ano que vem, durante o ano de 2024.

Você falou do planejamento de contratação. — Eu tenho conversado bastante com o reitor Evandro e uma situação que preocupa o Governo do Estado e preocupa também o reitor é que nós precisamos fazer um certo redimensionamento dos cursos que estão nos campi do interior. Temos cursos com cinco alunos, sete alunos, é uma condição precípua de pensarmos o planejamento de contratação, pensar a questão dos cursos que estão sendo oferecidos na ponta. Claramente há, e o governador tem demandado isso da Uespi, está em andamento esse estudo por parte da Uespi e tem demandado também, a criação de novos cursos ligados as potencialidades do Estado: a questão de energia renováveis, a questão ligadas tanto Agricultura Familiar quanto a grande agricultura, vamos chamar assim. Então, este ano de 2023 foi um ano de conversas entre o executivo e a reitoria da Uespi sobre essa questão do redimensionamento da instituição do ponto de vista de fazer ela chegar melhor aos campi, quer dizer, se eu tenho um curso que tem cinco, seis alunos e ele se repete em vários campi tem um problema de planejamento aí, e eventualmente as

pessoas talvez não estejam, chegando, quer dizer, aquele curso não seja o curso que a demanda daquele local realmente interesse aos jovens, então esse é o ponto fundamental da nossa discussão do Executivo com a reitoria da Uespi.— Eu próprio já tive duas reuniões longas com o reitor Evandro sobre esse ponto isso para eu te dar uma dimensão sobre essa questão de contratação de pessoal.—Se tivermos novos cursos em novas áreas, obviamente, que nós vamos precisar aumentar o quantitativo de docentes, mas não necessariamente nas áreas que existem hoje. Insisto, precisamos fazer um estudo de como estão funcionando os cursos, aqueles que eventualmente têm muita dificuldade de terem aluno, ou que tem um ou dois semestres que você basicamente não tem entrada, precisamos repensar e colocar outros cursos que tenham demanda a partir da própria população, e esse é o princípio básico da universidade, servir a população. Se eu tenho um curso lá que não tem fluxo de passagem dos alunos, não consegue formar, a gente precisa rever isso e estamos em discussão com a Uespi neste instante.

Com relação a questão dos encargos docentes é uma discussão entre a Assembleia e a direção da Uespi, eu tenho ciência da discussão que o pró-reitor colocou e eventualmente acho que existe espaço para revermos a matéria e tentar ajustar aquilo que seja de interesse maior da Administração e o interesse também da Universidade Estadual do Piauí.

Com relação a questão da previsão dos planos de cargos e carreiras: Nós temos, não está especificado quais são os planos de cargos e carreiras que vão ser objeto de reestruturação, isso é um planejamento a ser feito que os tem feito um planejamento e na realidade mais do que planejamento é execução é chamada de novos profissionais para a área de segurança. Na secretaria de Segurança este ano já foram chamados 45 agentes de polícia, 28 peritos e sete delegados faz o total de 80 novas pessoas. E no caso da Polícia Militar foram efetivados 1.097 novos policiais e o governador, como eu disse na audiência pública passada, se comprometeu com a Secretaria de Justiça com um concurso para ser lançado o edital nos primeiros de 2024 para policiais penais, está faltando só a definição do quantitativo. Sou obrigado a dizer que na realidade nós não estamos esquecendo o servidor, estamos chamando mais gente em grande quantidade e corrigindo eventuais problemas que havia, além da área de Segurança Pública outras áreas tem sido também beneficiadas com planejamento, como eu acabei de falar do concurso da Uespi com o planejamento de concurso e até com promoções na área da saúde pública, quer dizer, não existe a discussão

sobre o servidor, ela não está circunscrita. É ela é muito importante a questão do reajuste salarial, mas ela não está circunscrita apenas ao reajuste salarial e temos feito um esforço grande, o Emílio sabe melhor do que eu, ele é quem cuida do caixa do estado, da necessidade que temos de novos servidores e nas várias áreas temos cumprido essa tarefa de chamar esses servidores.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Obrigada, secretário.

Concedo a palavra ao secretário Emílio.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Eu quero só acrescentar uma colocação do Isaac quando você falou realmente do aumento da alíquota previdenciária. Mas quero colocar também que é uma preocupação do Governo do Estado, do Executivo com a questão do deficit previdenciário que a gente tem. Então, assim...

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Eu gostaria, só por uma questão de ordem, ao final da colocação, façamos a discussão ou manifestação, porque essa coisa da pessoa se colocar e às vezes fazendo interrupção da fala do outro, de uma certa forma, cria uma falta de ordem. Então, aqui, de fato, é a Casa do Povo, esse espaço é democrático, é para discutirmos esse PPA, mas eu gostaria só que nós mantivéssemos a ordem, quem quiser falar se inscreva e, após a fala do secretário, daremos a oportunidade de fazemos a discussão.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Eu entendi a colocação dela, mas, por exemplo, atualmente nós temos essa preocupação que é muito grande também. Nós nos próximos dez anos, há uma tendência muito grande de que pelo menos 30% desse quadro que nós temos, hoje, esteja aposentado. Então, isso faz com que, em uma previsão muito rápida, tenhamos um aumento desse deficit previdenciário que, hoje, no Executivo, somente a folha líquida é em torno de cinquenta milhões por mês. Ela já chegou a um bilhão e alguma coisa, porém com aquele aumento que nós tivemos nas alíquotas dos servidores na parte patronal, diminuiu, mas ele começou a aumentar de novo. Atualmente temos um deficit em torno de cinquenta milhões de reais, ou seja, cada vez mais temos que tirar recursos do Tesouro para bancar a da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

Em relação a questões das nomeações: nós queríamos informar que muitas vezes essas não cobrem esse deficit. Por exemplo, quando se contrata um servidor, o que você vai mandar para a Previdência é 14% do valor que você está contratando. Então, o aposentado, temos que pagar, em uma hipótese, um valor de mil reais de salário para ele,

e se contratamos um novo concursado por mil reais, o que você vai bancar vai ser 14% desse mil reais, então, seria cento e quarenta reais que a Previdência levaria. Então assim, tecnicamente ainda não resolve o problema, entendeu? Eu não estou dizendo que o estado não esteja trabalhando, inclusive, nós temos que buscar outros recursos na Previdência, outras fontes de recursos para que possamos cobrir isso, até porque isso gera penalizações junto à Secretaria do Tesouro Nacional, quando avalia as nossas contas previdenciárias, mas é algo que o estado também tem que tomar cuidado, por quê? Porque se isso aumenta demais, inviabiliza que o estado faça outros investimentos mais relevantes, muitas vezes na Educação, na Saúde, na Segurança, porque você tem que bancar isso aí. Então, Isaac, foi muito boa a sua colocação, mas eu queria fazer esse esclarecimento que também é uma preocupação nossa, entendeu? E o servidor aposentado, é lógico que ele tem todo o direito de receber aquilo que está garantido pela Constituição, se tiver para idade seja paridade, se tiver o calendário que seja respeitado, mas temos também esse lado do equilíbrio fiscal.

SR. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Eu gostaria só de fazer uma colocação com relação à fala do Lucídio. Esse projeto de lei ainda não chegou até as comissões. Então assim, eu acho que teríamos tempo hábil, inclusive para sugerir que fosse feita uma audiência pública para discutir esse formato que está vindo, esse projeto de lei para que possamos chegar a um consenso.

Então, agora vamos abrir para mais três inscritos. Eu gostaria só para que possamos otimizar o tempo, que fôssemos um pouco mais objetivos com relação à formulação das perguntas. E agora eu vou cronometrar, vamos colocar dois minutos para ser feita a pergunta, para que possamos ter tempo hábil e todos que estão inscritos possam se manifestar.

Então, agora vamos ouvir o delegado Higor Martins, o Vilobaldo e Ubirajara..

SR. HIGGO MARTINS (Sindepol) - Bom dia a todos e a todas! Cumprimento a Mesa na pessoa da deputada Simone Pereira.

O meu primeiro questionamento é, reiterando a pergunta anterior, na audiência do dia 22, é sobre o orçamento previsto para a despesa própria, fixa da Polícia Civil, enquanto que outras instituições, como eu coloquei anteriormente, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm despesa fixa diferente da Secretaria de Segurança Pública. E a Secretaria de Segurança Pública com seu orçamento, compartilha esse orçamento com a Polícia Civil

e com as duas demais instituições: Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. Essa falta de despesa fixa para a Polícia Civil está inviabilizando, justamente essa discussão do plano de cargos e carreira dos policiais. Nós temos um projeto já definido pelas entidades sindicais, e já foi apresentado para o secretário de Segurança Pública. Outras instituições já tiveram todos os seus planos de cargos e carreiras atendidos, e nós estamos com esse pleito para ser atendido. Entretanto, ele precisa estar previsto dentro desse orçamento para que haja a concretização desse plano.

Fico muito feliz aqui pela apresentação do plano, em que a segurança foi lembrada, não é? Nesse projeto do Piauí Seguro, mas também me chama atenção o valor global que foi disponibilizado para esse projeto – Piauí Seguro, que é bem insignificante se comparado com as demais metas estratégicas que foram estabelecidas para os recursos de meio ambiente, para outros recursos da Educação e da Saúde. Foi um pouco mais de um bilhão, salvo engano, para a segurança, enquanto que outros patamares estão em seis milhões, quatro bilhões, 10 milhões, e a segurança, como ela foi colocada junto com a saúde de um Piauí seguro e saudável, nessa dimensão de saúde e segurança, não vejo essa mesma atenção em relação às despesas dos valores globais.

SRA. PRESIDENTE(Simone Pereira – MDB) - Com a palavra o Senhor Vilobaldo.

SR. VILOBALDO CARVALHO (Sinpoljuspi) - Bom dia a todos e a todas!

Cumprimentar a deputada Simone, o secretário de Planejamento, o secretário de Fazenda. Pensei que fosse uns 10 minutos, mas vamos tentar resumir aqui o pensamento. É cumprimentar aqui.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) Vilobaldo, 10 minutos para 11 inscritos é complicado.

SR. VILOBALDO CARVALHO (Sinpoljuspi) - Cumprimentar o professor Washington Bonfim, que aqui foi uma verdadeira aula de políticas públicas que nos faz memorizar o mestrado em Políticas Públicas, mas de forma, com um olhar mais pragmático da gestão. Aí eu chamo a atenção para uma palavra chave que eu vi nos slides - Excelência nos Serviços Públicos. Excelência, nos serviços públicos não se faz sem servidor público valorizado; sem o servidor público com autoestima! Eu retomo a questão da Assembleia, da audiência pública passada. Hoje são 30 de novembro. Qual é o dia, a hora que nós iremos sentar com o Governo do Estado, as categorias para definir percentual e datas de reajuste para o ano que vem? Porque esse orçamento, esse PPA pega 24 a 27. Precisamos

sentar, precisamos definir. Então, vejo um planejamento bastante macro, e fico preocupado, às vezes também, com os planejamentos setoriais, Secretaria da Justiça, a Segurança Pública tem que ser vista como a visão sistêmica, porque nós vimos muitas ações de segurança a fora, e o rescaldo dessas ações estão lá dentro das unidades prisionais que os policiais penais têm que fazer com que seja mantida a segurança dos estabelecimentos para o bem da sociedade.

E aí nós precisamos definir, também, o quanto antes, um concurso, esse concurso que vem se arrastando para a Polícia Penal e, principalmente, a questão tocada pelo Isaac, os planos de carreira que foi um compromisso do governo. E nós temos, inclusive, um documento assinado por três secretários no ano passado ainda, tratando do Estatuto da Polícia Penal que, infelizmente, ainda não foi regulamentada para cumprir a própria emenda constitucional que criou a Polícia Penal por esta Casa. E cumprimentar, por último, o professor André, a questão da Uespi., nós também estamos nesse movimento, faço parte, porque, na verdade, nós não queremos nem tanto, nem a ampliação do cadastro de reserva. É garantir que todos aqueles que passaram nas fases eliminatórias não sejam eliminados do concurso, porque ainda vão sobrar, como ele bem frisou, 89 vagas do concurso previsto pegando os aprovados e classificados. Basicamente é isso.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Agora, Ubirajara.

SR. UBIRAJARA (Sinpoljuspi) - Bom dia a todos. Bom dia, deputada Simone, aqui eu cumprimento os demais membros desta Mesa e a todos os meus colegas presidentes de sindicatos.

Eu gostaria só de lembrar aqui, eu estive com o secretário Bonfim, ele se lembra de mim com a Rosário, que eu trabalhei em um projeto e o secretário Emílio, também, eu estive na Fazenda com Vossa Excelência, onde nós fizemos um indicativo de projeto de lei para os servidores administrativos do estado. Ele veio para esta Casa, foi aprovado, e foi enviado ao Palácio de Karnak. Nós temos que pegar esse projeto para os administrativos com a ajuda da Senhora e demais deputados para que se torne uma realidade. Hoje os servidores administrativos têm um salário de miséria, de miséria. Tem servidor com trinta e cinco anos de serviço recebendo mil trezentos e vinte e três reais: motorista, auxiliar de serviço, zelador, merendeira. O mesmo servidor em outra Secretaria, que eu não quero dizer aqui o nome, recebe dez vezes mais, dez vezes mais! É preciso, acho que vocês têm conhecimento, eu não quero aqui nominar a Secretaria, mas todos os servidores já têm conhecimento. Eu

gostaria apenas da ajuda de vocês para nós diminuirmos essa discrepância de servidor do mesmo nível. Lá na Secretaria de Educação, eu também sou professor de Filosofia e Sociologia, tem professor com doutorado que não chega a oito mil reais! Um motorista que eu estou me certificando aqui, que as pessoas sabem quem são, recebem duas vezes um salário de um professor com doutorado na Educação. Isso é no mínimo um escárnio que está se fazendo com o servidor público! Eu tenho uma servidora agora, que se aposentou, eu tenho que todo mês mandar uma cesta, pelo sindicato, para ela poder sobreviver. Nós temos que mudar esse quadro, isso não pode continuar. O Senhor tem conhecimento que eu mandei para o senhor, e o senhor me mandou diminuir, dividir em quatro parcelas e já está aprovado, já está no Karnak. Agora eu quero contar com a ajuda do Senhor para nós mudarmos esse quadro. Isso não pode continuar do jeito que está. É uma vergonha para o Estado do Piauí!

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Professor Washington Bonfim.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Como nós estamos, na realidade, retomando os temas da audiência pública passada. E sou obrigada a dar as mesmas respostas que dei na audiência pública passada. Na realidade, há um compromisso do governo Rafael Fonteles, em questão dos servidores, acabei de dar números aqui, claros. A discussão sobre reajuste do ano que vem será feita no ano que vem. O secretário Emílio, na vez passada disse exatamente as mesmas palavras, quer dizer, vou repetir o que ele disse. Nós estamos passando por um problema de arrecadação vinda do Governo Federal. Nós temos uma queda de arrecadação ao longo desse semestre de 2023, da ordem de cerca de 200 milhões de reais, e há um compromisso claro do governo em pagar em dia os salários, e está sendo feito, e honrar aquilo que é devido aos servidores aposentados. Esse é que é o nosso compromisso. Então, essa é a diretriz do governo. Eu não vou fazer aqui gracinha com ninguém, não é do meu estilo, eu entendo todas as situações, porém, se não há uma condição de pagar... Eu estou sendo absolutamente claro que isso vai ser feito no seu tempo e dentro da condição do estado. Não adianta nada dar aumento de salário e atrasar, parcelar, não ter condição de honrar com os compromissos que o estado tem. Essa é uma posição que pode até ser um tanto dura, mas é como temos que tratar as coisas, de uma maneira clara, conversando. Vou dizer exatamente o que eu disse da outra vez: eu quero voltar aqui olhando no rosto de vocês; eu sou falível, nós somos falíveis enquanto equipe, mas nós não vamos aqui abrir

mão daquilo que é essencial, pagar em dia o servidor, honrar todos os compromissos relacionados ao servidor e continuar contratando pessoas para aumentar e criar aquilo que estamos chamando no PPA de excelência no serviço público.

(inaudível)

SRA. PRESIDENTE(Simone Pereira – MDB) - Com a palavra, o secretário de Fazenda.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda.) - Eu só queria ratificar aquilo que também nós já falamos na audiência passada. O secretário Washington colocou que neste ano de 2023 não foi concedido aumento e, sabiamente, por conta das dificuldades que nós estamos tendo....

(inaudível)

SRA. PRESIDENTE(Simone Pereira – MDB) - Gente, só uma questão de ordem. Este espaço está sendo aberto, exatamente para que se façam as discussões; porém, vamos fazer as discussões com maturidade. A maturidade que eu digo é... o que vai acontecer? Senhora, por favor, é só uma questão de educação mesmo. Deixa eu dizer uma coisa para vocês: aqui não está sendo votado nem o PPA e nem está sendo votado o orçamento. Nós estamos aqui para fazer as discussões. Agora, se entrarmos nesse mérito de ficar nesse processo de agressividade, não chegaremos à discussão.

Então, veja bem, a questão não é essa. Por favor, eu gostaria apenas que, quando nos manifestássemos, as pessoas pudessem ouvir; que cada um, quando se manifestar, possa ouvir, senão não conseguiremos dialogar, e isso aqui vai se transformar em uma baderna e eu vou ser obrigada a encerrar a audiência pública. Não é isso o que eu quero, o que eu quero é que conversemos, que discutamos, essas discussões... o PPA e o orçamento não chegaram nem à CCJ. Nós estamos abrindo exatamente esse espaço porque queremos ouvir vocês, mas precisamos ouvir também o governo, portanto, estamos aqui discutindo, estamos abrindo espaço para que cada um se manifeste, porém, eu só queria... sem necessariamente fazer agressões, porque o espaço não é para isso, ele é para discussão e não estamos aqui em nenhum momento impedindo ninguém de se manifestar; nós só queremos que haja ordem para que possamos dialogar. É só isso, ok?

E que vocês entendam que abrimos esse espaço para ouvir vocês, e que aqui é uma apresentação, que essa discussão só é possível a partir do momento em que apresentemos para a sociedade civil o que está sendo apresentado nesta Casa. As discussões ainda vão

para as Comissões, gente. Então, eu só queria que vocês tivessem esse entendimento. (inaudível)

Deixa eu lhe dizer, deixa eu lhe dizer. Esse PL está no Palácio, não é isso? Não está aqui na Assembleia. Pronto! Veja bem, esse PL... eu não posso me manifestar a respeito de uma... você está me falando de um PL 16, mas que esse PL 16 não chegou a esta Casa. Então, como é que vamos nos manifestar a respeito disso? Não, não estou. Não, eu não estou porque não está nesta Casa. Nós só vamos ter... pronto, pois vocês Gente, é isso o que eu quero: é que vocês se coloquem para que possamos levantar a discussão. Se ficarmos nesse entrave aqui, o que vai acontecer? As outras pessoas que estão inscritas não poderão falar, pois temos um tempo, temos a sessão ordinária. Então, eu quero apenas que haja objetividade e que vocês tenham essa compreensão. Esta Casa abriu esse espaço de discussão antes de acontecer a votação. Nós estamos aqui para ouvir, mas ouvir as colocações de forma que não sejam agressivas, porque se partirem para a agressividade, realmente eu terei que encerrar a sessão.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Eu queria só concluir a minha explicação.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Amiga, o espaço... O que eu estou lhe dizendo não é que vocês não têm que se manifestar; eu estou dizendo é que esse espaço não foi aberto para desvirtuarmos a discussão. A discussão, o que foi apresentado... nós queremos ouvir vocês sim, por isso abrimos as inscrições, porém, todos os que se inscreveram querem, de certa forma, falar. E, para que possamos dar essa oportunidade, é necessário que tenhamos o mínimo de respeito na condução desta audiência pública.

E outra coisa, antes que as Comissões discutam, aquelas pessoas que acharem que não tiveram aqui um espaço, já que nós não temos tempo disponível para abrir uma discussão mais ampla, a Casa está aberta. Procurem os nossos gabinetes, conversem conosco. Eu estou falando enquanto Simone Pereira, parlamentar, ok? Eu estou no meu primeiro ano de mandato e estou fazendo essa colocação. Então, o meu gabinete está aberto para que possamos fazer as discussões, aqui é que não dá para estendermos dessa forma. Vocês estão tendo conhecimento do PPA, vocês estão podendo se manifestar, e as discussões que exigirem um tempo maior, vocês podem nos procurar, pois estamos aqui é para isso. Pelo menos eu, deputada Simone, estou aqui para trabalhar e para legislar em favor do povo.

Bom, então vamos abrir para os outros que estão inscritos. Ah, desculpa, secretário Emílio, por favor!

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Nós entendemos todas as colocações que vocês estão fazendo. É lógico que nós transmitiremos isso ao nosso governador também, que está viajando. Mas eu queria só concluir dizendo que esse ano não foi concedido reajuste salarial por conta da dificuldade, mas que o governador já se comprometeu que em 2024 concederá. Então, o que estamos colocando aqui é que vai sair. Porém, qual é o dia? O governador tem viajado muito atrás de investimento, e a gente está esperando, inclusive, fechar... o que estamos colocando aqui é o seguinte: nós estamos, inclusive, aguardando o fechamento dos dados contábeis, de arrecadações do mês de novembro, porque assim teremos uma informação melhor de como fechará o ano fiscal de 2023, para que repassemos essa informação para o governador e ele possa tomar a decisão.

Então assim, dizer que não vai ser concedido em 2024, eu acho que vocês já ouviram do governador que vai ser concedido. Vai chegar o momento certo de vocês tratarem e cobrarem isso, mas vai ser concedido, sim.

Sobre essa questão do plano, que você falou, do Palácio, o fato de estar lá não significa que alguém protocolou. Nós não estamos sabendo disso, entendeu? Eu mesmo não tenho o conhecimento oficial de que esse plano esteja lá, pelo menos nós da Comissão de Gestão de Pessoas. Eu não recebi nenhuma demanda para análise disso aí, até o momento.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Ok. Então, vamos abrir para os outros inscritos: Natanael da Uespi, a professora Lucineide de Barros e o Evandro da Silva.

Com a palavra, o Senhor Natanael.

SR. NATANAEL SOARES (Representante do DCE da Uespi) - Bom dia! Eu sou Natanael Soares. Sou representante do DCE da Uespi; faço parte da representação do Diretório Central dos Estudantes da Uespi e também da APG – Associação de Pós-graduação da Uespi.

Eu venho aqui, primeiramente, falar sobre a questão dos investimentos. Eu vou dar minha proposta também para os secretários, mas primeiro falarei sobre o investimento do governo que está sendo feito na Uespi, em relação à questão da obra de reforma e construção de novos setores.

Quero enfatizar e dizer da importância de que isso é uma luta nossa, do movimento estudantil e dos professores da Uespi, que já vem há muitos anos brigando por isso. Essa é uma obrigação do Estado, que não deve se vangloriar dizendo: "Ah! estamos agora aí reformando". Essa é uma obrigação, na verdade. Obrigado por cumprir com a obrigação do Estado. Há muitos anos a Uespi vem sendo sucateada, em relação à questão de teto cair na cabeça, isso só aconteceu porque caiu um teto, nós denunciemos, levamos tudo às redes. A Uespi tem pegado fogo em alguns prédios, também. Eu chego nos *campus* interior também, não só aqui em Teresina, como a gente tem aí também no *campus* de Floriano, cheguei a uma sala de 25 alunos, e lá os alunos do curso de Educação Física falaram para nós que apenas 12 bolsas em relação à questão de auxílio-moradia, que é apenas 300 reais. Houve um aumento do governo e tal, mas aumentou cem por cento, era 200 reais e passou para 300, para poder alugar um imóvel - um valor muito baixo. Auxílio-alimentação: também 300 reais. Isso também quer se vangloriar que aumentou também 100%, mas aumentou apenas 100 reais, um valor que também não dá para suprir as necessidades de um estudante em relação à alimentação e à moradia. Inclusive, a Uespi é uma das poucas universidades que não têm restaurante universitário e residência universitária.

Eu quero trazer aqui uma questão que é a Lei Nº 5.791 de 2008 que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa em relação à questão do Programa de Ações Afirmativas da Uespi. O programa previa, entre outras coisas, o pagamento de uma bolsa para a permanência desse estudante. Esse projeto era do deputado Antônio Félix e depois foi assinado pelo governador Wellington Dias. Porém, essa bolsa nunca foi paga, nenhum estudante chegou a receber essa bolsa de permanência da Uespi. No artigo 2º da Lei diz que o estado deve colocar no seu orçamento a rubrica relativa ao pagamento de bolsas para estudantes oriundos de seleção por reserva de vagas. Então, é uma lei. Eu não estou pedindo algo faraônico não, só quero que se cumpra a lei.

Estamos aqui no mês de novembro e tivemos um congresso lá em Maceió - o Copene, que é o Congresso de Pesquisadores Negros do Nordeste, onde foram pessoas de vários estados, mas a Uespi não pôde enviar seus estudantes porque não tinha dinheiro para manutenção dos ônibus. Nós tivemos que fazer uma vaquinha e mandar apenas três estudantes para poder, inclusive, professores que ajudaram nessa questão para poder levar esses alunos. Então, se faltam estudantes nos cursos, é porque tem essa defasagem. O aluno não permanece por quê? Não permanece porque acaba tendo essas questões de

falta de garantia de permanência dos estudantes da Uespi. Portanto, é um pedido que faço sobre a questão do cumprimento da lei.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Concedo a palavra ao professor Marcelo Régis e à professora Lucineide.

SR. MARCELO RÉGIS (Professor da Uespi) - Bom dia a todos. Eu vou dividir a fala com a professora Lucineide. É bem rápido.

Houve uma fala no começo que me deixou extremamente constrangido, sentindo-me desrespeitado com relação à perspectiva dos cursos. A minha pergunta básica: vocês já foram à Uespi? É a pergunta que faço para os senhores. Eu visitei recentemente Uruçuí. Os senhores se vangloriam muito do agronegócio, desenvolvimento, mas Uruçuí é uma cidade extremamente empobrecida, com um *campusdesabando*, e os senhores vêm falar com relação a investimentos. Como o estudante permanece em um *campusdesabando*? Como o estudante permanece em uma instituição que não valoriza a permanência do estudante e nem do professor? Eu acho extremamente desrespeitoso falar que os estudantes não têm atrativos para ficar nos cursos da Uespi. É extremamente desrespeitoso, porque os professores financiam suas pesquisas e até mesmo as dos estudantes, como eu faço, com o salário que eu recebo. Por isso acho que os senhores têm que reconsiderar, visitar a Uespi, cumprir com os seus deveres. Visitar a Uespi e depois vir falar o porquê os estudantes não ficam na Uespi?

Se temos que fazer cursos tecnológicos, não é para os senhores pegarem, chamarem pessoas de São Paulo, de Dubai, da Eslovênia, para ganhar salário de gestor e contratar a base para ganhar um salariozinho, os trabalhadores, os operários ajudam os filhos para ganhar um salariozinho razoável.

Primeiro, é uma questão muito importante. Quando os senhores pensam nesse processo, vocês já visitaram uma universidade? Conversaram com os professores, com a comunidade universitária? Não conversaram. Os senhores têm que propor e abrir esse diálogo. E fica a minha pergunta: Os senhores já foram na Uespi? Vão no Torquato Neto nos visitar, vamos lá visitar, mas não esqueçam o capacete de proteção.

SRA. LUCINEIDE DE BARROS (Representante do Sindicato dos Docentes da Uespi) -Bom dia! Gostaria de complementar, eu sou professora Lucineide, assim como o professor Marcelo Régis, sou do sindicato dos docentes.

Primeiramente, quero reiterar o que foi dito aqui pelo professor Isaac em relação à necessidade de tomarmos o maior cuidado possível no andamento do concurso público, considerando que aí há recursos públicos importantes, envolvidos, e que, além disso, é uma reivindicação nossa antiga.

Outra coisa que quero chamar a atenção é que nós estivemos aqui há alguns dias na audiência da proposta da Lei do Orçamento Anual, e nós trouxemos como categoria de servidores públicos uma proposta e uma solicitação objetiva. Qual era? Que possamos sentar, a relatoria do orçamento, a liderança do governo na Assembleia, a equipe econômica, representantes do governo, no caso, e categorias de servidores públicos; para discutirmos sobre o que será posto na Lei do Orçamento Anual, e agora acrescento, no Plano Plurianual, nem que seja de aceno em relação a nossa questão salarial. Como já passaram alguns dias, penso que não é demais que estejamos aqui, hoje, aguardando uma resposta objetiva em relação a isso. Perdoe-me, secretário Washington Bonfim; mas não é essa a resposta que a gente espera de um representante do Governo que esteja aqui dizendo que o que estamos fazendo aqui é uma construção séria. Lei do Orçamento

Anual, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias são feitos a partir de concepção. Qual é a concepção de participação que temos nisso? É só para escutar? Escutar eu entendo que é uma fase muito importante nesse processo. Mas agora nós queremos saber o quê essa escuta produz no processo concreto de tomada de decisões? Você apresentou aqui um processo em que a sociedade... Você disse que a sociedade foi chamada a opinar em relação ao PPA, vamos dizer que a sociedade foi e opinou. Mas agora eu tenho uma pergunta: e quem é que lidou com a escolha das prioridades? Foi a tecnocracia? Como é que a sociedade participou para dizer de fato o que é prioridade? Nós não nos sentimos contempladas com isso. Por exemplo: nós não temos nas ações estratégicas do PPA como é que serviços e servidores públicos se constituem como eixo estratégico do planejamento governamental para os quatro anos seguintes. Esse planejamento precisa dizer, nesse eixo estratégico, como fica a reposição das perdas, que é direito do trabalhador e da trabalhadora — é direito constitucional a reposição das perdas inflacionárias. O quê é que o PPA diz sobre isso? Segunda coisa: o que diz sobre contratação, sobre reposição do quadro de pessoal? Porque nós temos pessoas que falecem, nós temos pessoas que estão

se aposentando. Qual é a posição estratégica do governo em relação a contratações, a concurso público? Terceira coisa: qual é a estratégia do governo sobre a natureza das instituições, o papel das instituições? Nós estamos falando em nome de uma universidade que está correndo o risco de perder o status de universidade se essa proposta de projeto lei que chegou aqui for aprovada. Ela vai transformar a Uespi em um escolão em que nós vamos poder nos dedicar somente ao ensino, porque não há possibilidade real e concreta de fazer pesquisa e extensão com essa proposta de carga horária apresentada. E, finalmente, quero dizer que nós precisamos aqui levar em consideração que é necessário termos nesta audiência pública, ou aqui informada a data em que vamos tratar sobre o aumento linear. Precisamos! Sob pena de (inaudível), vendo que isso aqui não é para valer, porque como é que nós (inaudível) de planejamento e não se pode planejar sobre remuneração de servidores públicos, que é mola mestra para a condução das ações do estado. Qual é a seriedade que se tem nisso?

Então, perdoe-me, deputada Simone. Não tem agressividade nisso, a não ser a justa ira dos excluídos, das excluídas do banquete do estado, esse estado que só olha para nós(...)

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Professora Lucineide, perdoe-me. Só eram dois minutos; você já está com cinco minutos e trinta e oito; e eu ainda abri na sua fala quatro minutos para o seu companheiro, o que dá um total de dez minutos. Então, o tempo extrapolou em oito minutos.

SRA. LUCINEIDE BARROS (Representante do Sindicato dos Docentes da Uespi) - Mas eu quero dizer que aqui não é todo mundo que fala, não. Inclusive, para entrarmos nesta porta bem aqui não é fácil, não é fácil! Aqui não é todo mundo que fala e esta audiência é uma obrigação constitucional, deputada, perdoe-me, mas vocês não estão realizando, porque estão entendendo que é uma questão importante; estão realizando porque é um mandado constitucional e nesse mandado constitucional nós temos muito o que avançar, porque não se faz escutas às portas fechadas (inaudível)

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Professora Lucineide, nós anotamos aqui todas as suas questões, entendeu? Eu só acho que você está fazendo um julgamento um tanto quanto precipitado ao dizer que nós estamos fazendo porque é meramente uma obrigação. Veja bem, acho que você está fazendo um julgamento precipitado em cima de pessoas que estão legislando e que você ainda sequer conhece o desempenho.

Agora, vamos abrir para a resposta do secretário .

SR. EVANDRO (Sinte – Piauí) - Tudo bem! Bom dia, nobre deputada Simone, do Poder Legislativo; professor Washington, representando o governo do estado; companheiros sindicalistas!

Eu represento o Sinte Piauí, o maior sindicato do Estado do Piauí, que trabalha com a educação básica, aquilo que fortalece o estado. Nós sabemos que, em qualquer país civilizado, não existe progresso sem a educação de qualidade; porém, no Piauí nós temos 20 anos de um governo que se diz popular, de esquerda, mas as políticas deste governo têm sido colocada para destruir o servidor público. E na educação, a qual nós fazemos parte, a situação é a pior! Eu sou professor especialista, preparei-me, formei-me e aquele professor do pedagógico, que fez o pedagógico, que ganhava X em 2002, hoje, ele ganha igual especialista que estudou muito mais. Como é que o estado, que diz que valoriza a Educação, paga uma pessoa que tem doutorado... No próximo ano, se o governo do estado não der o reajuste linear, o professor que tem doutorado vai ganhar o mesmo que um professor que tem o pedagógico.

Então, o professor Evandro, que se qualificou, ganha hoje R\$ 4.024,00 mil reais; e o professor que tem o pedagógico científico do passado ganha R\$ 4.420. Que valorização esse estado está fazendo com os trabalhadores da educação desse Piauí? Isso é um absurdo! No tocante aos aposentados, Secretário da Fazenda, o Piauí comete um crime gravíssimo, Por quê? A culpa que não aumento o salário dos dos aposentados que o governo diz todo ano é porque a dívida da Previdência. Mas ele não diz que ele contrata mais de 10.000 pessoas nesse estado terceirizado que não colaboram com a previdência do estado, aí está o rombo! Você imagine quantas pessoas sem pagar a previdência do estado? Aí prejudica quem? Os aposentados. As pessoas não pagam a previdência, é claro que vai ter rombo. Não sou eu que paguei durante 35 anos e continuam pagando hoje R\$ 480,00 reais no meu contracheque. Aposentado depois de 35 anos de bom serviço prestado neste Estado, o dinheiro de comprar remédio. Eu ainda estou em uma situação privilegiada, graças a Deus, que investi na educação dos meus filhos, mas eu conheço dezenas de aposentados que choram todo o dia no meu celular: — Dizendo; professor o que é que o Sinte fez por nós? Professor o Sinte tem que fazer alguma coisa, nós estamos passando necessidade. Por que o Estado não respeita os trabalhadores em Educação desse estado, por não dizer toda classe trabalhadora. E olha que esse pessoal que está no

governo do Estado são oriundo dos movimentos sociais sindicais desse Estado. Isto prova que, quando chega ao poder, se torna elite como qualquer outra elite e os trabalhadores, se colocado como ninguém.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira - MDB) - Professor, mas a pergunta seria?

SR. EVANDO(Sinte - Piauí) - A pergunta seria; Concurso de estado está no PPA nos próximos quatro anos? Porque é necessário concurso, porque o cara empregado do estado ele vai pagar a previsão do estado e vai garantir a previdência de todos nós e vai garantir uma escola de qualidade. Gente lá em São João do Piauí é a cidade em que nascias, escolas todas do estado do Piauí estão com terceirizado, tem até gestor terceirizado. Quer dizer...

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) -Professor, eu queria só que o Senhor objetivasse a pergunta.

SR. EVANDO(Sinte – Piauí) -A Pergunta é o concurso público e a questão do terceirizado, porque a lei diz até 20% e no Estado do Piauí estava com a mais de 60%. Bom dia, obrigado.

SRA. PRESIDENTE (Simone Pereira – MDB) - Obrigada! Com a palavra o Secretário Washington Bonfim, mas antes eu quero registrar a presença do nosso presidente da comissão, o deputado Henrique Pires. Você quer fazer a condução? Eu passo a condução pra ele, a presidência!

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Bom dia a todos e a todas! Obrigado, colega Simone Pereira, pelo início dos trabalhos, nesta reunião de audiência pública do PPA. Pela primeira vez, nós estamos fazendo, em separado, audiência da LOA do ano de 2024 e também do PPA para os próximos quatro anos. Isso é uma oportunidade que a sociedade civil tem, que os outros poderes constituídos têm de exatamente para fazer esse debate.

Eu vou passar a palavra ao Secretário Washington, mas antes disso, eu quero registrar que é a primeira vez que Washington Bonfim é secretário de estado no Piauí; da mesma forma, o Dr. Emílio, ambos são técnicos muito preparados e que no governo do Rafael assumiram, há 11 meses, a função de secretários de estados.

Passo a palavra para o dr. Washington Bonfim.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Com relação da Uespi, tem alguns pontos, na realidade, nós estamos fazendo um esforço de buscar reestruturar

a Uespi, como você mesmo falou isso. Está espelhado nos recursos que estão sendo destinados para as reformas dos campi no interior, Uruçuí incluso. Alguém mencionou Uruçuí, especificamente. Está espelhado no valor das bolsas — que foram dobrados este ano, não só as bolsas que foram para os estudantes, mas também as bolsas para os professores pesquisadores; está espelhado no concurso público que está sendo feito para servidores administrativos e para os professores.

É o primeiro ano da administração, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do governo é algo...

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Eu queria pedir encarecidamente que quando uma pessoa estiver com a palavra, desta presidência, que as pessoas respeitem este momento, que é o mesmo momento que todos os deputados estaduais estão respeitando quando os outros estão falando.

SR. WASHINGTON BONFIM: (Secretário de Planejamento) - Obrigado presidente.

Eu reitero à disposição do governo em trabalhar a melhoria das condições físicas, das condições de trabalho dos professores e dos alunos da Uespi. Mas, reitero também que há necessidade do ponto de vista da universidade, até para que ela ajude ainda mais a cumprir o seu objetivo para que possamos olhar para Uespi e redirecionar algumas das suas atividades para aquilo que é a dinâmica da sociedade piauiense. O governo não está pedindo nada de extraordinário: existe um mundo em transformação. O nosso governador tem feito um esforço grande no sentido de aprofundar a mudança que há no Estado. Aqui, bem objetivamente, sexta-feira passada, lançamos os PIBs estaduais e o Piauí, basicamente dobrou o PIB estadual entre 2002 e 2021. Isso é algo realmente relevante não só para os servidores, mas para toda população do estado e, é certamente, isso que tem feito com que sucessivamente o mesmo grupo político tenha sido eleito e tem sido eleito majoritariamente ao longo desse período. Quer dizer, do ponto de vista das instituições do país, é um governo democrático que se preocupa com a população, que se preocupa com o servidor e que está buscando a melhoria e excelência do serviço público. Vou insistir nisso o tempo que for necessário, porque essa é a nossa missão e não abrimos mão dessa missão.

Com relação a questão da Educação Básica — está espelhado no caso dos números que eu mostrei, o volume de investimentos que tem sido destinados para a Educação Básica; está espelhado também nas diretrizes do governo, a questão da universalização do

Ensino de Tempo Integral; da universalização do Ensino Profissional e Técnico para todos os alunos, para a nossa juventude e assim, é um compromisso fundamental, não só com a educação, mas com o futuro do nosso estado. Entendam, estamos buscando, enquanto governo, atualizar a nossa matriz econômica, atualizar aquilo que é fundamental para que o Estado continue se desenvolvendo, como se desenvolveu ao longo desses últimos 20 anos. Nós não temos aqui... — falo por mim e creio que falo também pelo secretário Emílio. —...nenhuma dúvida daquilo que estamos falando, em termos de política pública, não só para os servidores, mas vou insistir, para toda a população do Estado do Piauí, seja na área de educação, seja na área de saúde, seja na área de segurança pública. Os números de segurança pública, aqueles números lá são números de investimentos, a folha de pagamento está em outro lugar. Necessariamente os números de saúde e educação são maiores em qualquer lugar do país, porque constitucionalmente existem vinculações orçamentárias. Nós somos, do ponto de vista legislativo, obrigados a fazer um investimento de 25% na área de Educação e de 12% na área de Saúde, enquanto estado, vão ser sempre números muito maiores, porque assim manda a Constituição brasileira.

SR. PRESIDENTE(Henrique Pires – MDB) - Secretário Emílio, o Senhor quer fazer alguma consideração a respeito dessas afirmações do Secretário Washington Bonfim acerca das perguntas anteriores?

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda do Piauí) - Eu só queria responder ao Marcelo Régis quando ele perguntou se nós conhecemos a Uespi? Na verdade assim: tanto eu quanto o Secretário Washington, nós temos a profissão de magistério. Eu tive o grande prazer e tenho, de ter a minha segunda formação em Administração, eu me formei lá na Uespi, no campus do Dirceu Arcoverde, com muito orgulho, entendeu? Então, assim, eu conheço o trabalho, conheço as pessoas, parte de todos esses servidores que fazem parte da gestão da Uespi e comungamos muito, tem o Lucídio que é colega nosso, servidor da Sefaz. Agora, existe uma distância entre aquilo que é o ideal e o que necessitamos para que aquilo chegue ao auge e aquilo que é a realidade do que você pode manter isso aí. Esse é o desafio. Com certeza, o nosso governador tem focado muito nisso e vai melhorar ainda mais os investimentos e aquilo na educação que está sendo proposto para os anos seguintes. Então, é só a gente ter um pouquinho de paciência, porque assim você podem dizer: " Ah, mas ele foi secretário de Fazenda."— Mais, uma coisa é ele como secretário

outra, é ele como governador. Então, temos que ter um pouco de paciência para que possamos realmente colher aquilo que vocês estão cobrando.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires – MDB) - Gostaria de passar a palavra ao Evandro da Silva, do Sinte Piauí. Já foi?

(Uma pessoa pergunta, fora do microfone se não vão chamar mulher para falar, pois só chamam homens).

Com licença, por favor, só um instante. As pessoas que pediram para falar, inclusive aqui, após o encerramento, Keny Lobão, do Sinpolpi, pediu aqui para falar, nós inscrevemos aqui.

Então com a palavra, está aqui, Auriane Coutinho. Ela está aqui?

A Senhora dos fisioterapeutas? A palavra está com a Senhora, por dois minutos, por favor.

SRA. AURIANE COUTINHO(Sindicato do Sinfito - Pi) - Realmente o ponto é esse: está realmente previsto, garantido para o próximo ano, pelo menos o reajuste linear e uma reestruturação de carreira com base na defasagem salarial a qual nos encontramos? Então assim, a primeira questão e a nossa preocupação, enquanto saúde, além da garantia que tenhamos a reestruturação de carreira, pois na saúde não dá mais para ser só o linear, é uma emergência; nós também temos que ter a garantia do questão do concurso público. Rapidamente, se o Senhor olhar no Google, tem recomendação do do TCE, do Ministério Público e até da Justiça Federal de 2019, 2020, 2021 e 2022, para concurso público na saúde. E sabe por que isso? Porque, hoje, 70% dos profissionais da saúde — cerca de 70%, e na minha categoria é exatamente 70% desses profissionais são contratados, não são efetivos. — E aí vem o problema da Previdência o que nem temos mais o que falar.

A pergunta direta e objetiva é se está garantido nesse PPA — é uma exigência que esteja garantido tanto a questão da reestruturação da carreira da saúde, quanto o reajuste linear. Quanto ao concurso não dá mais para adiar, estão aí todos esses órgãos com recomendações, com decisões judiciais.. — Se chegar uma decisão judicial para mim, eu tenho que cumprir. — o Estado não cumpre nem decisão judicial federal, e eu não entendo o porquê, não sou da área, mas enfim.

A última pergunta para o Secretário de Fazenda: na audiência passada falamos das publicações, das promoções e progressões da Saúde não é, que estão aguardando desde

junho de 2022. Já tinha 2021 garantido, eu digo 2022 por que foi quando foi dado a pausa para eleição, quando a nova gestão assumiu, já havia essa autorização do governo Wellington Dias. A única conversa, a única promessa que nós conseguimos nessa gestão foi a publicação dessas promoções e progressões, o que não muda em nada a nossa realidade, mas é um direito nosso para setembro de 2023, inclusive recebemos o espelho da folha da última lista enviada para se juntar com a lista de 2021, que ainda aguardava lá, e não tivemos, e amanhã já é dezembro, amanhã já é primeiro de dezembro e não tivemos. Então, além dessa pergunta direcionada a saúde, ouvimos o secretário responder que para a Uespi tem um concurso em andamento, mesmo que o salário seja de 1.900, para a Justiça tem um edital previsto para 2024, logo para janeiro. E para saúde o que é que tem?

SR PRESIDENTE(Henrique Pires – MDB) - Eu queria aqui saber se vocês estão conseguindo responder as perguntas que estão sendo feitas? Tem alguém que não está ainda se sentindo respondido? Mesmo que a resposta não seja satisfatória ao que você queria ouvir? Porque muitas vezes acontece isso não é?

inaudível.(Pergunta fora do microfone, não foi possível ser captada pelos taquígrafos)

Esse aqui eu vou ficar e eu mesmo vou lhe responder isso aqui também viu.

Eu acho importante, um instante só, eu queria, Dra. Auriane Coutinho, que você me passasse depois essas decisões da justiça, compelindo, determinando ao Estado está certo? Eu queria que passasse isso ao deputado Henrique Pires. (resposta fora do microfone).

Mas tem no seu sindicato tem advocacia lá não tem, tem alguém que possa pegar essa decisões e tal. Eu queria que me passasse

Então, eu passo agora da palavra ao Keny Lobão, do Sinpolpi e nós vamos encerrar com a Geane Souza do Sindespi

SR. KENNY LOBÃO(Sinpolpi) - Bom dia a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Henrique Pires.

Eu acho bem interessante a fala dos nossos secretários, Washington Bonfim e o Emílio Júnior os parabênizo pelo trabalho que fazem. Mas, antemão, eu quero lembrar uma coisa, antes de investir em infraestrutura, tecnologia é preciso dedicar especialmente a atenção aqueles que serão incumbidos da manipulação desses instrumentos que são os servidores públicos do Estado do Piauí. Especialmente, eu pego a nossa pauta da Polícia

Civil, que é um pouco esquecida algumas vezes e também vem observar uma coisa que vocês têm sempre falado, que não tem recurso, falta recurso para isso, para aquilo outro. O problema do Piauí não é arrecadação, o Piauí arrecada bem! Agora tem que ter prioridade no que vai investir, não só investir em equipamentos e tecnologias como eu já falei, mas também no recurso humano, pois isso é importante demais, é a nossa riqueza, a riqueza do piauiense é o nosso recurso humano.

Quando vocês falam em arrecadação, sempre observam o FPE que realmente caiu pouco, mas quando você pega arrecadação dos tributos estaduais, conforme o Com faz nos mostra, é totalmente diferente nos últimos 10 anos no Estado do Piauí, onde em 2012, o Estado do Piauí arrecadava por volta.. — arrecadações de tributos estaduais — dois bi e 700. Hoje, ano passado 2022 chegou ao patamar de sete 6.7 bi e a tendência para este ano é de 7 bi, então, não é pouco é muito recurso arrecadado de tributos estaduais sem contar com outras receitas que são bastante altas no caso. Então, que falta um pouco é essa boa vontade do gestor em olhar esse patamar do servidor público, da pessoa porque é ele que faz a Polícia Civil, funcionar a Segurança Pública, que faz a Educação funcionar, que faz a Saúde funcionar. Não só infraestrutura que também é importante, mas a população precisa de um profissional bem qualificado, bem remunerado para que ele realmente possa dar o respaldo tão necessário precisa no cidadão piauiense, um trabalho qualificado.

Outra coisa, que eu quero lembrar vocês, que vocês falam que não tem não tenha recurso suficiente, mas em julho deste ano, vocês abriram uma folha de crédito suplementar. Qual foi a justificativa do artigo 2º? Excesso de arrecadação. Então, como é que eu digo que tenho excesso de arrecadação. Então como eu digo que tenho excesso de arrecadação, abro 139 milhões de reais para diversos setores e não tem um recurso para dar um aumento ao servidor público? Então, a minha pergunta é: Quando será implementado, como foi promessa do Governo do nosso governador Rafael Fonteles, a reestruturação dos cargos, dos servidores públicos do Estado do Piauí, especialmente da Polícia Civil? Porque a gente sempre gosta de focar isso, porque é importante, não adianta você ter uma Saúde funcionando, a Educação funcionando, se você não tem Segurança para sair nas ruas? Se você que é um deputado, que vem aqui para Assembleia, não tem segurança de sair para levar seu filho, a sua filha numa escola, ou qualquer um de nós aqui, então, a segurança é muito importante tem que ser realmente focada. E a Polícia Civil tem dado uma resposta

muito boa ao governo do Estado do Piauí, tanto que em nível nacional tem dado muita visibilidade ao nosso governador, graças a Deus, isso é uma obrigação nossa? É nossa obrigação. Mas também eu acho que nós deveremos ser valorizados, e recurso tem, só precisa realmente olhar onde vai aplicar esse recurso.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE(Henrique Pires – MDB) - Eu queria, agradecer ao servidor público KenyLobão, dizer que eu sou filho de dois servidores públicos, então eu sou um fã do serviço está certo?

Concedo a palavra a senhora Geane Sousa, do Sindespi.

SRA. GEANE SOUSA (Sindespi) - Bom dia a todos e todas! Bom dia, deputado Henrique Pires; secretário, Washington e secretário Emílio.

A minha preocupação com relação a esse Orçamento: primeiro, toda hora, já foi falado aqui várias vezes que este ano não tem reajuste, previsão para o próximo ano. Agora, qual é a preocupação nossa, do servidor da Saúde, Educação e Segurança, deputado? Em 2012 tivemos um enquadramento, de lá para cá mais nada! Temos as inflações aí tudo, que não vou entrar em detalhe, porque a Auriane já falou algumas coisas. Em 2014 tivemos o enquadramento administrativo. Esse pessoal, quando o Governador Wellington Dias, assumiu cancelou esse enquadramento. O Sindespi ajuizou ação na justiça e nós ganhamos judicialmente e foi implantado em janeiro de 2020. Se não fosse isso, até hoje, nós só teríamos os 10% que foi dado em 2022. Para que o Senhor tenha uma noção do que nós da saúde estamos passando. Em 2019 ganhamos mais não levamos esse reajuste, foi prometido, mas na hora saiu para todos, menos para a saúde. Então de lá para cá é só empurrando. Agora, vai iniciar negociação em 2024 para recebermos quando? 2025? Qual é o planejamento? O que tem de concreto para nós da saúde? Porque nós temos uma classe de operacionais que ganham hoje, o vencimento R\$ 800,00 (oitocentos reais) não ganham menos do que o salário mínimo porque a lei diz que ninguém pode ganhar menos do que o salário mínimo. Nós temos aposentados na miséria, temos um indicativo que é do seu conhecimento, Senhor deputado, e eu espero que o Senhor nos ajude, o indicativo da saúde que o Ubirajara já conversou, o Senhor já pediu vista neste indicativo e já passou na Comissão. Então isso aí precisamos da ajuda, da sua ajuda ou do próprio secretário para que pelo menos nessa classe aí, seja revisto o atraso enorme que nós estamos tendo em nossos vencimentos. Nós precisamos pagar um aluguel, nós precisamos

comprar alimentação e não dá para ficar só esperando. Eu entendo, secretário Washington, quando o Senhor diz assim..., — Eu só não entendo, porque só não tem dinheiro para o trabalhador da Saúde, Segurança e Educação, porque não tem o dinheiro para isso? — Eu vejo toda hora o governador viajando, vai pegar investimentos e tudo, esse dinheiro está sendo aplicado onde? Nós trabalhadores nós estamos direto na linha de frente. Na Covid nós fomos heróis, muita gente, muitos trabalhadores nossos morreram no exercício da sua profissão, hoje as suas famílias estão passando dificuldades, porque, nós ainda ganhamos um pouquinho melhor, um pouquinho melhor, porque vem o vale transporte, uma insalubridade, na hora que aposenta tira tudo isso, fica com o vencimento limpo e seco. Agora eu lhe pergunto: A pessoa trabalhou 36, 40 anos vai aposentar com salário mínimo, quando tira o Plamta e o lapepi não fica nada deputado, nada, nada! E eu estou falando de quem ganha o salário mínimo, quem ganha um pouquinho a mais do salário mínimo, ainda tem que ser retirado 14% para a previdência, ou seja, nem ganhar um pouquinho a mais esse servidor tem esse direito, porque até isso é retirado da Previdência, porque depois da reforma de 2019, praticamente isso foi uma imposição e praticamente foi o governo do Estado do Piauí, no governo do governador Wellington Dias, que colocou isso. Tem estados que não entraram com isso, sim temos que pagar, mas nós também temos o direito de ganhar melhor, nós precisamos de valorização, precisamos de concurso público. O nosso trabalhador da Saúde, com 36-40 anos não aguentam mais trabalhar, não aguentam mais esse rojão, eles precisam se aposentar.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Fazer só uma perguntinha, a Senhora falou que houve estados que não entraram com o quê? Porque eu não entendi.

SRA. GEANE SOUSA (Sindespi) - Houve estados... já vi a Reforma da Previdência. Houve estado em que essa cobrança complementar não entrou.

SR. EVANDRO (Representante do Sinte) - Deputada, em São Paulo, em Alagoas, em vários estados, o Banco do Brasil cobrou. Em São Paulo, neste ano, foi tirado esse desconto. Só para explicar. O Senhor não queria a explicação? Estou lhe explicando.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Eu lhe pergunto já. Passe aqui para ela, por favor. Vamos ficar assim.

SRA. GEANE SOUSA (Sindespi) - Outra coisa que acontece: por que reclamamos em relação à Previdência? O Secretário Washigton falou que precisa de investimentos. Foi isso, Secretário? Para a Previdência? Então, até onde eu sei, porque participo de algumas

reuniões da Previdência, o Estado tem muitos imóveis que podem ser alugados, investidos em outras coisas. No entanto, observamos que o estado vive alugando casas de pessoas conhecidas, parentes, aquela coisa toda. Então, por que não utilizar os imóveis do Estado? O Estado tem muitos imóveis que estão sucateados, acabados, por que não utilizar o que é do Estado? Isso dá para ser feito... tudo bem, só para complementar, vamos ver com bons olhos, vamos olhar, valorizar. Primeiro, sobre o concurso público, precisamos, com urgência, realizar na Saúde. Segundo, a valorização do profissional da Saúde e, deputado, dê uma olhadinha com bons olhos nesse indicativo de lei que já foi encaminhado.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Agradeço às palavras da Geane, já devolvi o meu pedido de vista, já voltou para a Comissão. Ele está sabendo, está no Palácio, foi o Deputado Nerinho, não foi? Ah, então, está aqui com ele, com o Washington.

Queria passar a palavra ao Washington e ao Emílio para poder responder os questionamentos. Acho, sim, que tem que ter concurso público, não tem como... é uma constante que o estado tem que fazer. Agora mesmo a polícia... eu sou deputado estadual, mas vemos os 1.600 policiais militares que adentraram e vão adentrar até dezembro nos quadros da Polícia Militar do Estado do Piauí, os mais 100 policiais civis que foram chamados, não é, Emílio? Do último concurso agora, do Governador Rafael, e eu lhe digo, porque o Governador, o Estado têm lutado muito para corrigir várias distorções... é porque já há mais 600 em formação, para serem 1.697.

Sobre essa parte de concurso público para a Saúde, acho que é fundamental. Queria dizer aos meus amigos da Uespi que, nesta semana, eu estava tratando da questão da Uespi. Sou formado em Direito pela Universidade, terei uma reunião com o Reitor na próxima semana para que possamos melhorar aquilo que é destinado à nossa querida Uespi.

Passo a palavra ao Washington para responder às perguntas que lhe cabe.

SR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Em relação às questões relativas ao Pessoal, há uma comissão designada pelo Governador Rafael Fonteles, que é formada, principalmente, pelo Secretário de Administração e pela Secretária de Relações Sociais, para fazer a interlocução com as carreiras. Isso tem a ver com a reestruturação de carreiras, a questão dos concursos e a questão do reajuste linear.

Em relação àquilo que o Kenny Lobão colocou sobre a falta de recursos, só o que é integral.. —ele não está mais aqui. — ... o que é exclusivamente do Estado, por isso

enfaticamente, é o Fundo de Participação dos Estados. Grande parte da arrecadação de impostos do estado, por determinação constitucional, precisa ser dividida com os municípios. Isso vale para o ICMS, isso vale para o Fundeb. O Secretário de Fazenda mostrou na audiência pública da Lei de Responsabilidade Fiscal, há uns 15 dias, justamente esse fato. O Estado financia indiretamente a Educação Pública em todos os municípios, porque como ele tem menos alunos... o Governo Federal, o Fundeb pagam por aluno, e ele tem menos alunos do que o conjunto da educação básica referente aos municípios, ele é transferidor líquido de recursos.

O aumento de arrecadação do ICMS ajuda o Governo Estadual sem nenhuma dúvida. Passamos muita dificuldade no ano passado em função das leis complementares do governo Bolsonaro, mas todo aumento de arrecadação do ICMS repercute, positivamente, para os municípios do Estado, todos eles, você tem um valor para a capital e um valor que é dividido para os... segundo valor agregado de cada economia; e também tem um índice de meio ambiente, e foi suspensa agora a discussão do índice de educação.

Então, existe uma repartição de recursos determinada. Toda vez que falamos na questão do Fundo de Participação dos estados, estamos falando porque ele é fundamental e - como eu mostrei na audiência passada - representa 57% da arrecadação própria do Estado; é aquilo que podemos contar. Toda queda nele é uma queda importante.

Repito o que disse na vez passada. Do ponto de vista do Governo Federal, foram repostas todas as perdas dos municípios tendo como base 2022; todas as perdas de julho a dezembro e, no caso dos estados, restringiu-se a recuperação apenas dos meses de julho e agosto. Quem absorveu toda a queda de FPM em 2023 foram os estados. Sobre os municípios, obviamente, não posso dizer que não estejam sendo afetados, porque há inflação do ano passado para cá, mas o valor nominal de 2022 estão recebendo no início de dezembro. Estou falando de coisas práticas do ponto de vista de legislação.

Outra coisa que é importante quando tratamos da falta de recursos. O Governo - e eu mostrei aqui - o Executivo e os Poderes têm um comprometimento com despesas fixas, extremamente altas. O que sobra, em termos de investimento, não é expressivo, tanto o é que precisamos lançar mão de operações de crédito. Mostrei aqui o valor de 72 bilhões dos quatro anos, sendo que grande parte é a manutenção da máquina, é folha de pagamento, cerca de 30 bilhões, é quase metade. Temos que olhar para as contas como são. Muitas vezes, soa como antipático dizer como a realidade é, mas somos obrigados a dizer em

nome do respeito que temos ao eleitor que votou no Governador Rafael Fonteles e no respeito que temos a ele como servidor, secretário que é responsável por tocar as pastas, tanto do Planejamento, no meu caso, quanto do Emílio.

As questões de concurso são afetas à Lei de Diretrizes Orçamentárias mais do que tudo. Fazemos essa avaliação a cada ano, e temos... vou insistir, temos feito concursos em diversas áreas, vamos continuar fazendo, vamos continuar melhorando a capacidade de o Estado entregar serviços na ponta, vamos continuar melhorando o investimento em infraestrutura, como se disse aqui, é um investimento absolutamente essencial.

Somos um Estado rural e um Estado rural depende de estrada para escoar sua produção. Não adianta o pequeno agricultor produzir e não conseguir fazer chegar o seu produto ao mercado se ele não tem uma estrada. Nesse sentido, caminha o esforço estadual para recuperar as estradas; isso tem sido feito pelo DER.

O olhar do Governo é para todos os cidadãos piauienses, em especial, para o servidor, mas não podemos deixar de perder de vista aquele cidadão, aquelas pessoas que não têm emprego, estabilidade, plano de saúde, aquelas pessoas que estão vivendo, por exemplo, do Bolsa Família, exclusivamente.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Secretário Emílio, para dar um descanso para suas cordas vocais, irei responder. Ele está muito "quietinho" aqui, sem falar nada. Ele está dando uma de homem invisível.

SR. EMÍLIO JÚNIOR (Secretário de Fazenda) - Auriane, em relação à questão da reestruturação, do reenquadramento, na Comissão de Gestão de Pessoas, no relatório que recebemos e fizemos - porque participamos: Sefaz, Seplan, PGE, Sead - foram reenquadrados na Saúde, este ano, 506 servidores e 508 da Justiça. Ah, não foi publicado, é isso? Entendi! Foi à Segove e não foi publicado. Não é isso?

A questão do excesso é porque era só para explicar essa questão do Kenny. Em primeiro lugar, observem que foi até o mês de julho, já tínhamos comentado que o FPE até o mês de junho vinha com o crescimento em torno de 7%. A contusão do FPE começou a partir de julho, na verdade, pelas projeções que vínhamos fazendo. Tanto o é que houve, realmente, o excesso até o mês de junho.

Quando começou julho - começou realmente algo estranho no FPE - houve queda nominalmente. Para se ter uma ideia, é uma coisa que não... em todos os estados, estou dizendo que o Brasil todo sofreu, inclusive, os municípios. Até o mês de junho, o FPE vinha

crescendo em média de 12% e no final ele estava em uma média de 7% um crescimento nominal. Quando entrou julho, esse caiu, nominalmente, 8,83%; agosto 8,15%, quer dizer, vem até o mês de novembro, que fechou agora, com crescimento nominal de dois e pouco por cento, mas se pegar pelo real, continua com crescimento real negativo. Esse excesso que houve foi devido a disso, quer dizer, até o mês de julho, estávamos com essa projeção.

Outra coisa também é que quando for observar, às vezes, um decreto de excesso de arrecadação, tem que ver, também, quais são as fontes colocadas, porque, muitas vezes, isso é uma fonte que vem do Fundeb, que é uma fonte que vem, às vezes, de um convênio, alguma coisa assim, ele não reflete aquilo que o estado pode, com esse excesso, levar para gasto pessoal. Não estou dizendo que é isso, que não vá ter esse aumento que já foi prometido para 2024; então, assim, o que aconteceu em 2023, foi isto: houve essa frustração e, em termos nominais, perdemos mais de 200 milhões.

Para se ter uma ideia, aquilo que o Secretário Washington falou: os municípios estão recebendo, hoje, o FPE com decréscimo nominal dos meses de julho, agosto e setembro, corrigido pela inflação como auxílio. Os estados só estão recebendo com valor nominal julho e agosto, e por sinal acabei de consultar aqui o site da Secretaria do Tesouro Nacional, que entrou o recurso e saiu. Houve um erro lá e levaram o dinheiro de volta. Tomamos um susto, nos alegramos, depois ficamos tristes de novo, vou esperar aqui voltar.

Assim, Kenny, foi muito boa a sua colocação. Graças a Deus, realmente, na arrecadação própria, estamos superando isso, tanto o é que a arrecadação própria do Estado do Piauí em 2023 veio com um crescimento nominal na ordem de 12%. Só lembrando aquilo que já falei a vocês: cada real que o estado recebe de ICMS só fica com 60%, porque 25% são encaminhados aos municípios; e 20% desse valor vão para

o Fundeb. Então, de cada real arrecadado do ICMS, eles ficam com 60%. Por isso, não se pode pegar uma arrecadação de 1 bilhão, pois, na verdade, representam-se 600 milhões aos cofres do estado. Quando é IPVA, esse repasse é ainda maior, se o IPVA arrecada 1 bilhão, o estado só fica com 40% disso, então, de cada 1 bilhão arrecadado com IPVA, o estado fica com 400 milhões. Dito isso, tem essa parte da repartição, sendo que o estado ajuda muito na questão dos municípios também. Mais uma vez, queria ratificar: tenham paciência, estamos fechando esses números agora de novembro. Com certeza, o Governador se pronunciará sobre a questão de reajuste salarial.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Bom, eu queria registrar, até acredito muito no Governo do Rafael Fonteles, principalmente, na área da Educação. Digo isso porque se tem um professor que é Governador. Não posso pensar contra isso. Queria que fosse... tinha certeza de que se fosse um engenheiro era outra cabeça, mas ele escolheu na vida ser professor de matemática, ele é professor. O Governo começou agora, temos cobrado melhorias. Acho que o concurso público tem que ser feito, sim, o reenquadramento tem que ser feito, a Saúde tem que ter a atenção que se pede.

Agora, queria, inclusive, na próxima audiência, que o Secretário de Saúde e de Educação estivessem presentes, esse é o meu parecer, é o que eu acho. Estou aqui ouvindo a reivindicação dos outros secretários, mas, quem aqui mora fora de Teresina? Moramos todos aqui. Quero saber quem mora fora? Por que estou perguntando isso? Quando o Washington me falou nessa questão de investimentos em estradas, fiquei me lembrando de algumas comunidades, irmãos nossos piauienses, que vivem, por exemplo, no interior de Morro Cabeça no Tempo. É óbvio que não podemos ficar tirando só o que pensamos pela régua do que o outro passa. É importante compreender que todos nós aqui moramos em uma bolha. Teresina, por mais que V.Exa. não ache, é uma bolha, visto que é onde estão os melhores colégios, transporte público, abastecimento d'água, sistema de saúde. Tem gente... acho que faz uns quatro anos que inaugurei um chuveiro e um ponto d'água na casa de um senhor de 84 anos, que nunca tinha tomado banho de chuveiro na vida.

Então, às vezes, ficamos aqui olhando... repito, sou filho de servidor público e, para mim, é o funcionário mais importante que tem em qualquer parte. Esses investimentos devem ser feitos para tentar amenizar ou deixar o resto do Piauí razoavelmente parecido com o que temos na nossa bolha aqui. Por isso, esses investimentos do Executivo.

Há alguns setores que querem a audiência no gabinete. Pedi a Sheila para passar o contato da Siris, que é minha assessora jurídica do gabinete, para que possamos ter essa reunião mais próxima.

Agradeço à presença da Doutora Yáscar, que é a Chefe da Defensoria Pública; do Tribunal de Justiça que está aqui, na pessoa do Roosevelt; dos técnicos que acompanham, tanto o Washington Bonfim - Secretário de Planejamento do Estado do Piauí - quanto os que acompanham o Secretário Emílio - Secretário de Fazenda do Estado do Piauí; de todos os servidores

e da sociedade civil organizada. Repito, essa é a primeira vez que estamos dando a oportunidade de fazer as audiências separadas, exatamente, para ampliar o debate, a discussão. No que depender do Deputado Henrique Pires será assim nas próximas audiências públicas que houver nesse sentido.

Passo a palavra ao meu amigo de Pio IX, quebrando todo o protocolo, mas em homenagem a Isaías Coelho. Vamos ouvir o servidor público, por favor.

SR. VILOBALDO CARVALHO (Sinpoljuspi) - O Senhor fez uma pergunta, se alguma pergunta tinha ficado sem resposta... não que fosse uma resposta que fosse satisfeita.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Todos disseram ok.

SR. VILOBALDO CARVALHO (Sinpoljuspi) - Pois é! Faz tempo que tento falar. Fizemos - como representação de vários sindicatos - um ofício a V.Exa. Ficamos na audiência passada da LOA com a perspectiva de termos uma reunião, representantes e servidores com o senhor que conduz, de certa forma, o Orçamento na Casa, e com representantes do governo. Não sei se entendi corretamente, na última fala do Secretário Washington Bonfim, que poderia haver uma reunião nesse sentido na próxima semana, por quê? Hoje a PPA... dentro do PPA para 2024... então, dentro de 2024 tem a lei orçamentária.

Aquela questão do reajuste linear, insistimos e persistimos. Não há como debater em 2024 uma questão que tem que estar no orçamento de 2024. É preciso sentar com as categorias, os representantes servidores, a Alepi e os secretários. O que estamos clamando é isso, há possibilidade? Isso não nos foi respondido! Quando poderíamos ter essa reunião? Na próxima semana?

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Levarei esse seu pleito ao Presidente da Casa - o Deputado Franzé - que, inclusive, foi Secretário de Fazenda, é servidor público, está deputado estadual; como eu, sou engenheiro civil e advogado, mas estou deputado estadual. Temos que ser reeleitos de quatro em quatro anos; se o povo quiser, bota, deixa, senão tira.

Portanto, levarei essa questão ao Franzé, pode me cobrar. Essa "bola" tem que ser com ele, que representa o Poder Legislativo, com o Presidente do Executivo, representado pelo Governador.

Declaro encerrada a presente sessão.

REGISTROS TAQUIGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA VIGÉSIMA LEGISLAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MAIO DE 2023.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PRESIDENTE: Deputado Henrique Pires

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires – MDB) - Bom dia a todos!

Agradeço a todos que fazem a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí na pessoa de seus servidores, a equipe de som e a imprensa aqui presente.

Daqui a instantes nós vamos dar início a esta audiência pública, que é importante — Isso é uma é uma etapa da lei, que não só a Comissão de Finanças tem que fazê-la, mas o próprio Governo do Estado tem que participar. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vou logo botar o Washington Bonfim para dar uma aula, quando chegar aqui, para explicar bem direitinho o que se chama LDO. — Está bem pertinho dele chegar. Bom, enquanto ele não vem, eu vou resguardado o local dele.

Convido para fazer parte da Mesa, o Senhor Humberto Brito, da Defensoria pública; representando a Defensoria Pública do Estado do Piauí; a presidente da Defensora Pública, chefe, Carla Yáscar Bento Feitosa Belchior; Convido o Secretário de Fazenda, Emílio Joaquim de Oliveira Júnior. — Vou deixar aqui o lugar do Washington Bonfim. — convido o Dr. kilmer Távora, da CGE - Controladoria Geral do Estado; - o Senhor Lucas Lopes, representando o meu amigo, o colega advogado, Samuel —Nos formamos juntos — Convido o Senhor João Emílio, representando aqui o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; convido a Senhora Paulina Pereira Silva de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. — Cadê a Paulina? Está ali. — Convido o Senhor, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis. — Quem vem aqui é o Marlon, representando? Não, o Toni. Assessoria quem errou, Toni Boson, desculpe-me, porque está aqui Marlon, não é? Então, a canetinha aqui já risca o nome Marlon e substitui por Tony Bozon. — Convido a professora Lucineide Medeiros, Presidente do Sindicato dos Servidores da Uespi. — Universidade que eu tive a Felicidade de fazer o curso de Direito nela. — Ora, então vamos aguardar só um pouquinho para Washington chegar, porque ele é peça fundamental aqui.

Bom, com a chegada aqui do Dr. Washington Bonfim nós damos como iniciada esta audiência pública, trâmite legal, fundamental, no meu entender, para se discutir o orçamento, as diretrizes para onde vai — traduzindo para o bom Português, para onde vai os investimentos, os recursos do povo do Piauí para o próximo ano.

Passo a palavra ao Professor doutor Washington Bonfim, que eu tenho a felicidade de privar da sua amizade.

WASHINGTON BONFIM (Secretário de Planejamento) - Bom dia, Deputado Henrique Pires; bom dia demais membros da Mesa a quem cumprimento na pessoa do meu colega, Secretário de Fazenda, Emílio; bom dia a cada um que está aqui e aos demais membros da Mesa que eu vou cumprimentar em nome da Lucineide que está alí na ponta, são duas mulheres à Mesa.

Na realidade assim, quero colocar alguns pontos de saída. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, por conta da legislação estadual, no primeiro ano da administração tem uma característica diferente dos demais anos, porque como o Plano Plurianual ainda não está concebido, a lei estadual nos faculta a possibilidade de que os anexos de metas e prioridades sejam encaminhados com os demais projetos de lei - que são os projetos de lei do Plano Plurianual propriamente dito. Nesse caso, de 2024 a 2027 e o próprio Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, que é o ano de 2024. Então, o que vamos mostra aqui são números gerais, nós vamos iniciar o processo de discussão do Plano Plurianual internamente no dia 04 de Junho — internamente é o que chamamos de setoriais: as secretarias do Governo do Estado que devem realizar em Julho. Depois desse primeiro ajuste em, Julho, a parte importante e necessária de discussão participativa, devemos ter um evento, inicialmente, programado para o dia 04 de Julho, em que vamos abrir para todos os territórios, para todas as entidades a discussão do plano plurianual e aí se segue internamente as discussões sobre a questão de colocar valores, dividir o bolo, que ao final das contas que se trata a elaboração de um Orçamento Público.

Eu vou seguir aqui, então, basicamente, as nossas obrigações legais no ano de 2024 tem a ver, como instrumento de planejamento, o envio do Plano Plurianual de 2024 a 2027. Como acabei de colocar, aqui vamos discutir, digamos, a primeira etapa da lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO e, finalmente, a Lei Orçamentária anual.

A LDO - estrutura a discussão das peças orçamentárias de uma maneira mais geral, então, ela orienta e a LOA, estabelece basicamente os cenários econômicos fiscais da lei

Orçamentária e projeta isso para os dois anos seguintes; estabelece também as Metas Fiscais e Riscos Fiscais para 2024 e mais 2 anos. Além de definir as metas e prioridades para 2024, — como eu fiz a introdução — essa definição de metas e prioridades, pela legislação estadual, no primeiro ano da administração, no primeiro orçamento da nova administração, fica facultada a Administração, ao Executivo, encaminhar essas metas no momento do encaminhamento do Plano plurianual, do projeto de plurianual e do projeto de lei orçamentária.

Aqui quais são principais diretrizes para a elaboração dessa LOA que nós vamos encaminhar de 2024? A definição. A lei de diretrizes define os anexos e estabelece os critérios relativos a emenda, a criação de novas fontes, a movimentação de créditos orçamentários, a questão dos valores de emendas impositivas, as limitações de empenho e os limites de despesa de pessoal, tudo isso conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda, no caso da lei de diretrizes orçamentárias que foram encaminhadas, do projeto de lei, nós pontuamos as exceções aos limites de suplementação. Dispusemos sobre a questão de legislação tributária e houve a definição do percentual de critérios para uso de reservas de contingência, também está na lei, que regula os orçamentos públicos no país.

As principais alterações da LDO de 2024, nesse primeiro momento, foram a questão da inclusão do orçamento participativo. No orçamento participativo - no artigo 24.. — que tem sido publicamente discutido. — ... foi lançado o Orçamento Participativo pelo Governador Rafael Fonteles no último dia 15, 41(quarenta experiências) experiências que são piloto: 40 milhões para cidade de Teresina; 10 milhões para a cidade de Parnaíba. O — Em Parnaíba nós tivemos a oportunidade de lançar, na última quinta-feira, dia 25 de maio. — Também uma outra alteração é a questão da política de aplicação das agências oficiais de fomento, que é o capítulo 9º, tem haver com o alinhamento com o plano de governo do Rafael Fonteles de fortalecer especialmente a Piauí Fomento, para cumprir cada vez mais o seu papel de fazer chegar recursos para os pequenos empreendedores, especialmente nas zonas urbanas dos municípios. Nós fizemos parceria com o Felipe, que é o presidente da Piauí Fomento, e estamos estruturando a LDO para fortalecer o trabalho de captação de recursos para empréstimo através da Piauí Fomento.

A terceira alteração é a questão da Priorização das Contrapartidas de Convênio e Projetos em execução, em relação a novos projetos. Isso aqui se dá num contexto em que o alinhamento.

O que nós esperamos do Governo Federal com o Governo Estadual em termos políticos? Governo Lula, Governo Rafael vai nos permitir, ter mais recursos de convênio,

mais recursos do governo federal — e nesse sentido é importante que esses recursos no geral, o Governo do Estado tem que apostar um valor que chamamos de contrapartida, então, nós estamos ajustando. — Fizemos essa proposição no artigo 20(vinte) simplesmente para nos adaptarmos de maneira mais tranquila para conquistarmos, digamos assim, todas as possibilidades do Governo Federal nos próximos anos.

A Quarta Modificação importante é essa das regras. — Em caso de não aprovação da PLOA, até o final do exercício. Tivemos um problema, já sanado de maneira bastante tranquila, nesse início de ano. Na realidade um projeto de lei de Orçamento de 2023, ele só foi votado neste ano de 2023, quando na realidade era para ser votado na última votação do ano anterior, do ano de 2022. Então, isso não aconteceu. — Eu e o Emílio vivenciamos isso! — Para além disso, tivemos uma enorme dificuldade, porque foi um ano de mudança de fonte, a Contabilidade Nacional mudou muito: o que era fonte 100, passou a ser fonte 500. Você desagregava algumas fontes, hoje temos que juntar essas fontes. E nós tivemos um problema de sistema bastante razoável para nos adaptarmos a tudo, porque a lei anterior colocava que tínhamos que fazer 1/12 (Um doze avos) da execução orçamentária do ano anterior, do ano de 2022. O que estamos propondo de ajuste é que esse 1/12 (um doze avos) seja do projeto de lei que vai ser aprovado. Então, fica muito mais fácil não precisa tirar tudo do sistema e botar tudo no sistema, executa-se dentro dos limites da lei aquilo que vai ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Essas são as modificações mais revelantes que julgamos para trazer para esta audiência pública.

Em termos de número é importante avançar como acabei de mencionar, quer dizer, a Contabilidade Pública Nacional passou por uma mudança muito grande, especialmente agora no ano de 2023, então, é muito importante entender que a partir de agora não tem mais condição de comparar o orçamento, os valores de orçamento do ano de 24 com o do ano de 23 e anteriores. Por quê? Porque a metodologia de cálculo mudou, isso significa que se fizermos essa comparação é como se estivesse comparando laranja com banana. De 23 para trás, você compara com 22, com 21, aí você monta uma série histórica, mas agora não mais, porque a metodologia de cálculo mudou.

Trouxemos esse slide para deixar isso muito claro, a grande mudança tem a ver com o modo de contabilização dos recursos que vão para o regime próprio da Previdência Social, a partir, agora. Da compreensão do Secretaria do Tesouro Nacional, isso é um item a parte do orçamento, porque na realidade ele não é de livre execução do Executivo, na realidade esse valor vai para, no nosso caso, o Instituto de Previdência, na realidade essa é uma mudança importante.

Os Valores que estamos trabalhando para 2024 estão destacados, a Receita Líquida não é uma receita total, exceto intraorçamentária 19,5% bi e aí reduz Receitas intraorçamentárias; as Deduções de Receitas que tem a ver com Fundeb, com a parcela do ICMS e tal, o que nós estamos projetando em dispor para execução orçamentária em 2024 é de R\$16.800,000,00 (dezesesseis bilhões e oitocentos milhões de reais) quase R\$17.000,000,00(dezessete bilhões de reais) R\$16,900,000,00 (dezesesseis bilhões e novecentos milhões de reais). Então um incremento de valor em relação ao ano anterior, dentro da nova metodologia.

Como chegamos a este número? Contabilizou-se um crescimento real do Produto Interno Bruto de cerca de 1.5% de 23 em relação a 24, um câmbio em torno de R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos) e uma inflação média com base no índice oficial de 4,11%.

Na realidade esses são parâmetros para olharmos para a receita que temos e projetar para o futuro. São os três principais parâmetros: o que o PIB vai crescer, ou seja, a economia, se ela melhora, teremos aumento de receita, se ela piora, redução de despesa. Estamos projetando um pequeno aumento, mas um aumento do PIB e uma certa estabilidade do valor do dólar, pois que isso compromete alguns custos importantes. Passamos isso no final do ano passado, especialmente na questão dos combustíveis. O impacto do dólar era muito grande sobre alguns preços do nosso dia a dia, e aí uma redução do patamar inflacionário. Esses dados nós buscamos a partir do Boletim Focus — o Boletim Focus é uma publicação do Banco Central — ela é basicamente semanal que vai ajustando as expectativas do mercado, então, temos que escolher ali, não muda muito de um cenário para o outro, mas é uma fonte oficial que nos permite balizar os nossos números.

Agora temos um pouco do cenário de dívida, quer dizer, nós vamos olhar lá para baixo para as duas últimas linhas(slide).

A Dívida Consolidada sobre a nossa Receita Corrente - nós temos uma trajetória nos próximos quatro anos de queda, quer dizer 76.5%, 76.5% agora em 23. A nossa expectativa é diminuir para 55%. E quando você fala Dívida Consolidada Líquida em relação a Receita Corrente Líquida é um patamar de estabilidade, ou seja, mostrando que o Governo do Estado tem uma saúde financeira tranquila e tem condições de captar recursos no mercado para fazer face as demandas e investimentos que a população do estado demanda.

Acho que da minha parte era basicamente essas primeiras observações e fico aberto as observações do Emílio e as perguntas da audiência.

SR. PRESIDENTE: (Henrique Pires – MDB) Concedo a palavra ao Secretário Emílio para consideração inicial.

Quero que a assessoria, a Sheila, anote o nome das pessoas que desejam fazer uso da palavra neste primeiro momento.

Concedo a palavra ao Secretário de Fazenda Emílio.

SR. EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR(Secretário de Fazenda do Estado do Piauí) Bom dia a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar o nosso presidente da comissão que nos convidou, Deputado Henrique Pires; o amigo e Secretário de Planejamento, Washington, que fez uma brilhante apresentação. Ficou bem didático sua apresentação; a nossa equipe da Sefaz: o James, Rui, Salvador; Sérgio da Seplan, o time CGE e os representantes da Defensoria e das outras entidades e a todos vocês.

Em relação a LDO é aquilo que o Secretário Washington já falou, estamos disciplinando, neste momento, as diretrizes para aquilo que nós vamos trabalhar do Orçamento e do PPA pelos próximos quatro anos e vamos trazer números mais próximos.

Eu sempre estive aqui colocando as dificuldades que o estado teve ano passado em relação aquilo que nós tivemos naquelas leis 192, 194 que prejudicou muito a arrecadação própria do Estado. Só para falar nos três primeiros meses do ano, por exemplo, em janeiro o ICMS teve um crescimento nominal negativo de quase 8%, em fevereiro ele cresceu 2% nominal, mas em matéria de real ficou 3% negativo e em março 7.5 negativo. Então, é uma dificuldade que temos por quê ? Porque com essa queda da receita você tem as despesas, folha de salário que foi dado um aumento linear de 10% a partir de abril que está todo entrando agora, progressões, gastos a mais em relação aquilo que aumentou de energia, comunicação e tudo e tem os investimentos que a sociedade cobra e que o nosso Governador está muito empenhado, focado: na melhoria da Saúde, na melhoria da Segurança Pública, na educação, nos investimentos, na infraestrutura do estado como um todo, preparando a questão dos aeródromos para receber aviões para que o Estado fique bem integrado, então, tudo isso são recursos. Mas ele tem colocado que façamos tudo isso de uma maneira bem equilibrada para que não tenhamos problemas no futuro. E aí é aquilo,

o Estado está atrás de uma operação de crédito para alavancar esses investimentos para este ano, para que o Governo não pare.

Vamos observar o comportamento da economia pelos próximos meses para saber se o consumo tem andado, se tem crescido, para que possamos ter uma previsibilidade, uma segurança maior na hora da elaboração do nosso orçamento, que é lá que nós vamos dizer exatamente a previsão, fixar a despesa e estimar a questão da receita. São as minha explicações, fico aberto à aquilo que vocês possam ter de dúvidas, ou questionamentos, estamos aqui para isso mesmo.

Passo a palavra para o deputado Henrique Pires.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires -MDB) Obrigado Emílio, é importante ressaltar como nós fizemos: nós fomos o relator do orçamento de 2024 estávamos nessa presidência da comissão, 2022, era o presidente da comissão 2021 e fizemos o relatório do orçamento em 2022. E várias emendas, Washington, aliás foi a primeira vez na história — eu espero que essa ano seja assim também — que todas as emendas de todos os parlamentares em discussão com a Secretaria de Planejamento, com a Secretaria de Fazenda foram acatadas. Houve redução, houve retirada de determinadas emendas, mas ao final todos os parlamentares, não só os que apresentaram emendas individuais, como coletivas essas emendas foram acatadas no relatório final e passou a ser lei.

Eu já perguntei ao Emílio, aqui, quando ele veio apresentar o balanço do último quadrimestre do ano passado, que é um balanço do ano todo. Ele explicou que em decorrência da redução dos repasses, algumas dessas ações não foram implementadas. Eu cito aqui coisas importantíssimas: o projeto da ampliação e modernização das estrada que sai de Teresina/Zé de Freitas; Cabeceiras/ Barras; Batalha/Piracuruca, porque lá na frente você emenda com a 222, então, temos um padrão de estrada diferenciado. Essa estrada é a mais importante do estado do Piauí em número de veículos que transitam, não só de duas rodas, mas de demais rodas.

Nesse final de semana o Governador Rafael estava inaugurando a estrada Curimatá/ Morro Cabeça do Tempo, que por incrível que parece nós temos outra que chega também por Morro /Curimatá/ Avelino Lopes e colocamos recurso, a época, do Governo Federal, para fazer de Avelino/ Curimatá e o prefeito atual, o que está lá, perdeu o recurso. Estamos com todas as estradas interligadas por asfalto. Nosso desafio é manter essas estradas em

boa qualidade e passar a pegar os pontos críticos dessas, como essa que eu citei a pouco, de Teresina/ José de Freitas e melhorá-la.

Outro aspecto importante que já conversamos com o Governador, mas está nessa parte do debate, de como a Agespisa fica, como ficam a macrorregião de saneamento, os investimento para termos saneamento básico no litoral do Piauí, em São Raimundo Nonato, em pontos que são fundamentais não só para saúde da população que vive ali, mas, também, para incentivar o turismo e o desenvolvimento local. Este ano, nós vamos novamente incluir emendas, e queríamos a atenção especial, para dentro do que for possível e razoável, para que o parlamento seja atendido. Essa é minha participação inicial e eu passo aqui a palavra a senhora Paulina Almeida, presidente do SINTE.

SRA. PAULINA ALMEIDA (SINTE) - Bom dia a todos e todas aqui presentes! Quero cumprimentar à Mesa, em nome do deputado Henrique Pires, agradecer ao convite que foi disponibilizado para o Sinte - Pi; quero cumprimentar a plateia em nome da professora Lucineide Barros que está aqui à Mesa, presidente da ADISESC.

Então dizer que o momento é importante e nós estamos aqui para fazer parte desse momento. Dizer que o que nós traz aqui é a preocupação com a previsão do orçamento para a valorização da educação pública e dos seus profissionais, isso para nós é muito importante e acredito que para sociedade como um todo. Essa valorização é um tripé que diz respeito aos reajustes salariais da categoria — ai eu estou falando não só professor, mas também de funcionários de escola e também diz respeito as questões de condições de trabalho, ou seja, a infraestrutura das escolas que precisamos ter um olhar melhor, principalmente, agora, que o Governo tem propagandeado que vai fazer escolas de tempo integral. O Sint Piauí não é contrário, somos favoráveis. Agora, a nossa preocupação é com as questões das condições, a infraestrutura da escola. E o outro tripé, dentro dessa valorização é também a questão da formação inicial e continuada dos profissionais de educação. Nós queremos sempre fazer uma escola pública de qualidade e sempre cobramos do Governo essa questão da formação inicial e continuada, o concurso público. Somos contrários a questão de abono salarial, que tem que ser reajuste linear e na carreira, porque é uma bandeira que o movimento sindical defende, porque é de fato a valorização dos profissionais de educação. Nos últimos anos observamos que o Governo não tem gasto, tem se esforçado, mas assim, vemos ao longo dos anos o valor mínimo do FUNDEB permanente. Então, ao final do ano passado, porque temos que falar também o que houve,

o governo — depois de ter dado vários abonos para a categoria, para os ativos foi que ele amarrou em setenta por cento. - Setenta por cento é o mínimo, não é o máximo! - Então, fazemos aqui esse lembrete, é importante este momento e prometemos, como entidade sindical, Dr. Emílio, apresentar um documento com as nossas propostas.

São as nossas considerações. Obrigada. Bom dia!

SR. PRESIDENTE – Deputado Henrique Pires(MDB) - Bom dia, Paulina, obrigado pela sua participação em ter aceitado o nosso convite.

Com a palavra, Lucineide Barros, da minha querida Uespi.

SRA LUCINEIDE BARROS – Bom dia a todos, todas e todes! Eu quero cumprimentar de modo especial as pessoas que estão aqui e o faço através da Paulina e do Deputado Henrique Pires, que nos dá a oportunidade de neste momento nos debruçarmos em torno da LDO, ou do que se tem atualmente de proposta para LDO. Mesmo sabendo que nós temos um imperativo legal para que as audiências públicas sejam realizadas, nós entendemos que é muito importante que isso se faça em um clima o mais participativo possível. Daí o nosso agradecimento pela oportunidade.

De modo geral nós temos uma expectativa e eu falo aqui em nome do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí, ou como diz o deputado, da nossa querida universidade. Nós temos uma expectativa de avançarmos no processo de planejamento participativo do orçamento e isso não se faz só das pessoas, isso se faz também com a incidência concreta, efetiva, no processo de planejamento para que se possa chegar a uma construção que esteja o mais aproximado possível das principais demandas. Sabe que as necessidades são muitas e os recursos são sempre insuficientes, mas diante disso penso que umas questões que nós podemos prover, uma delas diz respeito a uma política de arrecadação que seja condizente com as capacidades de contribuição que existem no Piauí. A outra, eu penso que tem a ver com a possibilidade de colocarmos estratégias à disposição da sociedade para que a sociedade possa, não apenas dizer o que é a sua prioridade, mas compreender como se processa o orçamento público, porque esse é um desafio que está colocado. Grande parte da sociedade não sabe o que é uma receita pública, não sabe o que é uma despesa pública e não sabe também que tem a possibilidade, inclusive, por imperativo legal, de participar nessa definição.

Nós na UESPI temos um problema histórico, que é o problema das condições da universidade existir e, portanto, não é pouco, não é pequeno, nós estamos atualmente falando muito sobre as carências de infraestrutura, porque nós temos situações que são

degradantes em qualquer local, em qualquer ambiente e muito mais em no ambiente de uma universidade, como por exemplo, o fato de no campus central da universidade não dispormos de uma biblioteca; o fato de nós termos teto de sala de aula desabando. — Neste final de semana, nós tivemos um acidente com incêndio em Piripiri. Acidente, mas também tem a ver com a falta de manutenção, tem a ver com a falta de cuidado permanente e tudo isso tem a ver com uma postura de desvalorização da universidade que, de modo geral, temos identificado ao longo do tempo. — Para se ter uma ideia, nós professores da universidade estamos com perdas salariais acumuladas e não repostas ao longo de 10 anos na ordem de 62,22%, ao longo de 10 anos, fora essas questões que estamos dizendo em relação a infraestrutura. Então, nós temos no momento de planejamento do orçamento, uma expectativa que se possa construir justiça orçamentária, olhando para as prioridades e realizando a escuta e sendo sensível, dando possibilidade a incidência, porque só a escuta com a possibilidade da incidência, também não nos leva muito longe.

Então, escutando aqui o relato do secretário Washington sobre o incremento da receita líquida, isso já nos anima, mas entendemos que é necessário que esse incremento, também seja refletido na Educação, na Educação Básica, como disse a professora Paulinha e na educação superior, porque os incrementos que nós temos tido não são compatíveis de receita, não são compatíveis com a arrecadação, incremento geral da arrecadação. Então, penso que aqui nós temos um desafio, assim como é um desafio também olhar com mais cuidado o processo de endividamento público no Estado do Piauí, precisamos conhecer melhor quais são parâmetros em que se fazem o endividamento, porque temos visto nos orçamentos ano a ano, como temos uma cifra cada vez maior de recursos empenhadas com o endividamento público, ou com os compromissos do endividamento público.

E, para finalizar, quero chamar atenção nesse sentido da justiça orçamentária, que nós, da Universidade Estadual do Piauí, estamos atualmente praticando um orçamento em que praticamente não há recursos para investimento, os recursos da universidade estão ao longo do tempo colado, dos últimos anos principalmente, colados no custeio, e se comparamos — nós fizemos esse comparativo — quero dizer aqui que para nós não representa nada no sentido da hierarquização, nós entendemos que os órgãos precisam funcionar muito bem e que para isso é necessário que haja recurso para custeio e para investimento. Nós fomos fazer um comparativo, por exemplo, com instituições que realizam

atividades-meio, nós realizamos atividades fim. A Uespi tem cerca de 20 mil estudantes, o orçamento que está aprovado para a Uespi no ano de 2023 equivale a 333 milhões de reais. O orçamento que está destinado a esta Casa representa 450 milhões; o orçamento que está destinado à Sefaz, que como estamos vendo aqui, é um órgão estratégico, 521 milhões. Olhando para o que está publicado no site da Seplan, isso nós não compreendemos como justiça orçamentária! Entendemos que é necessário fazer muito mais, e no momento de discutir a LDO, que estamos olhando para as diretrizes, entendemos que é hora de dizermos as intencionalidades para alterar esse quadro. Nós vamos também apresentar propostas de emenda. Já vou adiantar que uma das propostas que vamos trazer e apresentar ao deputado Henrique Pires tem a ver com o modo de repasse dos recursos. — Pela Constituição Federal, no artigo 207, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. — Nós não temos no Brasil a prática da gestão com autonomia, e não quer dizer com independência, mas com autonomia, nós não temos essa prática. E nós estamos sugerindo uma emenda que na execução da Lei Orçamentária anual para o exercício de 2024, a universidade receba repasses mensais equivalentes a 1/12 avos da despesa de custeio, nem estamos falando da despesa geral, falamos da despesa de custeio na Lei Orçamentária. E por que isso? Porque nós temos um quadro em que entra e sai ano fiscal e a Uespi só consegue implementar cerca de 85% do que está previsto para a sua despesa, e além disso, nós temos uma situação de pedinte. A universidade tem que estar o tempo inteiro na antessala da Sefaz para fazer a liberação dos recursos que já estão previstos na Lei Orçamentária, e quando eu digo situação de pedinte, não é por desconsiderar os trâmites que institucionalmente estão definidos, não, é diante do preceito constitucional que já li aqui, que está no artigo 207, que diz que as universidades devem gozar de autonomia, e pela compreensão do nosso Sindicato Nacional dos Docentes - Andes, essa determinação nem requer regulamentação, depende basicamente da ação administrativa dos governos.

Nós vamos deixar essa proposta, mas queremos também deixar aqui o apelo, para que no momento da definição das diretrizes não esqueçamos que quem constrói, que quem mantém o Estado são as pessoas e senão valorizarmos as pessoas que estão nas diferentes categorias, que fazem o Estado funcionar no seu cotidiano, nós não estaremos fazendo aquilo que é o objetivo máximo da aplicação dos recursos, que é da população e que é tão caro à população.

Então, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e esperamos que tenhamos uma situação melhor já apontada agora na LDO para a Uespi e para a Educação Básica.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires – MDB) - Obrigado, professora Lucineide. Com a palavra o Toni Boson do Sinpolpi.

SR. TONI BOSON (Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Piauí) - Bom dia a todos. Sou Toni Boson; presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Piauí, encontro-me acompanhado de Marlon Maurício, vice-presidente. Saúdo a todos na pessoa de nosso amigo, Deputado Henrique Pires, que desenvolve nesta manhã, mais um papel muito importante diante deste Estado.

Estamos aqui na qualidade de representante da segurança pública, — eu sou policial há 34 anos.!

Senhores e Senhoras, o momento que nós vivemos é complicado, porque o que se entendia de segurança pública há alguns anos, está muito diferente. Com a globalização o Brasil faz fronteira com os principais traficantes de drogas e armas do mundo, inclusive, é corredor para a Europa. O crime organizado, o narcotráfico, tem avançado de forma assustadora em nosso estado, inclusive, com aperfeiçoamento das unidades de segurança pública, com as Forças de Segurança Pública no Sul e Sudeste do país. Muitos tem migrado para o Norte e Nordeste e se aproveitam da fragilidade do Sistema de Segurança Pública. O que tem para vir, lamentavelmente não é nada bom. Não estou querendo assustar os Senhores e Senhoras, mas o modelo que tem sido feito na Segurança Pública, — é como aquele médico que não faz os exames, e o câncer está corroendo. — e quando for querer tomar de conta o Piauí já virou Rio de Janeiro, um Estado praticamente perdido para a criminalidade.

No Rio de Janeiro, hoje, a criança entra no tráfico com 9 ou 10 anos de idade. E o que temos visto é o total descompromisso dos governos anteriores com a Segurança Pública. Temos uma Polícia Civil envelhecida, desestruturada e com a Secretaria de Segurança culturalmente sendo usada politicamente. Basta lembrar que o ex-secretário de Segurança disse que no Piauí não tinha narcotráfico, que era um mito. E o que vemos hoje, o que é? A Segurança Pública fragilizada. Torcemos por este governo, por esta Assembléia. O Sinpolpi tem tentado combater essa situação, como? Nós temos uma Polícia Civil que a carreira dela, hoje, — só para os senhores terem ideia, a Policia Civil, hoje, tem o quarto pior subsídio no final de carreira do Brasil. — éramos um dos melhores, éramos o décimo.

Desde 2014 começou a cair, os policiais foram morrendo, foram envelhecendo, foram recuando por falta de apoio jurídico, inclusive, suporte jurídico, e o que temos hoje é uma situação assustadora! É assustador o que temos hoje! Porque, vejam só, o que mantém... — todas as forças de segurança são importantes — mas quem mantém a criminalidade sob controle é a Polícia Civil e eu explico o porquê — Quando o indivíduo é preso pela Polícia, é feito um inquérito policial, esse inquérito com qualidade, e para ele ser feito com qualidade precisa de condições, e esse inquérito vai substanciar a Justiça, que vai fazer um devido processo legal e mantê-lo preso. Sem essas condições o trabalho está prejudicado. Nós temos delegacias que funcionam em prédios habitacionais da década de oitenta. Olha só! Nós temos municípios do Piauí que o cidadão quando sofre uma agressão, tem um problema de polícia, ele tem que andar mais de 100 quilômetros para registrar um boletim de ocorrência. Às vezes uma pessoa simples, que não tem estrutura nenhuma.

Então, senhores, eu aqui imploro aos senhores e aos deputados, professor Washington Bonfim, que na sua sapiência, sua capacidade reconhecida, que nos ajude. A Polícia Civil precisa de reestruturação da carreira, temos um projeto, a previsão, estamos discutindo em um grupo de trabalho com o delegado-geral e o secretário de Segurança. Hoje, nós, o Piauí, Maranhão, Paraíba são os únicos estados do Brasil que não reestruturaram as suas carreiras, é é incrível que é onde o crime mais cresce. Estamos pedindo o apoio nesse sentido que dentro deste orçamento seja colocado a reestruturação da carreira da polícia civil. O Piauí, Maranhão, Paraíba e Bahia são os quatro estados que ainda não reestruturaram a carreira. O Ceará, era triste o Estado do Ceará! O Ceará investia na polícia visível, viaturas na rua com giroflex ligado, dava a sensação de segurança, mas enquanto isso o crime organizado estava corroendo. O Governo caiu na real, caiu na real, está investindo pesado na Polícia Judiciária. Entendeu, mas foi preciso o Ceará chegar em níveis assustadores. Então, é isso que nós estamos pedindo, a reestruturação que dentro desse orçamento esteja colocado a reestruturação da Polícia Civil.

Temos uma situação que também é muito importante quando falamos da insalubridade. A insalubridade é algo que nós estamos buscando, temos uma lei federal que prevê o cálculo da insalubridade que no nosso caso é de 5%, 10% e 20%, mas o Governo adotou um teto de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), quer dizer, por que tudo para Segurança Pública é tão difícil?

Dentro dessa situação, já concluindo, Senhores, nós temos a questão da reposição inflacionária. eu vejo que era o mínimo que o Governo teria que ter um olhar cuidadoso, a questão da reposição inflacionária por quê? Porque é o mínimo que poderíamos ter. Hoje, o período de índice do IPCA é o seguinte: Em 2015 nós tivemos uma perda de 10,67%; 2018 - 3.75%; 2019 - 4,31%; 2020 4,52%, totalizando quase 25% de perda inflacionária no nosso salário, no nosso subsídio. Nós temos reposição do Governo Wellington Dias a receber. Gente, nós não estamos falando de aumento não, aqui nós estamos falando de reposição inflacionária! Então, sem a Saúde, sem Educação e sem Segurança Pública não existe Estado, e sem Segurança Pública nada funciona, o professor não tem capacidade de dar aula, porque ele é morto dentro da sala de aula, o médico não tem condição de atender no plantão, porque ele vai ser assassinado dentro do hospital.

Muito obrigado mais uma vez pelo espaço, muito obrigado deputado, muito obrigado Senhores, amigos, essa é a palavra Simpolpi -Sindicato dos Policiais Civis de Carreira.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Obrigado, Toni Bozon, pela participação.

Concedo a palavra o João Emílio Pinheiro, do meu querido Crea., engenheiro agrônomo.

SR. JOÃO EMÍLIO PINHEIRO (Representante do Crea Piauí) - Bom dia a todos!

Estou aqui representando o presidente Ulisses Filho que está em outra missão. Encontro aqui o professor Washington, amigo de longas caminhadas ali pela Prefeitura de Teresina, fizemos a Agenda 2030 foi interessante. Cumprimento o Deputado Henrique Pires que muito nos honra. — Eu não sei o nome dos demais da Mesa.— a minha amiga Lucileide que é mulher, a professora Paulinea. Bom dia a todos e a todas da plenária!

Aqui vou falar rapidamente, bem breve mesmo, sobre este momento importante. A grande batalha, professor Washington, é entre receitas e despesas. É bom aumentar a arrecadação e é sempre muito constrangedor ter que reduzir despesas. É bom quando está incerto, mas quando é necessário reduzir despesa sempre é muito ruim. Mas aumentar a arrecadação é importante e é por isso que apoiar as iniciativas econômicas, empreendedoras é fundamental para se pensar nessa arrecadação. E aqui olhando esses vários eixos, os principais orçamentos da LDO...

Eu tive uma experiência, no ano passado, Dr. Washington, com o Piauí Fomento como crédito oportuno. É bom para apoiar a geração de renda neste Estado inteiro. Agora, a educação do Estado da rede estadual vai oferecer formação geral e formação profissional,

é um viés importante para que esses jovens também saiam olhando para as oportunidades que o mercado lhes oferece, não só como empregado, mas também como empreendedor individual, o microempreendedor, essa é uma saída importante que nós temos. E, também, pensando nos duzentos e vinte e quatro municípios, 80% têm uma população baixa e são muito ligados a utilização dos recursos naturais: recurso terra, recurso água, da mão de obra que se tem nessas regiões. Então, para superarmos essa condição de indicadores, ainda muito modestos, de renda, de IDH, pode-se investir muito nesse crédito oportuno para essas populações da cidade do campo que pode responder bastante, bastante mesmo, na geração de renda. E depois disso, um olhar especial também, e aqui deixar uma pergunta para o professor Washington Bonfim. Esse olhar da distribuição de recursos, da aplicação desses recursos e desse orçamento, se está olhando para algumas regiões que a economia está mais dinâmica, gerando mais empregos, precisando de infraestrutura, porque aí você oportuniza esse crédito, esse orçamento, na verdade, sendo aplicado em regiões que estão apostando muito na economia, na geração de emprego, sem esquecer o Social da Educação, da Saúde, da Segurança, que é baixo, baixo mesmo e sabemos das carências, mas, também, de alguns avanços que já se experimenta — eu já tenho experimentado alguns ao longo de alguns anos, é sempre um esforço muito grande, mas a dificuldade o desafio do gestor público é com conciliar receitas e despesas, é como o governador chama de lençol financeiro curto O lençol financeiro é muito curto! você puxa de um lado ele cobre de um lado e descobre do outro, mas é importante também avançar para uma boa organização das contas.

Eu acho que a Sefaz tem feito um trabalho melhor, não é, Dr. Emílio, nos últimos anos, tem se esforçado muito para adequar, para cobrir, para fazer mais, para arrecadar melhor, e também, o planejamento. Acho que o professor Washington está aí com a missão muito grande de adequar essa aplicação, olhar este Estado como um todo. Que oportunidade o Piauí tem para sua população, para quem está vindo de fora? Já tem uma região muito dinâmica que é a região do agronegócio, que tem elevado muito o PIB do Estado do Piauí, mas tem que pensar também em Teresina, Parnaíba, Picos, nas pequenas cidades, no campo também. Quanto à possibilidade de geração de renda, com a tecnologia para superar essa condição de pobre, muito pobre no campo. Então, é por isso que eu chamo a atenção para esse crédito do Piauí Fomento, que ele também é o chamado crédito oportuno, para essa população de baixa renda.

Então, o Crea fica agradecido por esse convite, ouviu, deputado Henrique Pires, e se coloca também aí.

Ontem, o presidente estava no Jornal Nacional falando de uma portaria do Ministério das Cidades que tem que pensar melhor onde botar esses equipamentos públicos, essa moradias populares. Quanto mais distantes mais desafio para o recurso curto do Governo. Então, quanto mais distante a população está sendo colocada, onde vai ser assentada: onde está a escola? Está distante? Onde está o ônibus que não chega ainda, o saneamento, a água, enfim então tem uma série de medidas para poder tornar mais eficiente a aplicação desse..., e isso também gera economia, economicidade no processo de aplicação.

Então o meu muito obrigado, e o Crea também se coloca à disposição nesses debates que virão pela frente.

SR. PRESIDENTE - (Henrique Pires (MDB) - Eu fico muito feliz com a participação do Crea, mando um abraço para o nosso querido Ulisses, e dizer que não só o Crea, mas o Sindicato da Construção Civil - Sinduscon, o Sebrae, Sistema Sesi, Senai, Academia Piauiense de Letras, Conselho Regional de Medicina, a OAB, Associação Piauiense dos Municípios, a entidade dos interprodutores, uma delas a Aprosoja, a Fetraf Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar, o Senar, a Avep - Associação dos Vereadores do Piauí, a nossa Câmara de Teresina, o Sindicato dos Servidores do Ministério Público, Sindicato dos Servidores da Fazenda, os técnicos da Fazenda, a Central Única do Trabalhadores, do Sindilojas, enfim, nós procuramos convidar todas as entidades da sociedade civil que seriam importantes para estar neste debate.

Agradeço, mais uma vez, a presença de cada homem, cada mulher que aqui está, e passo a palavra neste primeiro momento, ao Dr. Washington que é o carro-chefe do governo, se ele precisar do Dr. Emílio.

Passo aqui a palavra para responder.

DR. WASHINGTON BONFIM (Secretário de Governo) - O carro-chefe do governo é o homem que paga as contas, não é o que planeja o gasto, não.

Primeiro, agradecer as intervenções da professora Paulina, da professora Lucineide, do Bozon e do João Emílio.

Bem, pontualmente assim, no que é relativo a questão da Educação e da Segurança — para fazer uma fala só — acho que o Governador Rafael tem dado mostras públicas do compromisso que ele tem com as duas áreas, tanto por conta dos investimentos que

tem programado em cada uma das áreas, especialmente na questão da melhoria das condições de infraestrutura das escolas quanto no caso da Segurança Pública, por apostar neste momento numa condução mais técnica e mais ligada diretamente a ele. Acho que esse é um ponto importante, e resolvendo alguns gargalos, por exemplo, a questão de comunicação, quer dizer, e outras questões relativas à infraestrutura do trabalho, não só da Polícia Civil, mas também da Polícia Militar.

No caso, Paulina, e estou falando com relação à questão do Fundeb, um ponto importante, hoje, de discussão, e aí eu acredito que não seja só uma discussão local do Estado do Piauí, mas passa pelos municípios e também pelos demais estados, é a questão de que os recursos do Fundeb já não podem mais ser utilizados para fins previdenciários; coloca-se um problema importante do ponto de vista da execução orçamentária da Secretaria de Educação do Estado a fora, quer dizer país a fora, melhor dizendo, e esse é um ponto fundamental. E aí quando o Fundeb, o novo Fundeb estabelece os 70% como mínimo, na realidade cria essa condição de valorização do professor. O que a gente precisa fazer é uma discussão, e o movimento sindical, na área da Educação Básica, precisa fazer essa discussão sobre a questão dos regimes previdenciários, porque isso é um ponto importante. Com relação àquilo que a Lucineide colocou na mesma linha do que estou colocando para a professora Paulina, quer dizer, é um compromisso do governador, ele tem colocado sistematicamente a prioridade da UESPI, reajuste de bolsas, reajuste de auxílios, o anúncio de valores relativos à infraestrutura, melhoria da infraestrutura, ele é consciente disso, eu próprio tenho participado desse debate com o reitor Evandro e na nossa CGFR, na comissão financeira. Então, acho que eu coloco para você do ponto de vista prático, que acho que essa ideia de fortalecer a UESPI é algo que o governo tem muito claro, talvez diverjamos na forma e no passo, mas eu não tenho a menor dúvida de que o Governador Rafael está muito focado nesta missão.

Então, esse é um ponto que eu queria chamar atenção, a questão da emenda sobre a proposição, aliás, menos que a emenda, mas é muito importante também essa questão do planejamento orçamentário da UESPI, acho que é um ponto importante e aí tem a ver com a discussão que vocês têm que levar, graças a própria legislação da autonomia das universidades.

Com relação àquilo que o Toni colocou, do Sinpolpi, nós compartilhamos, Toni, dessa preocupação, embora sejamos um pouco mais otimistas do que você com essa

preocupação da questão do narcotráfico, e como ele tem se organizado e o que ele tem exigido das forças policiais: federais, estaduais e onde tem, às vezes, guarda municipal, embora não seja uma força policial, é algo que muito nos preocupa.

E o endereçamento dessa questão dos investimentos em Educação, especialmente o tempo integral, indiretamente nos ajudará, enquanto sociedade, porque o tempo integral faz aquilo que a família mais se preocupa, tirar o adolescente da rua, ter capacidade de mantê-lo sob os olhares de quem pode conduzir por um outro caminho, e quando isso está associado à ideia de profissionalização, na realidade fazemos duas coisas, uma política de educação arrojada e ao mesmo tempo, fazendo uma política de prevenção à violência, porque você está tirando esse jovem do risco imediato que ele tem convivendo com o ócio. Ainda mais invista-se nessa perspectiva de profissionalização de ele sair da escola de ensino médio com algo que ele possa fazer renda e que permita, inclusive, ele chegar ao ensino superior de uma maneira mais tranquila, que diminua o que chamamos de custo de oportunidade de estudar.

Com relação àquilo que o João Emílio colocou, duas observações, a Piauí Fomento, como eu falei, na minha intervenção inicial, é uma preocupação do governador, eu conferi com o secretário Emílio, ele já aportou 25 milhões de reais este ano para aumentar a disponibilidade de recurso da Piauí Fomento. Eu pessoalmente estive com o Felipe e o Governador no Banco do Nordeste e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, eles têm linhas, e ele está buscando recursos de ambas as instituições para aumentar essa disponibilidade para o crédito. Então, é um compromisso do Governador e um compromisso também com a modernização da maneira dessa ação, fazer algo mais tecnológico como o Governador tem colocado muito claramente.

E com relação à questão do olhar de distribuição dos recursos, em relação à equidade dos territórios, como eu falei também, vamos ter essa oportunidade de olhar para essas demandas territoriais. Agora em julho, quando fizermos a audiência pública e as discussões do Plano Plurianual com todos os territórios. Acho que esse é um momento fundamental para que as lideranças municipais de cada um dos 12 territórios se organizem, entender quais são as suas demandas e fazer a proposição para esses 4 anos.

E, por último, o Governador tem sido muito aberto ao diálogo, como a rede social dele acompanha fundamentalmente o que ele faz durante todos os dias — vocês já viram? — quer dizer, ele já teve a oportunidade de se reunir com todos os prefeitos há cerca de 15

dias, esclarecendo quais são os principais programas do Governo Estadual para esses municípios. Esses programas têm a ver com essas prioridades na área de Segurança, por exemplo, a ampliação do efetivo, especialmente o da Polícia Militar. Só este ano serão 1.650 novos policiais militares chamados à ativa — a maioria deles já em formação— isso vai completar o efetivo de no mínimo 8 policiais militares por município dentro da estrutura do Estado. Os programas relacionados à primeira infância e à alfabetização na idade certa, ou seja, um esforço do Governo do Estado de chegar junto dos municípios e fazer a priorização do bem-estar das nossas crianças e a alfabetização... - A professora Paulina sabe o quanto isso é importante para o desenvolvimento de cada uma das crianças; o ajuste no Proete, aqui, logo em seguida nós vamos ter a oportunidade de ver esse anúncio no Pacto pela Educação que o Governador vai conduzir no hotel aqui do lado, no Blue Tree. E, no caso da saúde, os investimentos na questão da telemedicina que vão fazer com que a população do Estado do Piauí tenha acesso à saúde de maneira muito mais rápida e próxima, apoiando diretamente os municípios. Eu estou falando dessa série de ações, porque todas elas estão focadas nos municípios e nos territórios.

Na sexta-feira passada, o Governador anunciou os investimentos na área da Saúde e ele tem justamente essa perspectiva de reforçar o trabalho dos hospitais regionais, de ter centrais de exames em cada um dos territórios, nas 16 cidades principais do Estado para que possamos avançar nesse sentido de dar.... — o Governador gosta de chamar, Emílio, de criar uma política de equidade em relação ao desenvolvimento territorial do Estado, olhar para aquele que precisa mais, de uma maneira diferenciada e aqueles que precisam menos, obviamente ninguém vai abandonar, mas ter a oportunidade de investir naquilo que mais precisa.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires - MDB) - Passo a palavra para o secretário Sr. Emílio.

SR. EMÍLIO (Secretário de Fazenda) - Só acrescentar, o Washington foi muito feliz na explicação dele, mas somente dois tópicos que a Lucineide colocou da preocupação quando se vai elaborar um orçamento.

Lucineide, infelizmente, quando vamos elaborar um orçamento, terminamos assim: você tem que começar a deixar recursos para aquilo que é obrigatório, e depois é que vamos analisar o que sobra para investimento. Infelizmente, convivemos com essa

realidade, porque, por exemplo, eu não posso fazer o orçamento sem deixar garantida a folha de pagamento de salários de todos os servidores; eu não posso deixar garantido o repasse do duodécimo dos Poderes; eu não posso deixar garantido o custeio da máquina; eu não posso deixar de garantir o pagamento das dívidas públicas. Realmente, e quando sobra... — isso o Governador tem feito, para tentar alavancar mais recursos para que esse investimento possa se tornar melhor.

Quando você colocou também da preocupação com o endividamento, muitas vezes se pegarmos o histórico que o Secretário Washington colocou aqui, mesmo com essas operações de crédito que o Estado vai contraindo, mas o percentual delas praticamente continua o mesmo, porque também é assim, o Estado contrai a operação, mas ele também vai pagando, ele paga em torno de 1 bilhão. Às vezes você consegue 1 bilhão, mas está pagando 1 bilhão. Muitas vezes ele está altamente desequilibrado em relação a isso. É tanto que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução do Senado, prevem que o Estado possa contrair de operação de crédito até duas vezes a sua Receita Corrente Líquida, que daria aproximadamente 28 bilhões de reais e, hoje, o Estado, somando tudo, não chega bruto a 9 bilhões.

Então, assim o Governador traz a suas operações de crédito, mas com muita responsabilidade, é como se fosse, assim, um servidor público, às vezes, tem o dinheiro para pagar a prestação de um carro, mas não tem o dinheiro para pagar à vista. Então, muitas vezes assim, o Estado não tem aquele recurso para pagar 100 milhões em um investimento, mas ele tem o recurso para pagar aquela prestação, e é isso que ele faz, ele pega essas operações de crédito para correr com o que ela possam dar de maneira mais ágil, dar emprego, tudo, e aí o Estado, sobra o recurso através da prestação que é isso que ele vai pagando.

Eram só esses dois tópicos que eu queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE (Henrique Pires (MDB) - Agradeço ao secretário Emílio, a explanação, agradeço mais uma vez a presença de todos e dizer que o nosso gabinete está aberto para receber emendas, sugestões de toda a sociedade civil. Nós vamos não só por meio da imprensa falada, escrita, televisionada, mas por meio de ofícios encaminhar a todas as entidades para que façam sugestões e nós estaremos como mediador. A peça é uma peça encaminhada, a iniciativa é do Executivo, mas é uma lei, portanto, lei na Assembleia Legislativa no Estado do Piauí, que é a Casa do Povo.

Mais uma vez esta presidência fará todo o esforço possível para repetir o que fizemos no ano de 2021 para o orçamento de 2022, onde acatamos e conseguimos acatar em acordo com o Executivo todas as emendas individuais coletivas que foram feitas.

Queria que o Secretário Washington, o Secretário Emílio, a equipe do Governador Rafael que aqui está, leve desta Casa a alegria do Deputado estadual Henrique Pires com a empolgação com que ele tem governado o nosso Estado. As pessoas, às vezes, não conseguem compreender o alcance de determinadas ações, não só nessa parte. — no último final de semana, que ele estava com investimentos em Saúde de média e alta complexidade, o chamamento dos Policiais Militares que estavam na academia, o investimento na nossa estrutura da Uespi que estava precisando disso há décadas. Aquela coisa da sala digital, do fomento às startups que ali tem um ganho espetacular. O nosso porto de Luis Correia, com ordem de serviço dada lá, e a Escola Marítima, a escola do mar. Isso são coisas espetaculares, mas essa questão dos aeroportos, dos aeródromos no interior, as pessoas não têm noção do que vai trazer de desenvolvimento. O aporte de recursos e pessoas do Brasil todo, até de fora do país que querem investir aqui no estado, e pela dificuldade para chegar a uma propriedade, em um investimento, mas que com essas pistas asfaltadas, em um padrão que a Anac determina, vocês tenham a certeza absoluta disso, como o Piauí ganha.

Então, essas são as nossas palavras, vamos seguir o rito comum, após a LDO você vai encaminhar as outras peças e estaremos sempre com a sociedade civil conversando, debatendo e tentando chegar a um entendimento comum.

Muito obrigado a todos pela participação.